

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**PRISCILLA ROSA AZEVEDO**

**MEMÓRIAS DAS MULHERES FEIRANTES SOBRE A PERCEPÇÃO DAS  
RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO TRABALHO NA CENTRAL DE  
ABASTECIMENTO (CEASA) DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA  
SETEMBRO DE 2023**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**PRISCILLA ROSA AZEVEDO**

**MEMÓRIAS DAS MULHERES FEIRANTES SOBRE A PERCEPÇÃO DAS  
RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO TRABALHO NA CENTRAL DE  
ABASTECIMENTO (CEASA) DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, Feminismo e Gênero

Orientador: Prof. Dr. Jorge Garcia Marin

Coorientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

**VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SETEMBRO DE 2023**

A986m.

Azevedo, Priscilla Rosa

Memórias das mulheres feirantes sobre a percepção das relações de gênero no cotidiano do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista- Ba./Priscilla Rosa Azevedo.2023

132f.

Orientador (a):Prof.Drº João Diógenes Ferreira dos Santos.

Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,Programa de Pós Graduação em Memória:Linguagem e Sociedade.PPGMLS,Vitória da Conquista,2023.

Referência: F119-125

1.Feira livre. 2.Gênero. 3.Memória. 4.Trabalho feminino.5 violência de gênero.I.Santos,João Diógenes Ferreira dos. II.T.

CDD: 306.36

331.00981

Catálogo na fonte: Chrystina Nery - CRB 5/810  
UESB – *Campus* Vitória da Conquista-BA

Título em inglês: Memories of women fair sellers about the perception of gender relations in everyday work at the supply central (CEASA) in Vitória da Conquista-BA

Palavras-chaves em inglês: CEASA. Collective memory. Gender. Labor

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Jorge García Marín (Presidente), João Diógenes Ferreira dos Santos (coorientador); Acácia Batista Dias (Membro Externo) e Fábio Mansano (Membro Interno)

Data da Defesa: Setembro de 2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**PRISCILLA ROSA AZEVEDO**

**MEMÓRIAS DAS MULHERES FEIRANTES SOBRE  
A PERCEPÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO COTIDIANO DO  
TRABALHO NA CENTRAL DE  
ABASTECIMENTO (CEASA) DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade.

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 20 de setembro de 2023.

### Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Garcia Marín - Presidente  
Instituição: UESB

GARCIA MARIN JORGE -  
333053725  
Ass.: \_\_\_\_\_  
Firmado digitalmente por  
GARCIA MARIN JORGE -  
333053725  
Fecha: 2023.10.11 20:38:35  
+02'00'

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos  
Instituição: UESB

Ass.: \_\_\_\_\_  


Prof. Dr. Fábio Mansano de Mello  
Instituição: UESB

Ass.: \_\_\_\_\_  


Profa. Dra. Acácia Batista Dias  
Instituição: UEFS

Ass.: \_\_\_\_\_  


Dedico este trabalho à minha família, especialmente à minha mãe Kátia Regina, ao meu pai Huelton Ayres, à minha tia Margarete, por ser uma mãe para mim, sempre me apoiando e me incentivando em tudo que me proponho a fazer.

Fumo de rolo arreio de cangalha,  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar?  
Bolo de milho broa e cocada,  
Eu tenho pra vender, quem quer comprar?  
Pé de moleque, alecrim, canela,  
Moleque sai daqui me deixa trabalhar!  
(Sivuca e Glória Gadelha, 1979).

## AGRADECIMENTOS

Quando iniciamos um mestrado temos uma ideia diferente do que realmente é, pois ele exige sacrifícios, abdições e muita força de vontade. Os dias viram noites e as noites se tornam mais produtivas, dormir se torna um presente que deve ser aproveitado sem moderação.

Agradeço imensamente à CAPES por custear as despesas, que não foram poucas. Sem esse auxílio, com certeza as coisas seriam bem mais difíceis, quiçá impossíveis. A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) por ter se adequado as dificuldades que passamos em virtude da pandemia, principalmente ao PPGMLS, sendo um programa de excelência, ter aceitado e permitido a realização deste estudo, com o devido acompanhamento, compreensão e cuidado com relação a minha trajetória acadêmica. Os meus sinceros muito obrigada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jorge García Marín, por todo apoio, carinho, cuidado, dedicação, organizando os horários para conversarmos, em virtude do fuso horário, já que ele não reside no Brasil e sim na Espanha. Por responder meus e-mails de forma tão rápida e generosa.

Ao meu coorientador Prof. Dr João Diógenes Ferreira dos Santos, por ter se dedicado de forma genuína a me mostrar que eu poderia escrever um trabalho melhor; sem sua assistência e envolvimento dedicado, em todas as correções, esse projeto não teria esse desfecho; pelas reuniões coletivas que sanavam nossas dúvidas e principalmente por ter aceitado ser meu coorientador, mesmo orientando tantos alunos.

Ademais, dedico meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Acácia Batista Dias e ao Prof. Dr. Fábio Mansano, por terem contribuído no desenvolvimento deste estudo, tendo ambos participado da Banca de Qualificação da pesquisa e da Defesa desta dissertação.

Aos funcionários da secretaria que enviavam e respondiam nossos e-mails sempre iniciando com a seguinte frase: “espero que todos estejam bem”. Isto fez uma diferença enorme para a nossa saúde mental.

A Prof. Dra. Luci Mara Bertoni, uma intelectual admirável que sempre foi muito solícita e cuidadosa comigo, mesmo não sendo minha orientadora direta, me orientou e me guiou até o final desse processo, não só na produção como em seu precuso. Uma verdadeira inspiração.

A Professora Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha por ter me permitido ser sua aluna ouvinte na matéria por ela lecionada: Memória E Violência Contra Mulheres, a senhora não tem noção de como suas aulas foram de extrema importância para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, por ser justo, único e imutável. Ao mestre Jesus, por me mostrar o caminho a ser seguido, aos bons espíritos (espíritos evoluídos) que sempre iluminaram o meu caminho. Ao meu anjo da guarda por lutar batalhas ao meu lado, sempre me protegendo.

Aos meus amados pais, Kátia e Huelton, que são exemplos de cuidado, ética, luta e perseverança; e que sonharam esse sonho junto comigo, me apoiando incondicionalmente, entendendo as minhas ausências nas várias reuniões familiares.

A minha tia Margarete pelos mimos, dedicação e amor materno pois sou sua filha de coração. Sempre me incentivando e mostrando que por mais difícil que seja o obstáculo, sempre conseguimos superá-lo com abstração, dedicação e muito estudo.

A minha família afetuosa, que direta ou indiretamente contribuiu para essa conquista, obrigada pela torcida.

A minha avó Valdelice e minha bisavó Maria Rosa de Jesus (em memória) (ambas analfabetas), mas que conseguiram, a duras penas, oferecer educação formal a todos os filhos para que hoje seus netos e bisnetos pudessem adentrar em um curso superior.

Ao amigo que a vida me deu, e que, me incentivou incisivamente a participar da seleção do mestrado, José Ricardo, pois se não fosse sua insistência genuína, talvez eu não tivesse participado da seleção.

Aos meus colegas de turma. Cursamos o mestrado integralmente remoto, em virtude da pandemia, mas ainda assim nos aproximamos especialmente Marília e Raick, vocês ocupam um lugar bem importante em minha vida;

Aos professores que se propuseram a lecionar de forma virtual, algo extremamente difícil, pois passar horas e horas em frente ao computador lecionando não é uma tarefa fácil.

Por fim, e não menos importante, agradeço a todos e todas que contribuíram, nas aulas, nos grupos, em conversas privadas para que este mestrado fosse cursado da melhor forma possível, dadas as situações excepcionais que ocorreram no mundo inteiro.



## RESUMO

O objetivo central desta pesquisa é analisar as memórias coletivas e as trajetórias de trabalho das mulheres feirantes da CEASA de Vitória da Conquista/BA, no intuito de analisar as expectativas, realizações e frustrações, com base nas questões de gênero e trabalho. Recorremos ao recurso da entrevista semiestruturada para obtermos os dados desta pesquisa. Por meio desse recurso, entrevistamos 11 (onze) trabalhadoras da feira livre, construímos o perfil socioeconômico das participantes e analisamos a partir de suas narrativas a existência de possíveis preconceitos e violências relacionadas ao gênero feminino. Por meio de suas recordações, entendemos os problemas e as conquistas vivenciadas pelas feirantes no cotidiano do trabalho. Esse entendimento foi tecido a partir da conexão dos conceitos de memória, gênero e trabalho, categorias centrais desta pesquisa. Antecipadamente, constatamos que, mesmo trabalhando em um ambiente majoritariamente composto pelo gênero masculino, muitas das mulheres feirantes das quais tivemos acesso, mostraram em suas memórias uma satisfação com as funções que desempenham, além de afirmarem ter, por meio do trabalho na CEASA, conquistado o seu espaço social, enfrentando as adversidades que são colocadas, não apenas às mulheres, bem como aos menos favorecidos, ao ponto de conseguirem prover o sustento de seus núcleos familiares e reafirmarem a sua condição de sujeito capaz, o que por sua vez desmistifica a ideia da mulher enquanto inferior e frágil.

**Palavras-chave:** Feira livre; Gênero; Memória; Trabalho feminino; Violência de gênero.

## ABSTRACT

The main objective of this research is to examine the collective memories and work trajectories of women marketers at CEASA in Vitória da Conquista/BA, in order to analyze expectations, achievements and frustrations, based on gender and work issues. We resorted to the semi-structured interview resource to obtain the data of this research. Through this resource, we interviewed 11 (eleven) street market workers, built the socioeconomic profile of the participants and analyzed, based on their narratives, the existence of possible prejudices and violence related to the female gender. Through their memories, we understand the problems and achievements experienced by the stallholders in their daily work. This understanding was woven from the connection of the concepts of memory, gender and work, central categories of this research. In advance, we found that, even working in an environment mostly composed of men, many of the women marketers we had access to, showed in their memories a satisfaction with the functions they perform, in addition to claiming to have, through work at CEASA conquered their social space, facing the adversities that are posed, not only to women, as well as to the less favored, to the point of being able to provide for their families and reaffirm their condition of capable subject, which in turn demystifies the idea of women as inferior and fragile.

**Keywords:** Street market; Gender; Memory; Female work, Gender violence.

## LISTA DE QUADROS

**Quadro 1 - Dados socioeconômicos das trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista.....81**

**Quadro 2 - Relações conjugais e compartilhamento do ofício de feirante com o(a) companheiro(a) entre as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista.....83**

**Quadro 3 - Dados relativos ao número de filhos(as) e/ou dependentes, compartilhamento dos ofícios de feirante e à renda individual e familiar entre as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista.....84**

**Quadro 4 - Relação entre anos de atuação profissional das feirantes na CEASA de Vitória da Conquista com o regime de trabalho diário.....99**

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Localização geoespacial do CEASA Edmundo Flores, Vitória da Conquista/BA.....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 2 - Demonstrativo de empregabilidade e renda do município de Vitória da Conquista/BA.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 3 - Cobertura das rampas entre os pavilhões da CEASA de Vitória da Conquista.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 4 - Sistema externo de escoamento entre os pavilhões da CEASA de Vitória da Conquista.....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 5 - Reservatório principal de lixo da CEASA de Vitória da Conquista.....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 6 - Banheiros públicos da CEASA de Vitória da Conquista.....</b>	<b>78</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Diferença na média salarial brasileira entre homens e mulheres (2012-2021).....</b>	<b>65</b>
--	-----------

## **LISTA DE SIGLAS**

CEASA – Centro Estadual de Abastecimento

CEAVIC – Central de Abastecimento de Vitória da Conquista

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PDU – Plano Diretor Urbano

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Sesep – Secretaria Municipal de Serviços Públicos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2 MEMÓRIA E TRABALHO DAS MULHERES .....</b>	<b>43</b>
2.1 Quadros sociais e memória coletiva na teoria de maurice halbwichs.....	51
2.2 A memória como trabalho e a memória do trabalho em ecléa bosì.....	577
<b>3 CEASA: DINÂMICAS INTERNAS.....</b>	<b>611</b>
3.1 Referencial teórico-metodológico para o estudo da memória coletiva das feirantes da ceasa .....	611
3.2 Os caminhos da pesquisa e a coleta de dados.....	666
3.3 O lócus de trabalho das mulheres feirantes da ceasa .....	722
3.4 Participantes da pesquisa.....	800
<b>4 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES FEIRANTES DA CEASA</b>	<b>88</b>
4.1 As memórias e percepções sobre o trabalho doméstico .....	89
4.2 Trabalho na feira livre .....	922
4.2.1 Entre a cidade e o campo.....	955
4.3 Memórias de trabalho das mulheres feirantes da ceasa .....	98
4.4 As relações de gênero e possíveis violências no ambiente de trabalho da ceasa ....	1022
4.5 Condições de trabalho na ceasa.....	10808
4.5.1 O “comércio clandestino”, a precarização do trabalho e a diminuição na qualidade de vida das feirantes.....	113
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>11616</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>119119</b>
<b>ANEXO 1: Ofício enviado à Sesepe da PMVC.....</b>	<b>12525</b>
<b>ANEXO 2: Resposta da Sesepe da PMVC do ofício.....</b>	<b>12727</b>
<b>ANEXO 3: Lista de documentos essenciais no processo de concessão de licenças para atuarem profissionalmente na CEASA de Vitória da Conquista .....</b>	<b>12828</b>
<b>APÊNDICE 1: Questionário socioeconômico e Roteiro semiestruturado de entrevista.....</b>	<b>130</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as memórias das mulheres que trabalham como feirantes na Feira Livre Edmundo Flores (CEASA)<sup>1</sup> de Vitória da Conquista/BA, com o intuito de entendermos a dinâmica desse trabalho dentro da desigualdade de gênero. O interesse pelo tema da pesquisa surgiu ao longo dos anos finais da graduação em Direito, ao nos depararmos com relatos de trabalhadoras que narravam situações inusitadas, tais como ser destrutada por ser feirante, o que refletia as marcas do ser mulher trabalhadora da feira livre.

O ato de ir a CEASA de Vitória da Conquista faz parte da vida social de quem reside na cidade ou eventualmente passa por ali, uma vez que o município é um dos mais importantes interpostos comerciais, dedicado à prestação de serviços, do interior do estado da Bahia (IBGE, 2019; SANTOS; ROCHA, 2019). Contudo, ao longo das nossas primeiras incursões, na condição de pesquisadores voltamos nossas atenções para os relatos das feirantes, a fim de analisarmos o cotidiano das atividades exercidas por essas trabalhadoras na feira livre que são permeadas pela memória dos papéis de gênero. Assim sendo, foi necessário recorrermos a trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, livros, artigos, entre outros) que versam sobre feira livre e temas correlatos.

Ao investigar a produção e circulação dos saberes em uma feira livre de Santo Amaro/BA, Santos (2021, p. 3) afirma que “[...] cada feira possui características específicas de sua região, porém seus aspectos culturais podem ser encontrados em qualquer uma delas”. Nesta linha argumentativa, a autora afirmou:

A diversidade de saberes, aprendizagens, experiências, as alegrias e dificuldades do dia a dia fortalecem os laços entre as trabalhadoras e os trabalhadores. É perceptível a ajuda mútua que existe entre eles: uns indicam outros, ajudam em trocos, ou favores necessários diante de algum imprevisto, como quando um vendedor tem que sair e o outro se responsabiliza pela venda, estabelecendo uma troca de confiança estabelecida no dia a dia. As pessoas são empáticas, pois, entendem a realidade do outro; por trás de cada vendedor(a) há uma história, sonhos e também desilusões. (SANTOS, 2021, p. 4).

---

<sup>1</sup> A CEASA de Vitória da Conquista é denominada oficialmente de Feira Livre Edmundo Flores. A sigla CEASA significa Central Estadual de Abastecimento. Neste trabalho usaremos a sigla para nos referirmos ao *locus* de investigação.



Segundo Lacerda e Mendes (2019, p. 1887), a partir das memórias dos trabalhadores da feira livre, encontra-se expresso como a produção do espaço se dá por meio das vivências e das experiências de cada indivíduo que atuam nesses locais – marcados pelo fluxo contínuo de pessoas –, portanto, podemos afirmar que as relações que se processam ali forjam as identidades desses trabalhadores e “[...] dão significado ao espaço-tempo e o configura como lugar”. Lugar esse composto por múltiplas memórias de vida no que toca ao trabalho. Logo, as feiras livres não são apenas locais de comércio, configurando-se também enquanto lugares de pertencimento, onde encontramos os mais diversos estratos sociais de uma comunidade.

A etimologia da palavra feira deriva do latim e significa dia santo ou feriado, contudo, pode ser traduzida também como festa (SATO, 2007, PIERRI, 2010;). Para Sato (2007), ao tentarmos compreender como são constituídos os processos que cotidianamente são conduzidos para organizar a feira livre é importante identificar as regras gerais de seu funcionamento e os estratos sociais que por ali transitam. Em seu estudo sobre as feiras de São Paulo, o autor recorreu a divisão geoeconômica proposta pelo geógrafo Santos (1979; 2004) que divide o ambiente urbano em “circuito superior” – onde ocorrem as transações comerciais de alta monta – e “circuito inferior”, este último seria aquele que abrigariam as feiras livres.

[...] o “circuito inferior” orienta sua atividade para a população e economia locais; é trabalho intensivo utilizando tecnologia pouco sofisticada; os vínculos de trabalho são precários em termos de proteção social; a atividade comercial dirige-se, prioritariamente, para as camadas médias e populares e visa, também prioritariamente, garantir a sobrevivência. Por ser hegemônico, o “circuito superior” da economia orienta as regras para o funcionamento do “circuito inferior” também, o que pode ser sentido como uma convivência tensa. No caso específico, a tensão entre o comércio da feira livre e o das grandes redes de super e hipermercados – exemplares do comércio varejista de alimentos alocados no “circuito superior” – é constantemente relatada pelos feirantes. Não é à toa que os feirantes trazem, espontaneamente, o tema da extinção da feira livre. As ameaças sentidas vêm de longa data. A pulverização dos supermercados frequentemente é considerada a causa da queda de movimento das feiras livres. Muito embora haja distinções significativas entre os dois circuitos, suas atividades convivem e se influenciam mutuamente. A feira livre – característica de atividade situada no “circuito inferior” – escoia produtos oferecidos por importadores (grandes atacadistas) e tem como fregueses pessoas dos estratos sociais médios e altos. (SATO, 2007, p. 96).

Conforme observado pelo autor, são muitas as referências às feiras na literatura, mostrando como assumem, além da função comercial, uma manifestação cultural, religiosa e festiva. Sato (2007) afiança que, além da dimensão econômica, devemos prestar atenção para o papel pragmático de seus trabalhadores, que visam a partir do lúdico e da estética, entreter e

persuadir seus potenciais compradores. Feirantes são *performers*. Característico da feira livre, o horário da xepa imanta todos os seus significados: trabalho, comércio, beleza, brincadeira e o chamamento eloquente da freguesia. Embora para muitos feirantes e fregueses a feira seja apenas local de trabalho e de comercialização e, por isso, não participem das *performances*, são os *performers* que chamam a atenção. (SATO, 2007, p. 98).

Conforme argumentado por Bonfim e Gomes (2015), historicamente as feiras livres existem no Brasil desde o período colonial, tendo passado por diversas transformações ao longo do tempo. As feiras livres se configuram enquanto lugar de trocas comerciais, e onde produtos e serviços são ofertados e contratados. As pesquisadoras observaram que, mesmo com as mais recentes inovações, no que diz respeito a compra de alimentos (hipermercados, aplicativos de entrega, sistemas de distribuição de alimentos etc.), ainda persiste na cultura popular o ato de ir às feiras livres para a compra de hortaliças, verduras, legumes, carnes, biscoitos e diversos outros produtos, o que atesta a vitalidade e a relevância desse tipo de comércio popular.

Nas pequenas cidades do interior, elas estimulam o desenvolvimento econômico e social, fomentando, principalmente, a economia local e tornando-se um espaço de interação, de modo que um tecido social se relaciona de forma intensa. (BONFIM; GOMES, 2015, p. 102).

Desse modo, Bonfim e Gomes (2015), sinalizaram que, entender as feiras do interior nos facultam compreender não apenas as dinâmicas econômicas locais, bem como a formação cultural de uma localidade. Contudo, devemos perceber que a gestão nesses espaços não ocorre de forma técnica.

Lacerda e Mendes (2019, p. 1887) afiançaram que, o estudo da feira livre nos permite refletir a confluência de elementos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Uma vez que, “tais elementos interagem de forma dinâmica modelando sobre velhos espaços, novos olhares e vivências no mundo, reestruturando-os como lugar”. Concordamos com as autoras de que, esses espaços são compostos de subjetividades, afetos e memórias comuns que são reatualizadas ordinariamente.

[...] a partir de estudos sobre o cotidiano, o trabalho e o protagonismo feminino inserido numa base territorial, no espaço da feira livre como um lugar para a realização do comércio, do desenvolvimento local e acima de tudo um lugar de mudanças sociais, onde as mulheres, ao saírem de suas casas, estão inseridas em outro cenário, com papéis definidos na luta pela conquista de seus direitos, pela autonomia e acima de tudo a conquista do espaço e sua constituição enquanto sujeito em uma sociedade que ainda discrimina e rotula, desrespeitando os seus direitos enquanto cidadãs. (CARVALHO, 2021, p. 2).

Para Carvalho (2021, p. 2), ao analisarmos as memórias das trabalhadoras das feiras livres, aqui nos referimos especialmente às trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista, torna-se possível “apreender amplos aspectos da vida social, econômica, política e cultural das mulheres”. Ao cruzarmos essas memórias com outros dados, sobretudo aqueles referentes ao desenvolvimento socioeconômico, podemos empreender uma investigação que apresente a história de uma determinada região, aponte para suas especificidades e revele e conjunto de valores que são socialmente compartilhados por determinados grupos sociais.

Concordamos com Carvalho (2021) de que, tratar da trajetória de trabalho e das memórias das feirantes, permite que sejam identificados e inter-relacionados alguns dos aspectos das estruturas econômicas e sociais de cunho parental, local, regional e nacional, especialmente pelo protagonismo e participação ativa dessas trabalhadoras em diversos aspectos dos setores produtivos, pois, a partir das relações que são construídas, tanto com seus clientes quanto com os demais colaboradores e trabalhadores, forma-se uma extensa teia social, onde diversos saberes, fazeres e técnicas se encontram. É nesse jogo de relações, muitas das quais marcadas por tensões e conciliações, que diversos estratos sociais se interagem, de modo a compor uma determinada cultura comum. Desse modo, a vivência do cotidiano da feira livre, tanto na condição de trabalhador como na condição de consumidor, possibilita a troca de aprendizado em circulação entre os grupos aos quais pertencem.

Como sabemos, existe na relação cliente e vendedor, mesmo que não declarada, um acordo tácito de cordialidade entre as partes, que deve ser seguido, com o intuito de minimizar uma tensão entre os sujeitos negociantes. Assim, cabe tanto ao trabalhador como a trabalhadora da feira livre abordar os seus potenciais clientes, a partir de uma linguagem de fácil compreensão, como também compete ao cliente inquirir aos/às eventuais comerciantes, os preços, a validade, a qualidade, o sabor, as características, a origem e uma infinidade de outras informações, de forma educada, a fim de evitar um conflito, ou seja, esse acordo tácito visa a manutenção do respeito mútuo (LUCENA; GERMANO, 2016).

No que diz respeito ao acordo tácito, anteriormente mencionado, mesmo ele não sendo um objeto material que regula as relações, faz parte de um saber comum e popular, capaz de aproximar sujeitos, promover o estreitamento das relações entre cliente e comerciante e garantir a realização de trocas satisfatórias e vantajosas (MASCARENHA, 1991; 2005). Cabe ressaltar, entretanto, que esse acordo não é exclusivo da relação feirante e cliente, sendo, na verdade, válido para todas as relações interpessoais existentes no mundo do comércio. Com relação às feiras livres, como apontou Lucena e Germano (2016), o seu não cumprimento, acarretará sempre numa tensão, assim sendo, o cliente que, eventualmente, se sentir desrespeitado, optará

em muitos dos casos, em não adquirir determinado produto ou comprá-lo no concorrente; ao passo que o vendedor que também assim se sentir, dificultará às negociações, ao se mostrar irredutível em baratear o produto, não optar em entregar o de melhor qualidade ou mesmo omitir informações sobre origem e validade. Conforme podemos perceber, esse acordo tácito de cordialidade mútua referente a conduta é parte uma tradição consuetudinária<sup>2</sup>, ou seja, que se pratica repetidamente, tornando-se um costume, sendo fluída e não ordenada, fazendo parte de um jogo linguístico, onde sobressai o poder de convencimento e a capacidade argumentativa para se obter vantagens, a confiança ou a fidelidade.

Borges (2009) afirma que, nas feiras livres, encontramos as relações de poder no processo de compra de produtos, pois:

Olhar para os modos de vender das feiras livres possibilita uma discussão acerca das relações de poder que perpassam as relações sociais. Quando os feirantes vão para as ruas, eles ocupam as calçadas, talvez como uma reação àqueles que parecem dominar os espaços de venda. Há uma “competição” de produtos/vozes. Os preços são negociados: um precisa vender, outro precisa comprar. Nas lojas, não há negociação, o consumidor não tem poder. No máximo, ele se depara com opções de compras e com seus juros já incluídos. Nas feiras ambulantes, o consumidor argumenta para comprar mais barato (a pechincha), o vendedor argumenta para vender mais caro, sem as fronteiras/barreiras do mercado controlado por tarifas, impostos, juros. (BORGES, 2009, p. 3).

Com base nas observações da autora, precisamos fazer algumas ressalvas, a fim de melhor entendermos o contexto da feira da CEASA de Vitória da Conquista. Diferente das dinâmicas que são vivenciadas pelos trabalhadores ambulantes, cuja circulação é uma de suas principais características, nas feiras livres – de natureza permanente –, a exemplo da CEASA de Vitória da Conquista, seus trabalhadores atuam em espaços demarcados. O processo de alocação é concedido pelos órgãos municipais, aos quais competem credenciar, fiscalizar e recolher os devidos tributos.

Desse modo, o espaço da feira livre, paulatinamente, passou a ser controlado por meio dos órgãos de inspeção e controle, como, por exemplo, a Sesepe e a Vigilância Sanitária, cujas atribuições permitem o deslocamento, o confisco de produtos, a aplicação de multas e uma série de outras prerrogativas.

---

<sup>2</sup> A palavra consuetudinário é muito utilizado juridicamente, exemplo: direito consuetudinário é uma série de costumes, práticas e crenças que são aceitos como regras obrigatórias de conduta pelos povos indígenas e comunidades locais. O direito consuetudinário é uma parte intrínseca dos seus sistemas sociais e econômicos e modos de vida. Consuetudinário - O que não está escrito e é só fundado nos usos ou costumes. Origem etimológica: latim *consuetudinarius*, -a, -um.

De modo similar ao que analisamos em nesta investigação, em seu estudo sobre a feira livre de Montes Claros/MG, Almeida (2017) afirmou que, além de nutrir, nas feiras livres encontramos a existência de um saber popular, que remonta aos períodos de formação da nossa sociedade e que traduz toda a riqueza de nossa cultura e ancestralidade indígena, europeia e africana. Dentre os produtos encontrados nas feiras livres, além daqueles comprados nos grandes centros varejistas, é possível localizar uma infinidade de produtos vegetais<sup>3</sup>, gêneros alimentícios da flora regional, artesanatos que refletem as identidades locais e sujeitos portadores de conhecimentos tradicionais (BARBOSA *et al.*, 2019).

Segundo Souza *et al.* (2021), ao estudar as dinâmicas das feiras livres e as atuações profissionais que se processam nesses espaços, necessitamos questionar se se tratam de locais de resistência, pois, para muitos observadores desatentos, os trabalhadores e as trabalhadoras das feiras livres continuam sendo vistos essencialmente como sujeitos sociais desqualificados, que não tendo outra oportunidade na vida, viram no trabalho como feirante a única forma de sobrevivência. Essa visão preconcebida acerca das trajetórias de trabalho das trabalhadoras das feiras livres, acaba por mascarar suas diversas estratégias de existência, resistência e sobrevivência, ao conferir um papel subalterno e inferiorizado sobre a profissão que exercem.

Quando analisamos o conteúdo das narrativas das entrevistadas que trabalham na feira livre da CEASA, observamos que, além das dificuldades e dilemas que enfrentam no exercício de suas funções, encontramos também uma visão positiva sobre suas atuações, sobre seus papéis sociais, sobre suas formas de ser e estar no mundo. Logo, compreendemos o ambiente da feira livre como um lugar de resistência, onde as camadas populares constroem sua própria atmosfera cultural, produzem e circulam uma linguagem específica, compartilham de determinados valores e socializam seus saberes a partir do contato que desenvolvem com os demais indivíduos que circulam nas dependências e adjacências das feiras livres.

Em seu estudo sobre o trabalho infantil na CEASA de Vitória da Conquista, Oliveira (2017) observou que, além das crianças, é enorme o contingente de mulheres que ali atuam. A partir desta constatação, a pesquisadora buscou analisar as narrativas das feirantes e suas memórias sobre o trabalho infantil. Com base nas entrevistas que realizou, Oliveira (2017, p. viii) identificou que “[...] as memórias das feirantes foram (re)construídas em torno do trabalho como algo moralizante e indispensável à formação do caráter dos filhos e filhas, que o trabalho se presta à solidariedade familiar”, neste sentido, para muitas das participantes o trabalho

---

3 Referimos, especificamente, as plantas medicinais que são utilizadas como matéria prima para a fabricação de medicamentos. As plantas medicinais têm sido um importante recurso terapêutico desde a antiguidade até os dias atuais, cuja utilização é largamente feita pela indústria farmacêutica (MOTA, 2022).

infantil seria uma condição indispensável para a sobrevivência do grupo familiar, uma vez que muitas das feirantes compartilhavam da ideia de que os filhos e filhas dos grupos mais pobres estavam fadadas ao mundo do trabalho, o que acabava por naturalizar a existência do trabalho infantil. Em nosso estudo, buscamos revisitar essa questão, a partir do questionamento sobre a existência de filhos e o compartilhamento ou não com eles das funções de feirantes.

Ao investigar as memórias que as trabalhadoras da CEASA tinham sobre a realização de trabalho na infância, Oliveira (2017, p. 111) constatou que “as feirantes trazem boas recordações do passado enquanto trabalhadoras que foram e que ainda são”. Pois, o trabalho como expressão máxima da constituição do caráter do “bom sujeito” apareceu de forma naturalizada em suas narrativas, o que permitiu a autora afirmar que, para muitas mães, avós ou mesmo’ pais, incentivar ou obrigar seus filhos a trabalhar desde cedo não seria nenhum problema.

Ainda segundo Oliveira (2017), em Vitória da Conquista, além da CEASA existem diversas outras feiras livres, localizadas em bairros equidistantes do centro da cidade, a exemplo das existentes nos bairros Brasil, Alton Maron, Patagônia, entre outras. Segundo a pesquisadora, seu interesse pelo objeto de pesquisa se deu durante suas incursões à CEASA, onde era possível encontrar inúmeras crianças, adolescentes e mulheres atuando, seja no comércio de produtos, entregas de compras, carga e descarga de mercadorias e diversas outras atividades relacionadas à rotina de trabalho na feira livre. De modo semelhante, nosso despertar se deu a partir do diálogo com as trabalhadoras que atuam na CEASA, por meio de conversas informais.

Buscando compreender a importância da feira livre, Lacerda (2020) afirmou que as feiras livres são lugares de encontro, de trocas de experiências, de fazeres e saberes que reforçam significados acerca da realidade, desse modo, é preciso nos despirmos das nossas concepções preconcebidas sobre as forma como seus trabalhadores se organizam, a fim de imergirmos em suas dinâmicas internas e assim produzirmos um saber científico que verdadeiramente refletem a forma como percebem a si mesmo e aos outros.

Conforme argumentou Lacerda (2020, p. 28), as feiras não são o resultado acabado do processo de diversão social do trabalho, podendo mesmo ser visto como uma expressão sociocultural. Desse modo, a autora propõe examinar as feiras também como espaços de educação informal, “[...] pois é possível aprender e ensinar na feira e, por apresentar modalidades de comercialização e oferta de produtos bastante diversificados” (LACERDA, 2020, p. 33). Além dos gêneros alimentícios e serviços que são negociados, nas feiras é possível

encontrarmos especiarias, medicamentos à base de ervas, vestuário, utensílios domésticos, animais, artesanato, produtos de limpeza, cosméticos etc.

Lacerda (2020, p. 36) ao historicizar a trajetória de existência do comércio popular em Vitória da Conquista, incluiu entre seus objetos de investigação a feira da CEASA. Segundo a pesquisadora, “entre 1983 e 1986 ocorreu a construção de cinco pavilhões para abrigar a feira que era realizada na Praça da Bandeira, ao lado do Mercado Municipal Fernando Spínola, conhecido como Mercadão”. Essa ampliação foi o resultado da constatação do aumento do contingente de consumidores e vendedores varejistas. Durante este período de convivência mútua entre os setores atacadistas e varejistas, os primeiros atendiam não apenas os segundos, como também, os varejistas das feiras dos bairros adjacentes e das cidades circunvizinhas. A separação só ocorreu em 2008, sendo o setor atacadista deslocado para a Avenida Juracy Magalhães. Em decreto municipal de 2017, foi sancionado novo deslocamento, efetivado em 05 de julho de 2022 com a inauguração da CEAVIC, localizada às margens da Rodovia Herzem Gusmão, conhecida popularmente como “Saída de Anagé”. Desse modo, além da existência de diversas feiras livres nos bairros da cidade, coexiste atualmente dois polos atacadistas, com vista a atender a demanda sempre crescente dos produtos que são ali distribuídos, cujos destinos atendem os vendedores da CEASA.

Portanto, no processo de construção desse trabalho, realizamos uma busca pelas pesquisas que foram feitas sobre o trabalho das mulheres nas feiras de Vitória da Conquista. De antemão, observamos a escassez de estudos sobre esta temática, o que nos impulsionou a prosseguir com a coleta de dados. A fim de melhor circunscrevermos o nosso objeto de estudo, selecionamos a feira livre da CEASA como *lócus* de investigação e suas trabalhadoras como sujeitos participantes da pesquisa.

Segundo a Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Vitória da Conquista, responsável pela coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, na CEASA de Vitória da Conquista, existem aproximadamente 1.700 feirantes, inexistindo qualquer dado oficial a respeito da quantidade de mulheres que exercem esta atividade (PMVC, 2020). A ausência de dados oficiais sobre a quantidade de mulheres feirantes, longe de se configurar enquanto um entrave a consecução deste estudo, nos aguçou ainda mais a curiosidade científica em compreender as dinâmicas que estão por traz dessa profissão, uma vez que o trabalho desses profissionais é essencial para a manutenção da vida dos sujeitos que consome os alimentos e produtos que ali são ofertados. Não devemos esquecer, que em geral nas feiras livres, é possível encontrar os produtos que compõe a biodiversidade local.

Conforme Oliveira e Santos (2017, p. 2), além de serem expressivas na feira, as mulheres feirantes da CEASA estão distribuídas em diversos setores, prioritariamente na venda e manipulação de alimentos, atividades historicamente reservadas aos cuidados femininos, “os papéis reservados para a mulher dentro da sociedade, como o papel de mãe e o de esposa, acabam contribuindo para que haja imbricações entre o trabalho feminino e o trabalho infantil”. Esse último estudo, fruto da Dissertação de Mestrado da pesquisadora e das contribuições do pesquisador, especialista da infância e das relações de gênero, amplia nossa compreensão sobre as memórias das feirantes com relação ao trabalho. No artigo os autores analisaram as memórias relativas à infância das mulheres feirantes da CEASA, a fim de examinarem as recordações sobre as experiências de trabalho e da realização dos afazeres domésticos. Constatam que:

Mesmo diante da desvalorização, as feirantes da CEASA, que desde cedo trabalharam nos ambientes privado e público, não tiveram oportunidade de estudar na infância e nem depois de adultas, têm orgulho de serem trabalhadoras e de terem criado filhas e filhos trabalhadores. Assim elas se reconhecem e atribuem honradez ao trabalho. (OLIVEIRA; SANTOS, 2017, p. 14).

Oliveira e Santos (2017) argumentaram que dentre as 11 entrevistadas em seu estudo, todas relataram terem realizados de forma rotineira os afazeres domésticos antes dos 10 anos de idade, o que aponta para as desigualdades de gênero, sobretudo quando recordam de terem dividido juntos as mães e irmãs as tarefas de cuidado, limpeza e cozinha. Com base em estudos sobre as relações de gênero e divisão sexual do trabalho, os pesquisadores apontaram como nas memórias das feirantes da CEASA, infância, trabalho doméstico, não escolarização e casamento se relacionam de forma a criar uma atmosfera de desigualdade de gênero, no qual as mulheres continuam submetidas ao sistema de dominação masculina, que se transfere da tutela do pai para a figura do marido ou esposo. A partir das observações de Cisne (2015), Oliveira e Santos (2017) nos fez perceber que toda divisão sexual baseada na suposta naturalidade de determinados atributos, como, por exemplo, o homem é o sexo forte por isso dedicado ao trabalho braçal e a mulher o sexo frágil por isso dedicado ao cuidado, é a forma como a violência de gênero<sup>4</sup> se perpetua através das gerações.

---

<sup>4</sup> Segundo Safioti, a violência de gênero como um fenômeno mais amplo, derivada das relações de poder entre homens e mulheres dentro da sociedade, podendo contemplar atos violentos entre homens-mulheres, mulheres-homens, homens-homens, mulheresmulheres; violência contra as mulheres, que se direciona especificamente aos corpos femininos;



A atribuição de atividades sociais diferentes e desiguais, de acordo com o sexo, é fruto de uma construção sócio histórica, que possui um caráter econômico de classe relativo à exploração e opressão da mulher, que serve de suporte para a construção das diferenças de gênero, separando o modo masculino e o modo feminino como se não fossem construções sociais, mas naturalidades do ser. (OLIVEIRA; SANTOS, 2017, p. 9).

Conforme demonstraram Santos e Rocha (2019), impactada pela mais recente crise internacional do capitalismo, a economia conquistense demonstra esses reflexos por meio da diminuição dos trabalhos formais e aumento substancial da informalidade, esta última sendo uma forma de enfrentamento da precarização das condições mínimas de sobrevivência pela qual tem passado a grande maioria da população.

Cabe também frisar que, em 2006, o PDU de Vitória da Conquista foi aprovado e instituído como um instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano, através da Lei nº 1.385/2006. Dentre os seus vários princípios norteadores, pode-se destacar o que diz respeito à necessidade de fortalecimento do papel regulador do setor público e valorização das suas funções de planejamento, controle e articulação. Com relação ao planejamento da organização territorial, o entendimento é o de que devem ser priorizadas as atividades econômicas, comerciais e de serviços consideradas estratégicas para o desenvolvimento do município, atentando-se para uma adequada distribuição das mesmas no território. (SANTOS; ROCHA, 2019, p. 303-304).

Dentre os serviços considerados essenciais, a manutenção e melhoria das feiras livres atende os critérios do que é considerado prioritário, uma vez que o comércio que ocorre ali atende não apenas à população conquistense de um modo geral, por estar estrategicamente localizada no centro da cidade, onde se concentra a maior parcela do comércio e de outros serviços, como também atende aos visitantes em trânsito, que eventualmente passam pelo lugar.

Em nossas observações, durante as visitas de campo, constatamos um aumento de feirantes não licenciados, em exercício nas CEASA. Inferimos que esse fenômeno seja impulsionado pelas sucessivas crises econômicas em decorrência da diminuição das políticas públicas de assistência social nos últimos anos, sobretudo, a partir de 2016. Assistimos a partir deste período o aumento do número de trabalhadores que ocupam esporadicamente as imediações da feira, sobretudo a área externa aos galpões, para a venda de produtos, muitos dos quais são eles mesmos os próprios produtores: hortaliças, grãos, frutas etc.

Desse modo, existe uma tensão entre os vendedores que estão alocados na feira a partir dos órgãos de controle municipal e aqueles que a ocupam de forma “clandestina”<sup>5</sup>, pois não são tributados e não detêm um espaço delimitado para o exercício de suas funções. Logo, existe uma disputa, não bélica, entre os diversos trabalhadores da feira da CEASA, que se processa na forma como o lugar é ocupado.

Dentre as transformações no processo de organização das feiras livres, diferente do que ocorria outrora, a exemplo do contexto brasileiro, cujos padrões incluíam um caráter não ordeiro, onde vendedores circulavam, mudavam de lugares episodicamente e disputavam a clientela por meio da abordagem sistemática de seus clientes, na atualidade as feiras livres ganharam um aspecto mais ordeiro e controlado, sejam por meio dos órgãos de controle ou mesmo por parte daqueles que ali trabalham e se sentem proprietários de seus respectivos espaços (SOUZA, 2015).

Em um estudo sobre as relações sociais de gênero no universo das feiras populares de Aracaju/SE, Prata (2013) pontuou que, nas últimas décadas, uma série de transformações alteraram sensivelmente as dinâmicas no ambiente de trabalho das feiras livres, com impactos significativos para as mulheres feirantes. Em decorrência das sucessivas crises econômicas, a autora observou o aumento do desemprego e do trabalho informal – trabalho este marcado não apenas pelas contratações desassistidas dos direitos trabalhista, mas impulsionada pela ideologia do empreendedorismo.

Com base no contexto conquistense, é grande o número de trabalhadores informais ou desassistidos de seus direitos, conforme constatou Santos e Rocha (2019), contudo, buscamos nos afastar do pressuposto de que todas os trabalhadores das feiras livres eram necessariamente trabalhadores informais, uma vez que, em conversas exploratórias, nos deparamos com trabalhadoras formais, microempreendedoras e empregadoras.

É interessante salientar que dentro desse contexto, a Sociologia do Trabalho aponta nos estudos contemporâneos para o avanço da “Precarização do Trabalho”. Essa expressão é utilizada para caracterizar as relações de trabalho atuais que estão alicerçadas em atividades instáveis e inconsistentes, com base em trabalhos de tempo parcial, em subcontratações, terceirizações, empregos temporários e informais. Concomitantemente a esse processo, estudiosos do

---

<sup>5</sup> Ao longo deste estudo, todas as referências que fizemos ao comércio paralelo que é praticado nas imediações da CEASA será colocado entre aspas, pois, mesmo reconhecendo a irregularidade na atividade comercial desses trabalhadores, por não possuírem licenças para atuarem profissionalmente, defendemos a ideia de que a suposta clandestinidade seja fruto do aumento da pobreza, do êxodo rural e da diminuição das oportunidades de emprego aos camponeses que não possuem formação educacional ou profissional, razão que os obrigam a buscarem novas estratégias de sobrevivência e de garantias mínimas para a manutenção de seus núcleos familiares. Reconhecemos ainda a inexistência de investigações acadêmicas sobre as condições de vida e de trabalho desses sujeitos, o que abre possibilidade para a realização de novos estudos sobre a CEASA de Vitória da Conquista.

Trabalho vêm sinalizando também para o fenômeno da feminização do mundo do trabalho em escala global. No entanto, apesar deste quadro ser visto inicialmente com certa euforia, faz-se necessário colocarmos em questão, quais as condições em que se deram essa inserção massiva da mulher? Em resposta a este questionamento, destacamos o pensamento de Hirata (2007) alegando que, o trabalho precário é hoje predominantemente feminino, e isto se deve ao fato de que são nesses empregos (informais, de tempo parcial e terceirizado) que as mulheres conseguem de modo mais fácil articular as atividades domésticas e cuidado com os filhos (trabalho de reprodução das condições sociais da vida) ao trabalho na esfera pública (trabalho produtivo, que gera bens e riquezas etc). (PRATA, 2013, p. 15).

É importante ressaltar o que Prata (2013, p. 15) afirmou, que “tal conciliação de tarefas aparece como responsabilidade exclusiva do sexo feminino”. Portanto, esse acúmulo das tarefas representa uma regressão dos direitos sociais e trabalhistas, acarretando salários inferiores e ausência de proteção sindical.

Portanto, era necessário inquirirmos as entrevistadas quais eram suas situações contratuais de trabalho, a fim de compormos um perfil socioeconômico das participantes, de modo a ampliarmos nossa compreensão sobre as relações de trabalho na CEASA, em especial, as situações contratuais do estrato de mulheres que ali trabalham. De fato, esta análise só nos permitiu analisar o universo das 11 entrevistadas, não sendo possível inferir como se dão as reais condições de todas as trabalhadoras que ali exercem suas atividades profissionais. Como afirmamos anteriormente, os dados da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, não traz em seus demonstrativos o contingente de trabalhadoras e as condições de emprego às quais estão submetidos os trabalhadores das feiras livres conquistense.

Além das questões formais de emprego, o serviço doméstico e o seu respectivo compartilhamento com outros membros foram outros tópicos de interesse de nossa pesquisa, pois, como sabemos, grande parte das mulheres que se dedicam a trabalhar no ambiente externo ao domicílio, assume sozinha ou compartilha das funções domésticas com outros membros familiares, sobretudo as filhas ou dependentes.

De acordo com Soares (2014, s. p.):

As mulheres da feira mesmo tendo sido vitimizadas por contextos de opressão e dominação masculina, manifestam autoestima e orgulho pelo desempenho de atividades produtivas e por competirem no mesmo espaço de trabalho com os homens.

Conforme afirmou Malta *et al.* (2021), com o surgimento da pandemia de COVID-19<sup>6</sup>, vivenciamos uma pandemia (violência feminina) dentro de uma crise sanitária global. A partir de dados coligidos, foi possível observar o aumento da violência, sobretudo, doméstica, durante o momento do distanciamento social. Dentre as possíveis causas, o estudo apontou o aumento da onda conservadora, o acirramento das tensões e o próprio adoecimento psicológico que permeiam a sociabilidade brasileira atual.

De fato, a relação entre a violência doméstica e as causas questionáveis – como o desemprego, a fome e o consumo de álcool – esteve presente em uma pequena parte do conteúdo analisado. É importante situar que nenhum desses fatores são em si as reais condições que produzem violências contra mulheres, do contrário, ambientes antagônicos a estes seriam o horizonte para a superação dessas situações, o que de longe não se configura como realidade. No entanto, é pertinente considerar que, através desses conteúdos – vulnerabilidade econômica e emocional –, manifesta-se uma das faces da violência de gênero que se relaciona com as condições de vida das mulheres. (MALTA *et al.*, 2021, p. 857-858).

Como causa primordial, as pesquisadoras apontaram o machismo, ideologia que permeia o universo político, econômico e sociocultural da sociedade brasileira. Portanto, não pudemos desconsiderar o machismo como sendo uma categoria analítica. Ele se expressa não apenas nas relações desiguais de trabalho, como também no universo simbólico e material das personagens entrevistadas, mesmo que muitas vezes, o ato de conceder uma entrevista durante seu horário de trabalho, na companhia de clientes, companheiros, colegas de trabalhos, filhos e dependentes, empregadores e demais trabalhadores da CEASA, tenham constrangido as entrevistadas a relatar suas memórias sobre possíveis violências de gênero sofrida no ambiente de trabalho, por esse motivo procuramos sempre realizar as entrevistas em dias mais vazios (de segunda a quarta-feira), e quando as entrevistadas estavam desacompanhadas de possíveis companheiros ou mesmo empregadores, em especial do sexo masculino).

Assim sendo, mesmo trabalhando num ambiente dominado pela figura do homem, como nos foi relatado pelas trabalhadoras, partimos da premissa de que muitas mulheres feirantes conquistaram o seu espaço na sociedade e conseguem enfrentar as adversidades, a ponto de prover o sustento familiar e reafirmar a sua condição de sujeito capaz, rompendo a memória

---

<sup>6</sup> A COVID-19 é uma síndrome respiratória aguda grave (SRAG) infecciosa, causada por coronavírus. A doença tem alta transmissibilidade e ocasiona sintomas leves a graves, gerando elevada demanda por cuidados intensivos e milhares de óbitos. Em março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada como pandemia. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o Covid-19, causado pelo novo coronavírus, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

social relacionada à fragilidade feminina e a submissão masculina. Posto isto, construímos a problemática que orienta esta pesquisa: quais as memórias das mulheres que trabalham como feirantes na Feira Livre Edmundo Flores (CEASA) da cidade de Vitória da Conquista e como o cotidiano de trabalho dessas mulheres é tecido na dinâmica da construção dos papéis de gênero determinados socialmente?

Partindo de nosso objetivo principal, que é compreender as memórias e as condições de trabalho das feirantes da CEASA, dentro das desigualdades de gênero, definimos como objetivos específicos:

- Elaborar o perfil socioeconômico das mulheres feirantes da CEASA de Vitória da Conquista que participaram desta pesquisa, no intuito de entender as condições de trabalho a partir das memórias individuais das entrevistadas;
- Compreender as condições de trabalho na CEASA e o protagonismo das trabalhadoras na manutenção financeira de seu núcleo familiar;
- Verificar a existência de possíveis violências de gênero sofridas pelas trabalhadoras da CEASA, a partir do acúmulo com do trabalho na feira livre com o trabalho doméstico;
- Problematizar as diversas formas de violência de gênero sofridas pelas feirantes da CEASA em seus respectivos ambientes de trabalho extra domicílio.

Destacamos a importância das referências bibliográficas examinadas durante as disciplinas Introdução as Teorias da Memória (2020.2), ministrada pela professora Dra. Maria Salete de Souza Nery; Fundamentos da Pesquisa em Memória (2020.2), ministrada pelo professor Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos; Memória em Bergson (2020.2), ministrada pelo professor Dr. Auterives Maciel Júnior; Memória em Halbwachs (2021.1), ministrada pela professora Dra. Livia Diana Rocha Magalhães; Memória, Trabalho, Educação e Gênero I (2021.1), ministrada pela professora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves; e, Memória e Violência contra Mulheres (2021.2), ministrada pela Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha.

Como sabemos, o estudo da memória perpassa por vários ramos do conhecimento e é analisado por algumas ciências e campos do saber. Dentre elas, destaca-se a Filosofia, Psicologia, Sociologia e Medicina. Por conta disso, muitas vezes a análise deste objeto está relacionada a questionamentos correlatos a alguns fenômenos (a exemplo do tempo, duração, recordação, esquecimento, linguagem etc.).

Em diferentes momentos da humanidade, pensadores e filósofos se propuseram a discutir a memória enquanto um fenômeno. Dentre eles, podemos destacar a contribuição de Halbwachs (1877-1945), filósofo francês que inovou profundamente o campo da teoria da memória ao trazer ideias que até então não tinham sido associadas às Ciências Sociais, como observamos em *Os quadros sociais da memória* ([1925]) e *A memória coletiva* ([1950] 2017), onde o pensador nos mostrou como o simples ato de recordar, mesmo que realizado individualmente, está diretamente relacionado com as interações que construímos coletivamente, daí pensar a memória como sendo um construto sociocultural, relacionado aos grupos de pertencimento dos quais fazemos partes.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2017, p. 30).

Anterior a Halbwachs, Bergson (1859-1941) havia proposto a teoria de que a memória seria um fenômeno biológico, pois dependia das nossas faculdades mentais, contudo, atentou para a influência do tempo como sendo um fator relevante, na forma como lidamos com a realidade. Diferente do que acreditava muitos de seus contemporâneos, Bergson observou que, a memória está diretamente ligada aos acontecimentos presentes que nos evocam um passado que já não existe mais, mas que só pode ser experimentado no agora. Desse modo, o pensador afirmou que é a partir da memória que construímos e vivenciamos a passagem temporal, pois só a partir das nossas recordações e expectativas é que podemos dar significado ao passado, presente e futuro.

Conforme demonstrado por Bosi (1936-2017), em sociedades marcadas pelas desigualdades, a exemplo da sociedade brasileira, as crianças, as mulheres e os idosos são os sujeitos que mais sofrem com as opressões. Opressões que são vividas de múltiplas formas e que impactam diretamente na qualidade de vida desses estratos sociais. Tratando especificamente das memórias dos velhos, a autora questionou por que devemos dar atenção as recordações que são compartilhadas pelos idosos e nos leva a pensar que, são eles as testemunhas vivas de um passado que não existe mais, mas que luta em permanecer vivo, ou mesmo nas palavras de Chauí (1979, p. XVIII), de que os velhos “[...] são a fonte de onde jorra a cultura”. Assim sendo, buscamos selecionar trabalhadoras de diferentes faixas etárias, de

modo a privilegiar as mais velhas, por entendermos que, em suas narrativas, seria possível analisar os impactos do tempo e da longa experiência do trabalho na feira livre.

Apesar da diferença entre o processo que leva à ação e o processo que leva à percepção, um e outro dependem, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre, no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente. (BOSI, 1979, p. 7).

Observar as marcas da percepção da passagem temporal por meio das narrativas, tantos dos mais jovens quanto dos mais velhos, nos proporcionam entender melhor como as expectativas e as frustrações se processam no universo simbólico das mulheres de diferentes gerações que trabalham na feira da CEASA.

Ainda segundo Bosi (1979), “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” e é por meio da evocação do passado que conseguimos dar significado ao presente e assim projetar um futuro, seja ele ideal ou assustador. Logo, é por meio do estudo da memória que buscaremos compreender os dilemas, problemas e expectativas que compõe a memória coletiva das trabalhadoras da feira livre da central de abastecimento.

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (BOSI, 1979, p. 17).

Consoante a Halbwachs, Bosi (1979) afirmou que a memória como a entendemos e operacionalizamos na pesquisa científica não ocorre de forma espontânea, pois ela necessita ser evocada a partir de marcos que nos são postos no presente. Portanto, a intenção do pesquisador, ao trabalhar com a memória, é buscar realizar os devidos questionamentos, a fim de que, por meio da evocação, o sujeito entrevistado consiga reconstruir uma imagem mental de algo que

ele supostamente tenha vivenciado ou que a partir de seus grupos de referência tenha tido conhecimento.

No que diz respeito ao tratamento dessa memória coletiva, precisamos olhar com ressalva todos os acontecimentos relatados, sem desconsiderar os significados presentes no imaginário de quem tenha narrado. Contudo, é necessário matizarmos esses significados e buscarmos, por meio de outros indícios, reconstruir o fato (passado) e as percepções sobre o fato (presente), de modo a produzirmos um conhecimento crítico, crivo e ético. Logo, entendemos que as contribuições do campo da memória nos permitem<sup>7</sup> ter uma visão diferenciada sobre determinados aspectos socioculturais nos quais estamos imersos (BENEDICTIS; RADL-PHILIPP, 2017).

Segundo alguns pesquisadores, as feiras livres desempenham um papel muito importante, sobretudo na região Nordeste, diferente do que é observado em outras regiões, a exemplo das regiões Sudeste e Sul (SILVA, 2009; BONFIN; GOMES, 2016; SILVEIRA, 2017). Com relação as atividades profissionais desenvolvidas nesses espaços, Lucena *et al.* (2018, p. 2) afirmou que, encontramos a prevalência do trabalho informal que acontece ao lado do trabalho formal. Desse modo, “[...] o comércio informal, que ocorre geralmente próximo ao formal da cidade temos as feiras livres que apresentam em parte, carência de políticas públicas para suprir suas necessidades em relação à assistência técnica, estruturação, organização e limpeza do ambiente”.

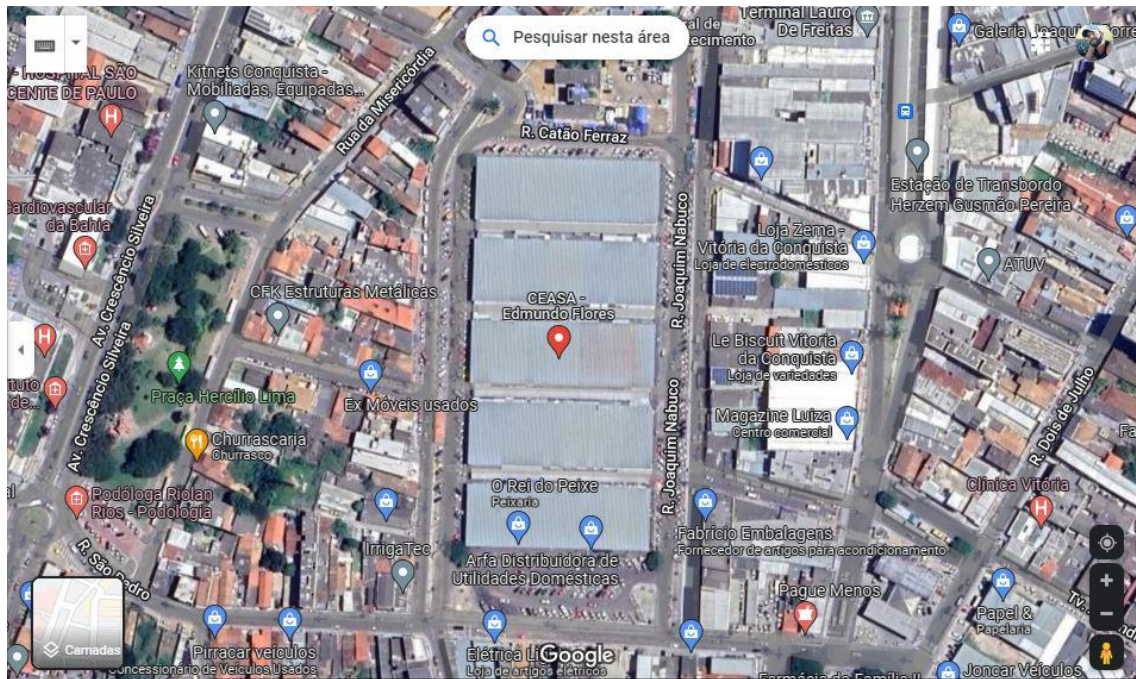
Desde sua inauguração, até os dias de hoje, persiste na divisão e disposição dos cinco pavilhões, determinados produtos. Inicialmente a divisão era carnes, legumes, biscoitos, frutas e artesanato, atualmente ainda persiste a exclusividade de determinados gêneros em alguns setores, a exemplo do setor de carnes e biscoitos, contudo, nos demais observamos a diversificação dos produtos comercializados, como os setores de frutas e legumes, no caso do setor do artesanato, este sofreu uma sensível retração, ocupando apenas a parcela externa de um pavilhão. Outro detalhe que é perceptível, diz respeito ao aumento do comércio nas imediações da CEASA e nos corredores de acesso de um pavilhão ao outro, inicialmente pensado apenas para servir como espaço de trânsito de pessoas e produtos. Na Imagem 1 é possível observarmos a localização geoespacial de onde se encontra situada a CEASA de Vitória da Conquista.

---

<sup>7</sup> O gestor que ocupava o cargo de Prefeito Municipal durante a inauguração da CEASA, em 1986, era José Fernandes Pedral Sampaio (1925-2014).



**Figura 1- Localização geoespacial do CEASA Edmundo Flores, Vitória da Conquista-BA:**



Fonte: Google Earth, 2022

Referindo-nos a CEASA, concordamos com Lacerda (2020, p. 36) de que,

Mesmo com todas as mudanças espaciais e estruturais, a feira da Ceasa continuou a envolver as relações entre campo e cidade, as relações de poder, de comércio, de trabalho e de afeto, constituindo-se em uma rede de relações imbricadas, atreladas ou agregadas entre si de tal forma que cada parte que constitui esse lugar se torna indispensável na manutenção e ressignificação desse todo.

Algo que deve ser devidamente pontuado é que, além da compra dos produtos, realizadas em hipermercados, atacadistas e artesãos, ainda existem as negociações que são feitas diretamente com os produtores agropecuaristas, sejam os criadores de animais, sobretudo de bovinos ou mesmo os agricultores, que em muitos casos são especializados no plantio de determinado gênero (bananas, café, manga etc.). Portanto, ao examinarmos as narrativas que foram fornecidas pelas participantes, era indispensável compreender como as relações de poder estavam envolvidas nas memórias coletivas das feirantes entrevistadas. De acordo com Vedana (2004; 2013), ao trabalharmos com os feirantes, em nosso caso com as mulheres, devemos ter cautela em pressupor que sejam todos trabalhadores exclusivamente urbanos, pois muitos ainda têm uma relação tênue entre campo e cidade ou em outros termos, entre zonas urbana e rural.

Ao enfocarmos como o poder se processa nas relações de gênero no mundo do trabalho na CEASA de Vitória da Conquista, foi essencial recorrermos aos autores que analisaram as relações de gênero e poder no contexto da feira livre.

A fim de ampliarmos nossa percepção sobre isso, questionamos as nossas entrevistadas suas situações conjugais e suas relações com os trabalhos que exercem nas feiras livres, uma vez que um dos pressupostos que tínhamos ao elaborar nossos esboços de pesquisa era de que, nas relações conjugais das feirantes da CEASA predominaria o compartilhamento dos espaços de trabalhos com seus companheiros. Contudo, nas entrevistas coletadas, Oliveira e Santos (2017) identificaram mulheres que ocupavam o papel de chefe de família – posição supostamente ocupada majoritariamente pelos homens –, pois, dados estatísticos mais recentes consultados pelos autores apontam para o crescimento da participação das mulheres nas conduções dos lares brasileiros, persistindo ainda a desigualdade de gênero no que diz respeito aos ganhos médios.

No que se refere às desigualdades salariais entre homens e mulheres, Federici em seu estudo **El patriarcado del salario** (2018) argumentou como o acúmulo do serviço doméstico com os serviços fora de casa representam uma das formas pelas quais o machismo promove a desqualificação feminina, ao atribuir às mulheres as tarefas com o cuidado e a higiene, invisibilizando o papel dessas atividades na produção do capital. Desse modo, a pesquisadora demonstrou como o acúmulo das tarefas contribuem de forma negativa para o adoecimento e para a desigualdade dos ganhos médios, pois, ao se insentarem das atividades de manutenção do lar, os homens acabam por dispor de mais tempo para atividades de lazer ou mesmo para o cumprimento de trabalhos remunerados que lhes promovem um maior acúmulo de recursos financeiros.

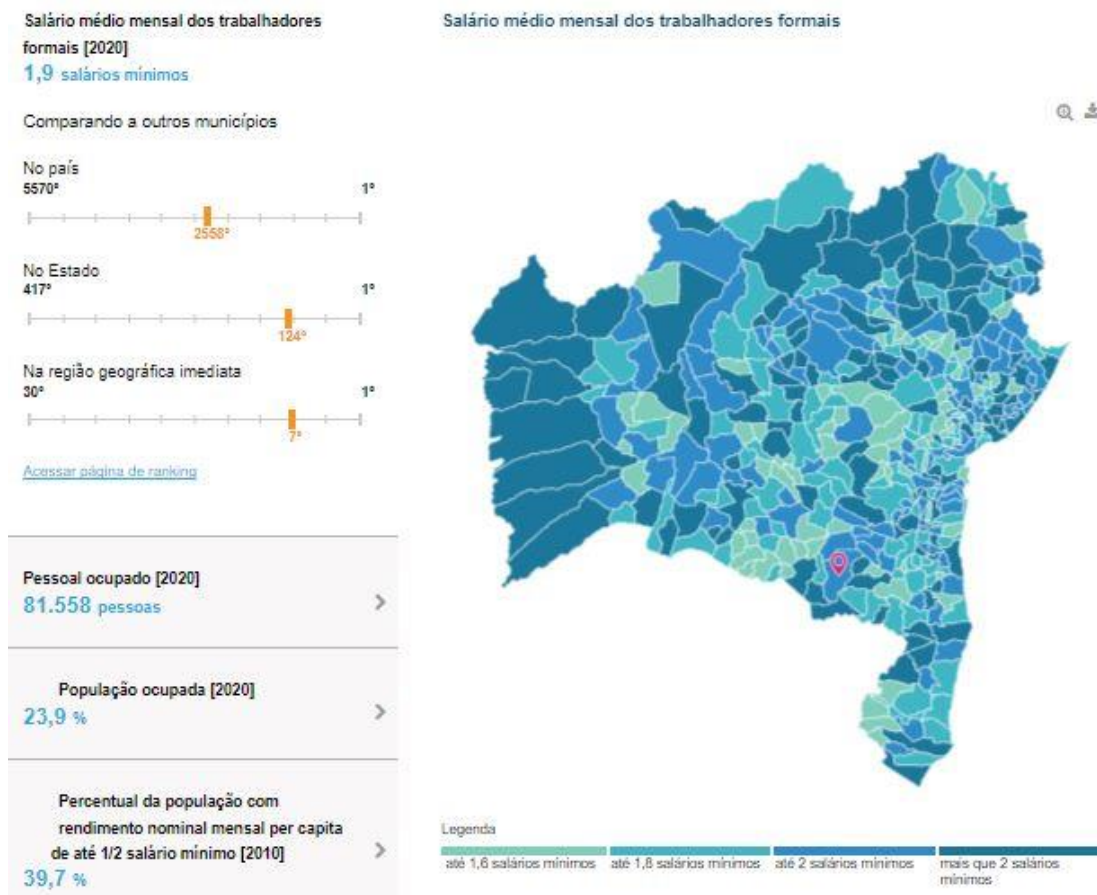
Como sabemos, a desigualdade no ganho de homens e mulheres<sup>8</sup>, mesmo que exerçam as mesmas funções ou quando as mulheres desempenham mais atividades que os primeiros, é uma das principais formas de perpetuação do expecto do machismo estrutural que vivenciamos

---

<sup>8</sup> O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou nesta 2ª feira (3.jul.2023) a lei que reforça a igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. A proposta foi apresentada pelo próprio presidente em 8 de março deste ano, durante celebração do Dia Internacional da Mulher. Foi então aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado. O projeto de lei nº 1085/23 visa a tornar obrigatória a igualdade de remuneração entre homens e mulheres que exercem a mesma função e altera a CLT. Com a legislação, em caso de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, a vítima pode pedir indenização por danos morais mesmo depois de o empregador realizar o pagamento. Além disso, no caso de descumprimento da lei, a multa será de 10 vezes o valor do novo salário devido pelo empregador. Será ainda elevado ao dobro em caso de reincidência. De acordo com o texto do projeto, serão estabelecidas ainda medidas para garantir o cumprimento da lei: mecanismos de transparência salarial; melhora na fiscalização; canais específicos para denúncias; programas de diversidade e inclusão no ambiente de trabalho; e incentivo à capacitação e à formação de mulheres para o ingresso, a permanência e a ascensão no mercado de trabalho. Leia a íntegra do texto inicial da proposição (570 KB).

de forma hegemônica na sociedade brasileira. Diante da constatação da existência dessa disparidade, no que diz respeito ao mundo do trabalho, concentramos nosso olhar nas condições de trabalho e na realidade social do município conquistense, com base em dados oficiais, de modo a visualizar as expressões da desigualdade de gênero.

**Figura 2 - Demonstrativo de empregabilidade e renda do município de Vitória da Conquista-BA:**



Fonte: IBGE, 2020

De acordo com os dados do IBGE (2020), o salário médio mensal per capita da população ativa economicamente no município de Vitória da Conquista era de 1.9 salários-mínimos em 2020. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23.9%. Na comparação com os outros municípios do Estado, ocupava as posições 124<sup>o</sup> de 417 municípios em valor médio do ganho per capita por trabalhadores e o 10<sup>o</sup> de 417 municípios em número da população ocupada, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 39.7% da população nessas condições, o que aponta para um alto número de pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade social e alimentar. Desse modo, a feira livre, considerado local de comércio de preço mais acessíveis,

desempenha um papel relevante na manutenção dos atributos mínimos para a qualidade de vida da população. Como podemos verificar, do total de 11 trabalhadoras, oito informaram que seus rendimentos mensais eram de aproximadamente até um salário-mínimo, o que representa um ganho relativamente baixo, sobretudo quando consideramos o fato de que desse total de trabalhadoras somente uma não possui filhos e/ou dependentes, com relação às outras sete trabalhadoras.

Além disso, desse total de 11 trabalhadoras com ganhos baixos, três delas alegaram também que a renda média mensal de seu núcleo familiar era de aproximadamente um salário-mínimo, enquanto cinco outros informaram não ultrapassar de dois salários-mínimos. No quadro geral, percebemos o papel importante desempenhado por essas trabalhadoras na manutenção de seus respectivos núcleos familiares.

De acordo com Saffioti (1976, p. 24):

A MULHER das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental.

Portanto, devemos nos afastar do mito de que a mulher tenha conquistado o mercado de trabalho somente com o advento do capitalismo, a partir do trabalho fora de casa. Outra premissa que assumimos ao desenvolvermos nosso estudo foi o que de todas as participantes contribuíam direta ou indiretamente a manutenção da subsistência de seu núcleo familiar. Desse modo, justificou-se as questões que foram colocadas as nossas entrevistadas.

Uma atenção especial foi dada as questões relativas as memórias sobre as múltiplas violências de gênero<sup>9</sup> existentes no mundo do trabalho. Tivemos imenso cuidado ao abordar essa temática ao longo desta pesquisa, pois acreditamos que recordar uma memória sobre qualquer tipo de violência sofrida acarreta reviver de forma atualizada a agressão ou o trauma<sup>10</sup>.

Por entender a complexidade existente nos estudos das múltiplas violências de gênero, optamos em examinar as possíveis violências de gênero das trabalhadoras da feira da CEASA, logo, não questionamos sobre o sofrimento de violência de gênero em outros espaços, mesmo que isso eventualmente apareçam nas narrativas.

Todavia, ao questionarmos sobre a divisão do trabalho doméstico, encontramos indícios sobre as divisões das funções referentes a manutenção domiciliar. Com base em Malta (2019, p. 848), “a necessidade de confinamento traz à tona a reflexão sobre o espaço do lar como lugar inseguro para uma parcela significativa de mulheres e, de forma mais profunda, o ambiente doméstico como símbolo do poder patriarcal”, com isso, inferimos que para muitas mulheres, trabalhadoras da feira livre da CEASA, desempenhar a função de feirante é uma forma de emancipação e busca pela independência.

O percurso teórico-metodológico que foi trilhado para a elaboração deste trabalho partiu de leitura cuidadosa dos teóricos e estudiosos da memória, a fim de perceber como as experiências de trabalho das feirantes da CEASA se relacionam com as questões de gênero.

Desse modo, selecionamos 11 trabalhadoras da feira livre da CEASA, no intuito de ampliar nosso conhecimento acerca das condições de trabalho no que tange suas atividades, suas percepções sobre o ser feirante, com vista a examinar as possíveis violências de gênero, além das múltiplas experiências com o atendimento ao público. A escolha pelo total de 11 entrevistadas seguiu o critério de saturação, que segundo Bardin ([1977] 2016), fica sempre ao critério dos interesses do(a) pesquisador(a) que, ao perceber a repetição das informações fornecidas, com base nos questionamentos inicialmente propostos no projeto de pesquisa, não oferecem maiores avanços aos estudos qualitativos. Logo, ao observamos certa confluência nos dados que eram coletados, optamos em encerrar nossas entrevistas, concluindo que as respostas

---

<sup>9</sup>Segundo Balestero e Gomes (2015, p. 44) a “[...] violência de gênero se expressa e se reproduz culturalmente por meio de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente, nas instituições como igreja, escola, família e Estado, que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina”.

<sup>10</sup> Ao recordar uma situação que envolveu alguma forma de violência de gênero, esse ato pode acarretar em desconforto, pois o processo de reelaboração do fato, por meio da memória, significa reviver ou reatualizar o trauma – podendo ser uma ação danosa ou terapêutica, a depender da gravidade e das características. Esse processo pode se manifestar por meio de sonhos, imagens, pensamentos ou relatos. De acordo com Martins-Monteverde, Padovan e Juruena (2017, p. 42) recordar uma situação que envolve violência de gênero desencadear “[...] sintomas de medo intenso ou sensação de impotência, típicos da reação mediante à exposição traumática”, características que integram o Transtorno de Estresse Agudo (TEA).

cedidas nos garantiriam analisar as condições de trabalho das feirantes da CEASA em meio as diversas desigualdades de gênero no mundo do trabalho da feira livre.

No espaço da feira livre, além dos setores dedicados a comercialização dos produtos, encontramos também os estabelecimentos dedicados ao lazer, tanto de seus trabalhadores quanto de seus frequentadores. Nos referimos aos restaurantes e bares que servem refeições prontas e bebidas alcoólicas, consumidas em seu interior ou na área externa ao estabelecimento, embaladas, muitas vezes, ao som de músicas e onde é possível encontrar uma infinidade de histórias de vida, repletas de peripécias.

Atentos ao contexto complexo que são as feiras livres, optamos em entrevistar não somente as trabalhadoras que comercializam alimentos *in natura*<sup>11</sup>, desse modo, incluindo em na coleta de dados as feirantes que atuam nos restaurantes e bares e as trabalhadoras do setor de carnes.

Com relação a coleta de dados, acreditamos que os riscos existentes foram mínimos para as entrevistadas, pois as mesmas tiveram liberdade em escolher quais questões responder ou não. Dessa forma, qualquer questão que pudesse gerar desconforto era descartada. Para manter a integridade das entrevistadas, as conversas ocorreram em seus locais de trabalho, podendo elas interromperem a qualquer momento, seja por desconforto, ou mesmo, para resolver coisas pessoais, atender os seus clientes, prestar assistência aos seus filhos ou dependentes (quando for o caso). Tivemos o cuidado em proporcionar o máximo de segurança e conforto durante as entrevistas, por isso elas foram feitas quando a entrevistada se encontrava disponível. O caráter da pesquisa foi voluntário, por isso, todas as entrevistadas puderam desistir de responder a entrevista a qualquer momento e terão suas conversas excluídas. A fim de evitarmos constrangimento, realizamos os questionamentos apenas na presença da entrevistada, para que ela estivesse muito à vontade em fornecer suas respostas. Por isso, insistimos no nosso compromisso em minimizar qualquer risco contra a integridade (física, emocional e social) das mulheres feirantes da CEASA. Para garantirmos a segurança das entrevistadas, usamos: máscara facial e álcool em gel, para evitarmos qualquer tipo de contágio, mesmo reconhecendo termos ultrapassado o momento crítico da pandemia do COVID-19<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Alimentos *in natura* são alimento que não sofreram nenhum tipo de alteração físico-química como, por exemplo, cozimento, processamento ou ultra processamento.

<sup>12</sup> De acordo com o Ministério da Saúde (2021) a COVID-19 é uma infecção respiratória causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, considerada potencialmente letal, de fácil transmissão e de distribuição global. Além disso, a doença tornou-se a partir dos meses finais do ano de 2019 um dos grandes problemas de saúde pública, em âmbito mundial, sendo, portanto, elevada à categoria de pandemia.



Como ferramenta para armazenamento das entrevistas, utilizamos: prancheta reta contendo os tópicos da entrevista e os documentos pertinentes; telefone celular de modo gravação de voz, estando sempre visível; envelope onde foram armazenados o roteiro da entrevista respondidos, lacrado na presença das entrevistadas.

Partimos da ideia de que refletir sobre suas condições de trabalho permitiram as mulheres feirantes da CEASA, compreender melhor os dilemas, problemas e satisfações que estão por traz do seu trabalho, de modo a contribuir na definição de novas estratégias de sobrevivência. Esta autorreflexão sobre si, sobre o seu trabalho e seu papel social, afeta diretamente na qualidade de vida das mulheres que são feirantes da CEASA. Acreditamos que esta pesquisa poderá ampliar nossa compreensão sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres feirantes da CEASA, algo extremamente relevante socialmente e academicamente. Outro benefício seria apresentar este trabalho ao poder público (estadual e municipal) com o objetivo que políticas públicas adequadas sejam implementadas com o objetivo que melhorem as condições de trabalho das mulheres feirantes.

Em nossa primeira sondagem, antes de iniciarmos a coleta oficial de dados, realizamos incursões exploratórias, a fim de conhecermos minimamente as dinâmicas de trabalhos realizados pelas mulheres que trabalham como feirante. Ao dialogarmos com algumas das trabalhadoras, notamos em seus discursos a existência de uma divisão sexual do trabalho. Tomamos ciência da divisão cultural entre os homens e mulheres feirantes, nos quais os primeiros ocupariam prioritariamente as atividades de venda de carnes enquanto as mulheres se dedicavam mais a venda de biscoitos, hortaliças, frutas e verduras.

A fim de investigarmos essa premissa, ao realizar nossa pesquisa de campo, incluímos entre nossas participantes, mulheres que atuam tanto no setor de carnes quanto mulheres que trabalham nos setores de biscoitos, hortaliças, frutas e verduras. Nossa pretensão era identificar em seus discursos as marcas dos possíveis preconceitos de gênero que são vivenciados em seus setores de trabalho ou possíveis discriminações de seus colegas que atuam em outros setores.

Logo, nossa pesquisa, ao privilegiar as mulheres feirantes da CEASA, buscou-se construir um microcosmo complexo do espaço de trabalho da feira livre, ao incluir trabalhadoras dos mais variados setores: carnes, hortaliças e grãos, biscoitos, vestuários, restaurantes e bares.

Para responder a esta indagação, foi necessário identificar o perfil socioeconômico das mulheres de diferentes gerações que trabalham na CEASA de Vitória da Conquista e as memórias e experiências no trabalho que exercem. Realizamos então uma entrevista, a partir de um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice 1), com um total de 11 trabalhadoras que

atuam em diferentes setores. Nossa coleta de dados funcionou da seguinte forma, com o auxílio de um aplicativo de gravação de voz de um telefone celular, captamos as falas das entrevistadas e posteriormente as transcrevemos e analisamos. Devemos ressaltar que a gravação só teve início após o consentimento das participantes, o conhecimento sobre os objetivos da pesquisa e da ciência de quais seriam os usos dos dados coletados.

Visando alcançar estes resultados utilizamos como método a análise de conteúdo, por demonstrar ser a mais adequada para se obter as informações pertinentes à pesquisa, pois como método de procedimentos foi realizado uma pesquisa bibliográfica e eletrônica, seguida de uma revisão da literatura e, por fim, uma pesquisa de campo, a partir da realização de entrevistas. Em razão do objeto da pesquisa, a análise de conteúdo é o método mais adequado, pois o mesmo utiliza técnicas não quantitativas, entrevistas, relatos, vivências e histórias de vidas, o que melhor nos permite examinar as falas das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista e os respectivos contextos nos quais esses discursos foram produzidos. Além de realizar uma análise sociocultural, por isso foi essencial cotejar estudos clássicos sobre as feiras livres e suas dinâmicas.

Assim, interessou-nos também compreender a organização interna e as impressões das trabalhadoras acerca das ações do poder público municipal. Ao longo de nossas conversas com as feirantes, identificamos em seus discursos a insatisfação com o poder público municipal em garantir a execução de políticas públicas que tem como objetivo a melhoria das condições de trabalho no espaço da central de abastecimento, sobretudo no que diz respeito a limpeza, conservação, manutenção e melhoria das estruturas físicas. Desse modo, buscamos questionar as entrevistadas, quais eram suas impressões com relação ao poder público, por entendermos que os serviços de fiscalização, limpeza e coordenação dos espaços físicos da CEASA dependem das ações da prefeitura municipal, que em determinados momentos é omissa com suas obrigações. Outro ponto importante refere-se às impressões que as feirantes da CEASA têm sobre os serviços de limpeza, pois a partir de suas narrativas examinamos as memórias sobre as condições de trabalho.

Além do pressuposto, anteriormente apresentado, de que o trabalho na feira livre é uma das formas pelas quais as mulheres buscam sua realização profissional e independência financeira, levantamos a hipótese de que, em seus discursos, mesmo que seja possível identificar as marcas das múltiplas violências de gênero que estão submetidas no ambiente de trabalho, sobressai a ideia de que o trabalho é a única forma de dignificação humana e, portanto, um caminho inevitável para aqueles que buscam uma melhoria na qualidade de sua existência, sobretudo quando oriundos das camadas populares e menos abastadas.



Deste modo, este trabalho está estruturado em cinco seções. Esta Introdução que é a primeira seção. Já a segunda seção, intitulada **Memória e trabalho feminino** discutimos alguns dos marcos conceituais que norteiam esta pesquisa. Afirmamos que o estudo da memória enquanto fenômeno social e do trabalho feminino frente às lutas de emancipação das mulheres pelos espaços de trabalho, destacam-se como sendo os principais objetos desta pesquisa. Em seguida apresentamos em linhas gerais quais são segundo Halbwachs nossos quadros de referência quando evocamos nossa memória, pois segundo o autor, a memória é um fenômeno naturalmente coletivo, portando só pode existir com base em convenções que nos antecedem no tempo e no espaço, a exemplo da língua, dos valores religiosos, da divisão do trabalho, da família etc., sendo esses os nossos grupos de pertencimento. Ainda na segunda seção tratamos da divisão sexual e suas implicações com o universo de expectativas das mulheres que trabalham na feira livre da CEASA de Vitória da Conquista.

A pretensão foi demonstrar como a partir dos quadros sociais da memória coletiva é possível interpretar as narrativas das mulheres feirantes, de modo a captarmos por meio da entrevista e examinarmos por meio da análise crítica, as recordações e as expectativas individuais com relação ao trabalho na feira livre e como os quadros sociais operam de modo a dar significado as suas práticas sociais e aos fenômenos sociais que nos rodeiam.

Na terceira seção, intitulada **CEASA: dinâmicas internas**, definimos melhor o referencial teórico para exame das relações de gênero no mundo do trabalho da feira livre, pois devido à complexidade que esta abordagem suscita, vimos a necessidade de ampliarmos nossa compreensão sobre o tema do trabalho na feira livre. Em seguida, apresentamos detalhadamente os caminhos trilhados nesta pesquisa e como se deu o processo de coleta de dados. Durante este momento descremos discriminadamente o ambiente em que a pesquisa se desenvolveu, pois compreendermos a feira livre da CEASA não apenas como o local da coleta de dados, como também um próprio objeto em si de análise. Outro ponto importante foi a apresentação do perfil socioeconômico das participantes entrevistadas. Desse modo, procedemos com nossas impressões sobre o *locus* de trabalho das entrevistadas, especialmente suas dinâmicas de funcionamento e organização.

Buscamos na terceira seção ambientar nossos leitores sobre o perfil socioeconômico das feirantes da CEASA e as condições de trabalho às quais elas estão submetidas, de forma crítica, sem com isso perder de vista o protagonismo das trabalhadoras que ali atuam e que constroem sua própria realidade social.

Na quarta seção, intitulada **Memórias das mulheres feirantes da CEASA: gênero e trabalho**, apresentamos a partir das entrevistas coletadas as trajetórias de trabalho, com ênfase

tanto no serviço desempenhado na CEASA quanto aos serviços domésticos, pois, seguindo nossas bases teóricas, a naturalização do serviço doméstico é um exemplo de violência de gênero a qual as mulheres estão submetidas na sociedade brasileira.

Além disso, buscamos compreender as relações de gênero e a existência de possíveis violências em decorrência do ser mulher feirante no ambiente de trabalho.

Por fim, nas Considerações finais retomamos os questionamentos que foram sendo levantados ao longo da pesquisa, de modo a construir explicações gerais para os objetivos (geral e específicos). Esperamos com este trabalho, ampliar nossa percepção, a partir do estudo da memória, dos traços constituintes da identidade do ser mulher feirante da CEASA. Somando forças aos estudos que analisaram a temática e impulsionando a realização de novos estudos sobre as condições e trabalho das feirantes da central de abastecimento.

## 2 MEMÓRIA E TRABALHO DAS MULHERES

Alguns estudos apontavam que, mesmo quando existia crise econômica, os homens seriam preferencialmente contratados. É certo que tal afirmação não se mostrou verídica em virtude de a mão-de-obra feminina ser mais barata e elas serem contratadas por tempo de serviço, ao passo que os homens quando eram contratados ocupavam empregos titulares, podendo existir progressão de carreira, o que não ocorria nos empregos ocupados massivamente por mulheres. Desse modo observamos que “as formas da divisão sexual do trabalho podem mudar. A divisão sexual do trabalho permanece” (HIRATA, 2002, p. 217).

Conforme dissertou a pesquisadora Alves (2013), para que possamos entender melhor a situação atual do Brasil, dentro do contexto mundial – mesmo reconhecendo haver uma distância no tempo e no espaço – é necessário recorrermos ao estudo histórico das relações de gênero no mundo do trabalho no passado, antes do advento do capitalismo. Pois a própria noção do que seria o trabalho, que por bastante tempo carregou consigo questões de gênero, onde sua definição se limitava ao trabalho considerado “produtivo”, no qual o serviço doméstico não era sequer considerado. Ainda segundo Alves (2013) antes do advento da sociedade capitalista e industrial, havia a integração entre as funções domésticas e o trabalho produtivo, que eram realizados em um único ambiente, tanto pelos homens como pelas mulheres. A divisão sexual do trabalho já era evidente, posto que cabia as mulheres o cuidado da casa e dos filhos e ainda ajudavam seus maridos em seus negócios. Já os homens normalmente desenvolviam atividades de pequenos mestres-artesãos, agricultores, entre outros. Assim, já fica evidente a posição de inferioridade que a mulher ocupava dentro da sociedade.

A partir do desenvolvimento industrial, o trabalho realizado pelas mulheres que já era inferiorizado, passou a ser desenvolvido, muitas vezes, ainda em seu domicílio, contudo esse tipo de trabalho era mal pago pelo explorador da mão de obra da mulher – que em alguns casos poderia ser o esposo, um familiar ou mesmo um empregador.

As formas iniciais de trabalho acima citadas não desapareceram totalmente, na verdade, sobreviveu uma coexistência entre essas formas de trabalho. Além do trabalho desenvolvido no âmbito domiciliar, com o desenvolvimento industrial muitos homens e mulheres saíram de seus domicílios para trabalharem nas fábricas, separando o lar do local de trabalho. Neste sentido:

As discussões acerca da divisão sexual do trabalho no campo das ciências sociais e também do ponto de vista histórico foram direcionadas, durante muito tempo, a uma perspectiva fundamentada em papéis atribuídos de acordo com o sexo. Kergoat e Hirata desmistificam essa ideia, delineando um novo olhar a respeito do trabalho. As autoras observam que o conceito de trabalho

deve ser ampliado, incluindo o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal. A inclusão desses elementos permite evidenciar uma massa de trabalho invisível, realizado por mulheres, no conceito de trabalho, nos chamando a atenção para sua dimensão sexuada. Kergoat vinculada as relações sociais entre os sexos e a divisão social e sexual do trabalho como “duas expressões indissociáveis. (ALVES, 2013, p.273).

Gramsci (1991) ao explicar sobre o americanismo e fordismo analisou a organização de uma economia na passagem do individualismo econômico para a economia programática. Constatou que esse movimento não foi tão bem aceito na Europa, em razão desse continente possuir uma forma mais arcaica e mais feudal de produzir; já o americanismo e o fordismo propunham uma forma muito mais moderna do modelo de produção, o que deixou os europeus mais receosos, haja vista que, esta sociedade era composta por classes criadas pelas riquezas passadas por gerações. Aproximando de nossa realidade, vimos que o segundo modelo foi o que melhor se adaptou entre nós.

Com o estabelecimento de um novo modelo econômico, o capitalismo, vários questionamentos em relação a acumulação de bens e riquezas começaram a serem discutidas, como aceitáveis ou não, inclusive por Deus. Surgem então um problema nessa nova cosmovisão: Deus permitia que o homem acumulasse riquezas ou o homem deveria se preocupar somente com a vida espiritual, a vida celestial, com o reino divino? Mesmo que aparentemente esse parece ter sido um questionamento superado, ainda hoje nos deparamos com indivíduos que se orgulham da simplicidade e do trabalho árduo, segundo a lógica de que o avarento ou ambicioso são predestinados a não receber as graças divina, tal como presente nos relatos das feirantes da CEASA, ao recorrerem ao pensamento místico religioso para explicar suas condições socioeconômicas.

Weber em **A ética protestante e o espírito do capitalismo** (1996) destrinchou de forma clara o pensamento tanto da elite econômica e religiosa quanto dos sujeitos comuns, foi de fundamental importância na cristalização dos supostos lugares sociais. Para os protestantes da época, a riqueza em si constituía grande perigo, pois sua busca poderia interferir na superior importância do Reino de Deus. No presente, observamos uma transformação nessa premissa, pois a partir dos valores ideológicos de determinados segmentos do protestantismo, a riqueza é o principal sinal da satisfação divina com a atuação de seu fiel, portanto, ser pobre ou estar numa condição de exploração denunciaria a insatisfação divina com as ações individuais, causando culpa e gerando um mal-estar para que acredita nessa lógica.

Para os protestantes o trabalho constituiria a própria finalidade da vida e a falta de vontade de trabalhar seria um sintoma da ausência do estado da graça, basicamente a falta de

Deus em sua vida, algo que ainda persiste no imaginário popular. Portanto, tal pensamento era útil para a propagação do modo de produção capitalista e continua sendo no processo de perpetuação da exploração do trabalho alheio. Para o descanso existia o domingo e nada mais, posto que a perda de tempo é um dos principais pecados, pois o eterno descanso da santidade se encontra no outro mundo. Na Terra o homem teria que trabalhar, para estar em estado de graça, em comunhão com Deus. De forma similar, o dia de descanso dos trabalhadores da feira da CEASA é exatamente o domingo, dia em que não há atividades na localidade. Contudo, como averiguado, muitos dos trabalhadores da CEASA migram para as feiras adjacentes, que ocorrem nos bairros (bairro Brasil, URBIS VI, Patagônia, alto Maron, entre outros, no caso da cidade de Viória da Conquista – BA; no que deveria ser reservado ao descanso, a fim de negociar seus produtos.

Ainda segundo Weber (1996), no imaginário popular predominava a ideia de que a ostentação dos novos-ricos era condenável, entretanto, o homem que venceu na vida por seu esforço representaria a demonstração da mais ampla aprovação ética, ou seja, essa ascensão não seria condenada por Deus. Logo, no que se referia a produção da riqueza privada, a ascese condenava tanto a desonestidade como a ganância instintiva, pois eram contra o uso “irracional” do dinheiro, não contra a riqueza em si. Não sendo muito diferente do que observamos com relação ao cenário atual, onde as elites religiosas vendem projetos de riqueza, inclusive no próprio espaço da feira livre, a partir das intervenções religiosas, especialmente dos líderes espirituais das igrejas de matrizes neopentecostais.

Assim, o capitalismo fez uso da religião para justificar sua existência, afirmando veementemente que o trabalho dignifica o homem e que ele deve trabalhar incessantemente, pois o seu descanso está no reino de Deus, e, portanto, Deus condenava o ócio, a mendicância, desse modo, todos deveriam trabalhar para sobreviver, inclusive os mais abastados financeiramente. É a partir dessa mesma premissa que observamos nos relatos das trabalhadoras da feira livre da CEASA, a naturalização do trabalho como sendo uma vocação natural e o mecanismo essencial para o reconhecimento social.

Mas, o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem, deve ter sido presumivelmente a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida, que aqui apontamos como ‘espírito’ do ‘capitalismo. (WEBER, 1996, p.123).

Conforme afirmou Saviani (2007), nas comunidades primitivas os homens apropriavam-se do conhecimento e educavam as novas gerações, pois por não existir divisão em classes sociais, havia o que ele denomina de “comunismo primitivo”, no qual as mulheres eram, em sua maioria esmagadora, expropriadas de suas riquezas e de suas forças de trabalho, em detrimento da família e do companheiro. Mesmo com as diversas transformações pelas quais passamos, chegando ao capitalismo de inspiração neoliberal, as mulheres continuam ocupando a base da pirâmide social, desempenhando, em muitos casos, as mesmas funções e recebendo menos ou sendo excluídas de determinados setores, onde os ganhos são mais lucrativos, ocupados majoritariamente pelos homens.

No contexto atual, a educação, que antes era comunitária, ganhou um aspecto institucionalizado, sendo que para grande parte da população, seu acesso ainda é dificultado, especialmente pelas condições materiais de vida, onde sobressai a necessidade pelo trabalho remunerado. Desse modo, havia a premissa de que os trabalhadores da feira livre da CEASA eram compostos majoritariamente por pessoas com baixos níveis de escolarização, sendo essa uma premissa relativizada, quando tivemos contato com os relatos de trabalhadoras que afirmavam ter encontrado na feira melhores condições de trabalho do que aquelas vivenciadas no mercado formal, cujo critério era possuir ensino superior.

Mesmo com a afirmação em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Weber, de que o trabalho era o que elevava o homem ao reino dos céus, Saviani também afirmou que ninguém pode viver sem trabalhar. Observamos com isso que ambos enalteciam o trabalho, contudo, sob perspectivas diferentes. Nos relatos que colhemos entre as trabalhadoras, o trabalho assume um papel central na definição da identidade e da autorrealização pessoal, podendo mesmo ser considerado enquanto o principal marcador social.

O capitalismo provocou mudanças diretas na educação profissional, haja vista que o Estado se tornou protagonista, sendo responsável pela instalação de escolas públicas, universais, gratuitas, leigas e obrigatórias, conforme Saviani (2007) nos mostrou. A escola, então, passou a ter uma responsabilidade do modelo capitalista. Assim, a educação basicamente se divide em uma educação que se realiza com o processo de trabalho, no caso da educação manual. Ao passo que, passa a existir um tipo de educação destinado para o trabalho intelectual (ROCHA, 2018). Com base nessa educação destinada a um trabalho mais intelectual, a escola se tornou o instrumento principal para a educação. Esse aspecto fica mais explícito com o advento da Revolução Industrial e a consolidação da nova ordem mundial: o capitalismo.

Ocorre que com o surgimento da propriedade privada e conseqüentemente a divisão de classes, se tornou possível a classe dos proprietários de terras viver sem trabalhar, enquanto a

maior parcela da população, expropriada do direito ao uso comum das terras, vender suas forças de trabalho em troca de recursos mínimos. Nos relatos das feirantes, mesmo surgindo elementos que apontem para a autorrealização, sobressaem as queixas com os resultados de seu trabalho árduo. Em seus relatos, muitas alegavam não conseguir receber o mínimo necessário a garantir uma vida digna para si e para seus dependentes.

Hirata (2002) em seu livro **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade, procurou tratar sobre os temas da tecnologia, qualificação e divisão sexual do trabalho. Em determinado momento citou um trecho do trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Sex and Class” da CSE. Segundo a pesquisadora:

O controle masculino da tecnologia desqualifica as mulheres da mesma maneira que os técnicos e os cientistas do capital desqualificam os operários. Um problema complexo, o da qualificação, está ligado a tecnologia. Na definição da qualificação, todos os componentes que nela intervêm são resultado de lutas, tanto de classes como gêneros (*gender*). (Grupo Sex and Class, extraído da plataforma publicada em *Capital and Class*, 1980, p.86 *apud* HIRATA, 2002, p.198).

Analisando como estava funcionando a divisão sexual do trabalho, qualificação e tecnologia ficou claro para Hirata (2002) que não era confiada às mulheres as máquinas complexas ou os cargos de liderança e comando. Com essa automação, vários empregos tidos como femininos deixaram de existir e com isso a automação criou empregos não qualificados, o que é definido como empregos feminilizados, ao passo que os ofícios qualificados eram destinados aos homens, o que não incluía as trabalhadoras. A ausência de qualificação feminina para determinados empregos, ou seja, a desqualificação, fez com que alguns postos anteriormente ocupados somente por homens passassem a ser ocupados por mulheres, o que tornou mista a mão-de-obra, que antes era inteiramente masculina; já em outras situações de trabalho, em que as mulheres ocupavam maciçamente os postos de trabalho, homens foram introduzidos para o controle da tecnologia. Em se tratando das feiras livres, a desigualdade entre homens e mulheres apresenta-se de forma mais explícita tanto na remuneração quanto nas próprias condições de execução das atividades, uma vez que as mulheres sofrem maiores restrições com relação aos seus horários, além de receberem os menores salários em comparação aos seus colegas do sexo masculino que desempenham funções similares (OLIVEIRA, 2011; RODRIGUES; VIEIRA, 2013).

Transpondo essa realidade para os setores de oferta de produtos e serviços, vemos que no espaço da feira livre, alguns trabalhos considerados mais lucrativos são ocupados

prioritariamente pelos homens, enquanto as mulheres desempenham as atividades que tradicionalmente foram realizadas na esfera privada, a exemplo da manipulação dos alimentos. Um exemplo evidente dessa especialização do serviço feminino no espaço da feira livre refere-se ao ato de vender verduras e legumes já descascados e fatiados. Ao visitarmos a CEASA é possível comprar uma infinidade de produtos manipulados, cuja produção fica a cargo exclusivamente das mulheres feirantes, sendo para muitas a continuidade de algo que já realiza no ambiente doméstico.

Portanto, ao tratarmos do ofício das feirantes, não podemos desconsiderar que muitas dessas trabalhadoras, além de exercerem o serviço extra domicílio, acumulam diversas outras atribuições, a exemplo dos afazeres domésticos (SOUSA; GUEDES, 2016).

De forma similar, analisamos as memórias das trabalhadoras da feira livre, observamos como determinadas atividades são confiadas aos homens, considerados mais “aptos” e adequados a exercerem essas funções, ao passo que as mesmas se encarregariam dos serviços menos “específicos” e menos “pesado”, o que sabemos se tratar de uma falácia. Com base nessa discussão percebemos a necessidade de tecermos breves considerações sobre as influências que os processos educacionais exerceram no modo produtivo e na divisão sexual do trabalho. Neste sentido, é relevante pensarmos nas mulheres nesse contexto e os impactos da educação formal em suas compreensões de si e de seus ofícios.

Segundo Pinto (2003), o movimento feminista e de gênero no Brasil, obteve avanços significativos após as décadas de 1960 e 1970, sobretudo com as discussões sobre a redemocratização política, culminando na conquista de direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988. O reflexo disso é uma maior participação das mulheres de diversos setores da sociedade, uma busca cada vez maior pela escolarização, e, conseqüentemente, uma participação na luta pelos seus direitos.

Na atualidade, a educação, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), passa a ser considerada um direito social. É importante frisar que nem sempre foi assim. A Constituição Federal de 1988 determina no *caput* do artigo 205 que a educação é direito de todos, e nesse caso, todos significam homens e mulheres, tanto que o inciso I, do artigo 5º reafirma de forma aparentemente redundante que homens e mulheres são iguais perante a Lei. Vejamos o disposto nos artigos 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; (...) IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988).

Assim, é importante discutirmos como se deu o processo de educação, em especial a educação das mulheres no passar do tempo. Como sabemos, por bastante tempo a escola era um mundo distante para muitas mulheres, sobretudo pobres, que deviam assumir desde cedo as tarefas domésticas e o trabalho extra domicílio, como forma de contribuir com a sobrevivência familiar. As poucas que tinham acesso ao ensino básico e mais diminuto ao ensino superior, eram provenientes das famílias mais abastadas – mesmo havendo raros exemplos de mulheres que contrariavam esta lógica. Contudo, a conquista de direitos, sobretudo ao longo do XX, trouxeram para o mundo profissional e político novas personagens, muitas das quais eram também trabalhadoras. Portanto, foi longo o percurso até essa conquista da classe trabalhadora. Diante de todos avanços e limites antes da Constituição de 1988, destacamos que o capitalismo provocou mudanças diretas na educação profissional, haja vista que o Estado se torna protagonista, sendo responsável pela instalação de escolas públicas, universais, gratuitas, leigas e obrigatórias, conforme Saviani (2007) nos mostrou. A escola, então, passou a ter uma responsabilidade de alimentar o modelo capitalista, ao fornecê-lo pessoas treinadas ou não, que desempenhariam funções específicas: os serviços especializados ou os serviços não-especializados (MEDEIROS, 2020).

No universo trabalhista da feira livre da CEASA de Vitória da Conquista, nos deparamos com relatos das feirantes sobre o fato de que ao longo de suas vidas as mesmas se ocuparam de diversas outras funções, tanto em seus domicílios como em outros espaços. Em conversas exploratórias e informais, encontramos relatos de trabalhadoras que haviam cursado diversos níveis formativos, mas que viam no trabalho das feiras a forma mais segura e eficaz de garantir os seus sustentos e do seu grupo familiar. Outro ponto que nos chamou bastante atenção foi com relação a percepção da divisão social do trabalho, com base no gênero, segundo nos foi relatado, algumas atividades eram exclusivas dos homens enquanto outros eram femininos. Em nosso estudo buscamos aprofundar nossa compreensão acerca das memórias sobre o trabalho e como este se relaciona com o universo feminino, a fim de percebermos os impactos da escolarização na auto compreensão de si e das dinâmicas de trabalho na feira livre.

De modo mais específico, podemos considerar que a memória das mulheres feirantes da CEASA de Vitória da Conquista, como discutiremos melhor em seções posteriores, se enquadram tanto no sentido de trabalho doméstico como no trabalho informal citado pela

professora Alves (2013). Trabalhos estes que normalmente são mal remunerados ou nem são remunerados, quando não invisibilizados.

Essas profissionais muitas vezes são invisibilizadas socialmente, inexistindo dados que apontem para as reais condições de trabalho. Conhecemos pouco ou quase nada do universo de trabalho e as percepções dessas trabalhadoras sobre si e sobre a sociedade onde estão inseridas, por isso é imprescindível analisarmos a partir da memória as visões de mundo dessas personagens, colocando em relevo a divisão social do trabalho. Ao inquirirmos sobre os níveis formativos das trabalhadoras da CEASA, objetivamos ampliar nossa percepção sobre a divisão sexual de gênero e sobre as condições de trabalho das mulheres feirantes, a fim de desmitificarmos a vaga ideia de que todas as trabalhadoras da feira livre não são escolarizadas e por isso ocupam-se dessas atividades, enquanto última ou única escolha.

Nesta pesquisa questionamos quais seriam as demais profissões que gostariam de exercer, no intuito de demonstrarmos mais uma vez que existem outras opções, as razões que as levam a permanecer enquanto feirantes é que irá divergir a partir de quadros sociais específicos e a partir das ambições individuais, o que apontam para o comportamento dessas mulheres enquanto agentes sociais. Afirmamos também haver um processo de enfrentamento das relações de discriminação existentes no ambiente de trabalho que transcende as barreiras que são colocadas pelos homens por uma questão de subsistência (LEAL, 2011). Dessa forma, mesmo trabalhando num ambiente dominado pela figura do homem, muitas mulheres conquistam o seu espaço na sociedade e conseguem enfrentar as adversidades, a ponto de prover o sustento familiar e se sentirem realizadas nas atividades que desempenham. Logo, os estudos da memória podem nos auxiliarem no entendimento sobre as percepções das condições de trabalho no espaço da feira livre.

Ao longo dos últimos anos, os estudos sobre os fenômenos da memória têm auxiliado os pesquisadores no entendimento de como funciona a mentalidade humana, como os indivíduos se relacionam com outros sujeitos e dão significados ao mundo e aos eventos que ocorrem ao nosso redor, sendo a memória uma construção social.

Desse modo, notamos a necessidade de recorrermos aos ensinamentos trazidos pelos estudiosos da memória, em especial Halbwachs (2017) e Bosi (1979). Também abordamos teoricamente as categorias: gênero e trabalho, destacando o trabalho feminino na tentativa de tecer pontes com objeto de estudo desta pesquisa. Ou melhor dizendo, relacionar a memória e o trabalho das feirantes da CEASA da cidade de Vitória da Conquista-BA.

Como sabemos, a memória é um fenômeno biológico, psicológico e social, pois impacta diretamente na forma como nossos corpos performam a nossa existência e nossas necessidades

enquanto espécie viva; ao mesmo tempo opera a partir de estruturas psicológicas que nos permitem evocar, recordar e esquecer eventos ou normas; ainda podemos associar às questões sociais intrínsecas ao funcionamento da memória, que estão diretamente ligadas à cultura, à política, à religiosidade, à estética e ao universo econômico.

Nosso objetivo é demonstrar como as noções norteadoras do campo da memória, nos auxiliou a compreender as memórias e visões de mundo das feirantes acerca do mundo do trabalho e das sociabilidades, as quais estão inseridas.

## 2.1 Quadros sociais e memória coletiva na teoria de Maurice Halbwachs

Halbwachs inaugurou os estudos da memória nas Ciências Sociais, demonstrando possuir um apurado senso de análise do comportamento humano em relação ao convívio em grupos, e foi o pioneiro ao tratar de uma memória coletiva no âmbito da Sociologia. Tal afirmação é possível ser observada em suas várias obras, dentre elas: **Os quadros sociais da memória** ([1925]) e **A memória coletiva** ([1950] 2017). Ao analisarmos alguns pontos de sua biografia, percebemos que Halbwachs era um estudioso incansável, aluno de Bergson e adepto dos ensinamentos de Durkheim, de quem também foi contemporâneo e discípulo.

No intuito de entender melhor as ideias construídas por Halbwachs, é interessante entendermos suas influências acadêmicas. Foi aluno de Bergson, e nele se inspirou em seus estudos filosóficos. Estudou Direito, Economia política e Matemática e teve como inspiração Durkheim (1858-1917) e Simiand (1873-1935), ambos expressivos nomes das ciências sociais aplicadas.

Conforme consta no prefácio do livro **A memória coletiva**, antes de Halbwachs ser enviado para o campo de concentração nazista, ele desenvolveu estudos sociológicos acerca da vida cotidiana, o que demonstra o quão inovador o autor era para a época e para a sociologia clássica francesa (WEBER; PEREIRA, 2010).

Halbwachs (2017) inaugurou o estudo da memória na área das ciências sociais, criando as categorias de memória coletiva e quadros sociais da memória. Ao afirmar que a reconstrução da memória deve ser analisada levando em consideração os contextos sociais e as interações grupais, elaborando assim uma teoria capaz de explicar a relação entre sujeito que recorda e sociedade que conserva o que deve ser lembrado ou esquecido.

Para o autor a memória é relacional com os marcos sociais, pois é o conjunto de eventos vividos, de suas relações vivenciadas com os grupos que os indivíduos estão inseridos, com as pessoas com as quais o indivíduo compartilha experiências, lugares, espaços, datas que

constituem sua memória. Assim, os indivíduos articulam sua memória em função de seu pertencimento a um grupo: família, religião ou classe social determinada.

Mesmo sendo discípulo e admirador de Bergson, Halbwachs estudou diversos ramos do saber, sendo filósofo, cientista, sociólogo, concebendo a memória em uma perspectiva coletiva, social, ao passo que Bergson concebe uma memória individual a partir da esfera biológica.

Neste sentido, memória é mais do que uma lembrança, é esforço, é necessidade de recompor situações vividas pelo indivíduo em seu meio social. Durkheim influenciou Halbwachs e isso fica claro quando ele publicou **Os quadros sociais da memória**, obra na qual dissertou sobre as classes sociais e sobre o suicídio, sobressaindo ao seu influenciador. Segundo Alexandre “Durkheim traz à tona a razão da sociedade, Halbwachs mostra que a razão resulta dessa forma humana, a única que realiza e anima permanentemente a existência social” (ALEXANDRE, 2017, p. 1).

Podemos notar, a partir de suas obras, que Halbwachs preferia trabalhar com fatos do que com a introspecção, pois naquela época o subjetivismo comandava a ideia da memória. Ainda segundo Alexandre:

Poderá parecer simbólico que um dos homens mais interessados em definir a noção de homem enquanto pessoa distinta das coisas, que provoca a condenação radical do instrumento humano, tenha suportado o inferno dos campos de concentração, onde a sociedade e o indivíduo são juntamente renegados e aniquilados. (ALEXANDRE, 2017, p. 1).

No Capítulo I “Memória Coletiva e Memória Individual” do livro **Memória coletiva**, afirma que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque na realidade, nunca estamos sós” (ALEXANDRE, 2017, p. 1).

Portanto, para Halbwachs toda memória é social. Antes da memória ocorrer ela nasce naquele conjunto de relações que são vivenciadas no cotidiano. Portanto, há sempre um retorno ao passado e a utilização de referências que o indivíduo já possui. Analisando o livro **A memória coletiva** deduzimos que a obra de Halbwachs não ficou engessada em uma determinada época; suas reflexões acerca da definição e estudo da memória continuam extremamente atuais, sendo consideradas e discutidas até hoje (POLLAK, 1989).

No primeiro capítulo da obra anteriormente citada, o autor apresentou alguns exemplos cotidianos para explicar a memória, citou, por exemplo, o encontro com um amigo, falou sobre passeios, lojas, livrarias, viagens, narrando a sua viagem à Londres – visita a Saint-Paul, Mansion-House. A partir desses exemplos mostrou como suas recordações e percepções

estavam embasadas a partir das observações de outros personagens. Tais observações são inovadoras, pois trata do cotidiano para expressar suas teorias, indo além da Sociologia clássica, inclusive superando as ideias trazidas por Durkheim, principalmente no que toca ao vocabulário que este utilizava e que precisava ser mais adequado para expressar de forma mais explícita as situações do dia a dia do sujeito em suas interações coletivas.

Vemos, portanto, que Halbwachs analisou a memória dentro de um grupo, uma coletividade, e em seu primeiro capítulo dissertou sobre a interação entre a memória individual e coletiva.

Quando dizemos que um depoimento não nos lembrará nada se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado que se trata de evocar, não queremos dizer todavia que a lembrança ou em uma de suas partes devesse subsistir tal e qual em nós, mas somente que, desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte de um mesmo grupo e pensávamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com esse grupo, e continuamos os capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu. Poderíamos dizer, também: é preciso de que desde esse momento não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar como membro do grupo do qual essa testemunha e nós mesmo fazíamos parte, isto é, colocando-se no seu ponto de vista, e usando todas as noções que são comuns a seus membros. (HALBWACHS, 2017, p. 1).

Para Halbwachs, nossas lembranças são coletivas, são também compartilhadas por outros indivíduos, ainda que possamos vivenciar momentos sozinhos, pois sempre levamos conosco parte de um grupo ao qual pertencemos. Entretanto, quando deixamos de fazer parte de determinado grupo, quando indivíduos desse grupo descrevem uma lembrança não podemos não reconhecer, pois cada vez que nos afastamos de determinado grupo é difícil retomar. “Há pessoas de quem dizemos que estão sempre no presente, isto é, que eles não se interessam senão pelas pessoas e pelas coisas no meio das quais elas se encontram no momento, e que estão em relação com o objeto atual de sua atividade, ocupação ou distração” (HALBWACHS, 2017, p. 1). Com base nessa constatação, percebemos que, mesmo se tratando de trajetórias distintas, as memórias das trabalhadoras da CEASA podem ser entendidas enquanto a memória de um grupo social, pois ao se relacionarem num mesmo ambiente de trabalho, vivenciam e compartilham experiências que são comuns.

Desse modo, à medida que a sociedade passa por transformações, identificam-se indivíduos que não se encontram mais com o grupo ao qual pertenciam, os caminhos não se cruzam mais, e se afastaram a tal ponto que mesmo que se encontrem em um futuro, o distanciamento será tamanho que será difícil reconstituir o antigo grupo. Assim, o apego que

possuímos a determinado grupo faz com que esqueçamos ou não, eventos transcorridos (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993). Isso ocorre, por exemplo, quando as trabalhadoras da CEASA se afastam de seus antigos grupos de sociabilidade, pois como nos foi relatado durante as visitas exploratórias, antes de ingressarem na feira livre, muitas haviam desempenhando trabalhos em domicílios, fábricas e fazendas, contudo, não se viam mais enquanto domésticas, trabalhadoras fabris ou trabalhadoras agrícolas e sim enquanto feirantes, distinção que faziam questão de demarcar. No momento em que Halbwachs abordou a “necessidade de uma comunidade afetiva” nos deparamos com um questionamento bastante interessante acerca da memória individual:

Resulta disso que a memória individual, enquanto se opõe à memória coletiva, é uma condição necessária e suficiente do ato de lembrar e do reconhecimento das lembranças? De modo algum. Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conserva. (HALBWACHS, 2017, p. 1).

O intelectual definiu que para que a nossa memória se alinhe com a das pessoas que pertencem a um determinado grupo não basta que os indivíduos afirmem, é imprescindível que existam pontos de conexão entre as lembranças, que estão inseridas nos espíritos dos indivíduos, que recordam para que possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Dessa forma se concebe o desaparecimento de uma memória coletiva mais ampla, que compreende os indivíduos que não fazem mais parte da mesma sociedade.

Para Halbwachs, ainda que fosse concebível uma lembrança que não é possível relacioná-la a um grupo, que foi reproduzida enquanto estávamos realmente sós, mesmo tal fato sendo extremamente raro (excepcionais)

[...] bastaria que pudéssemos atestar alguns deles para mostrar que a memória coletiva não explica toda as nossas lembranças e, talvez, que ela não explica por si mesma a evocação de qualquer lembrança. [...] A questão toda é saber se uma tal lembrança pode existir, se é concebível. O fato que ela seja produzida, mesmo uma única vez, bastaria para demonstrar que nada se opõe a que intervenha em todos os casos. Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado de um estado de consciência puramente individual que – para distingui-lo das percepções onde entram tantos elementos do pensamento social – admitiremos que se chame intuição sensível. (HALBWACHS, 2017, p. 1).

No que tange as lembranças da primeira infância, o autor afirmou que ainda não somos um ente social, portanto nossas impressões não são relacionadas. Normalmente as lembranças

são “fabricadas” por meio das narrativas que as crianças ouvem principalmente de seus familiares. Por isso, não é incomum escutarmos nos relatos das feirantes descrições do momento de que acompanhavam suas mães ou responsáveis às feiras ou ao trabalho, especialmente na roça. Ou seja, ao reconstruir suas memórias sobre o trabalho, muitas das suas narrativas são subsidiadas pelas memórias de seus grupos, em especial da família.

Em relação às lembranças dos adultos, Halbwachs entendia que a memória estaria ligada a vida em sociedade, variando de acordo com os grupos (família, religião, classe social a qual pertence), os pensamentos da sociedade que vivemos, fazem uso das convenções sociais as quais estamos inseridos (SANTOS, 2021). Logo, nas memórias das mulheres enquanto trabalhadoras, mesmo que essas sejam realizadas individualmente, encontra-se assentada também nas impressões que foram elaboradas pelos demais sujeitos, portanto, segue as orientações coletivas.

Assim, a memória não é e não pode ser considerada o ponto de partida, porque ela nunca parte do vazio. No último tópico do Capítulo I, notamos mais uma vez a proposta de confronto entre a memória individual e a memória coletiva. Halbwachs demonstrou a existência de interferências coletivas sobre a recordação individual, haja vista que, normalmente não refletimos a respeito dessa questão. Percebemos assim, que as interferências coletivas são mais comuns do que pensávamos, pois elas advêm dos grupos aos quais pertencemos. Assim sendo, os trabalhadora e os trabalhadores da feira livre se tornam um grupo, cujas memórias coletivas são heterogêneas.

Essas lembranças que nos parecem puramente pessoais, e tais como nós sozinhos as reconhecemos e somos capazes de reencontrá-las, distinguem-se das outras pela maior complexidade das condições necessárias para que sejam lembradas; mas isto é apenas uma diferença de grau. (HALBWACHS, 2017, p. 1).

Para o autor nós construímos nossas memórias como membros de grupos sociais determinados e que neste processo, obrigatoriamente, utilizamos as convenções sociais. A memória possuiria, assim um caráter interativo com a vida material e moral das sociedades. Memória, desse modo, é o acúmulo de vivências, é o que está no cotidiano. Memória não é lembrança, nem acúmulo de imagens (refutando Bergson). A memória individual se ancora principalmente na memória dos grupos. A rigor, memória é vivência recuperada, perdurando no tempo e no espaço.

É possível afirmarmos que os conceitos que cercam a memória coletiva de Halbwachs trouxeram uma contribuição significativa ao campo da teoria da memória, porque demonstraram de uma maneira didática o grau de complexidade do convívio em sociedade ao relacionar a memória coletiva à memória individual, histórica, ao tempo e ao espaço.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2017, p. 1).

Para Halbwachs, a memória está ancorada em algum lugar, em algum tempo, em algum espaço. Memória é toda uma reconstituição de relações, ela depende do conjunto de relações. É um esforço de recuperar, reconstituir; sempre existe o esforço, a recomposição da memória, conforme afirmou Bosi (1979), ao afirmar que a memória é um trabalho de reelaboração do passado a partir do presente, de modo similar ao que encontramos em seus antecessores.

Assim, a partir do que foi exposto, podemos observar a importância e a influência da memória coletiva nas nossas recordações, em virtude da complexidade das relações sociais e da pluralidade dos grupos em que estamos inseridos, juntamente com a multiplicidade de elementos existentes e das limitações e significados da linguagem de determinado grupo. Este é um ponto que muito nos interessa ao examinar as memórias das feirantes, pois, mesmo compartilhando de um mesmo espaço, suas recordações são embasadas a partir das impressões deixadas pelos diversos grupos aos quais pertencem, o que acaba por imprimir individualidades e especificidades em seus relatos.

Foi a partir da operacionalização da noção de memória coletiva e quadros sociais da memória que pudemos circunscrever as narrativas das trabalhadoras da CEASA como sendo o esforço individual para reelaborar o passado à luz das dinâmicas atuais que são processadas no espaço de trabalho da feira livre. Com isso, vemos a importância dos grupos sociais de pertencimento, uma vez que são eles que condicionam os indivíduos a assumir determinadas posturas com relação às dinâmicas de trabalho e aos papéis de gênero. Vejamos agora como o fenômeno da memória está diretamente interligada as nossas impressões sobre o papel social das mulheres e do trabalho, este último visto enquanto único caminho de dignificação humana.



## 2.2 A memória como trabalho e a memória do trabalho em Ecléa Bosi

Em um de seus mais expressivos estudos sobre a memória dos velhos, Bosi (1993), estudiosa da memória, apresenta a entrevista como sendo umas das técnicas mais adequadas na tentativa de reconstrução das experiências vividas.

Advertiu que pensar as memórias por meio da coleta de entrevistas, longe de ser uma tarefa fácil, envolve complexos procedimentos de planejamento, organização, coleta e tratamento dos dados, portanto, precisa estar de acordo com os anseios de pesquisa, a fim de produzir um saber que seja elucidativo acerca da realidade social, tanto do grupo circunscrito quanto da coletividade da qual o grupo faz parte. Ao longo deste trabalho, tivemos o enorme cuidado em selecionar os sujeitos participantes da coleta de dados, a fim de propor um estudo em memória, acerca das recordações e expectativas do ser mulher feirante, vistas a partir da ótica dessas trabalhadoras que atuam nessa atividade.

Segundo Bosi (1993, p. 277), um dos grandes equívocos de pesquisa dos estudos que usam entrevistas é tomar como sendo factível tudo aquilo que é relatado, sem com isso considerar as teorias que analisam o contexto social mais amplo. Logo, “[...] o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida, ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da História”, isso porque os saberes ditos populares e as memórias coletivas são instâncias diferentes, não necessariamente contraditórias, do saber tido como científico.

Logo, tomar o relato da vida ou ouvir mil histórias de vida, não necessariamente nos proporciona compreender a totalidade das relações que são vividas no cotidiano. No outro extremo, se não cabe ao pesquisador tomar como factível tudo que foi relatado, não cabe a ele encerrar como errôneo, falsário ou incompleto o conteúdo das memórias. “Depoimentos colhidos, por mais ricos que sejam, não podem tomar o lugar de uma teoria totalizante que elucide estruturas e transformações econômicas, ou que explique um processo social, uma revolução política”, esses relatos devem ser encarados como indícios dos fatos, cujas interpretações irão sempre divergir de acordo com o lugar social que ocupa cada um dos indivíduos que compõe uma dada coletividade. Isso porque a memória “[...] é um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (BOSI, 1993, p. 281). Por isso, que quando iniciamos nossas entrevistas, encontramos diferentes posicionamentos para um mesmo fenômeno, a exemplo das violências de gênero no ambiente de trabalho, onde um mesmo fato suscita diversas interpretações.

Ao tratar do substrato social da memória, Bosi (2003) demonstrou também que, a memória oral é uma fonte preciosa para compreendermos e construirmos uma crônica do cotidiano, entretanto, devemos ter muito cuidado com a “ideologização” do cotidiano, como se ele fosse avesso da história política hegemônica.

Conforme argumentado por Correa (2017), no estudo da memória, além do dito, interessa ao pesquisador o não-dito, aquilo que fica na esfera do esquecimento – intencional ou voluntário. Além do não dito, inscrito no esquecimento, existe o não-dito no que nos é relatado, pois a seleção de determinadas palavras é fruto de uma escolha de quem se propõe a falar.

Para fazer dessa análise algo possível, é necessário entender que o silêncio não passa apenas pelo não-dito, mas está presente mesmo dentro do que foi dito. É o caso, por exemplo, da própria escolha vocabular dos indivíduos. Isso porque dizer uma palavra é não dizer tantas outras, silenciando uma série de sentidos possíveis e restringindo as possibilidades de interpretação do interlocutor. Além disso, colocar uma palavra em certo contexto, significando certo sentido, é silenciar diversos outros sentidos daquela mesma palavra. (CORREA, 2017, p. 5-6).

Tanto Bosi (1993) quanto Correa (2017) concordam que a memória é um jogo de poder, cuja construção se dá por meio da operacionalização do tempo e da linguagem. Demonstrando como o estudo da memória permite a compreensão da realidade social, Bosi (1993) chamou atenção para a necessidade de considerarmos a comunidade familiar e grupal, pois são esses quadros sociais que permitem que os fatos sejam interpretados e que determinadas memórias sejam preservadas ou esquecidas. Portanto, a memória não é um campo onde encontramos as totalizações e sim as singularidades, as marcas da identidade de um grupo e os valores comuns de determinados estratos.

Em sua crítica ao pensamento bergsoniano, Bosi (1993) pontuou que, além de expressar a capacidade humana para reter e conservar afetos e acontecimentos, mediado pelo uso do passado como marco temporal, a memória é antes de tudo um fenômeno social, por isso mesmo ela pode revelar o teor social ou cultural de uma determinada coletividade (CORREA, 2017). Desse modo, só podemos pensar a memória como sendo fruto da nossa consciência finita e temporal, que se manifesta episodicamente, na forma de recordação ou reminiscência (TASSARA, 2017), por isso mesmo, devemos ter em vista as particularidades individuais e os contextos socioculturais que permitem a lembrança ou o esquecimento. Logo, era imprescindível inquerirmos sobre trajetórias individuais, pois a partir delas poderíamos ter um perfil mais complexo dessas personagens, reconhecendo que nesses relatos havia uma parcela da memória que não poderia ser revelada.

O conteúdo narrado é praticamente uma reconceitualização do passado a partir do momento presente, da pessoa com quem se está falando e do objetivo da narrativa. As pessoas não têm em suas memórias uma visão fixa, estática, cristalizada dos acontecimentos que ocorrem no passado. Pelo contrário, existem múltiplas possibilidades de se construir uma versão do passado e transmiti-la de acordo com as necessidades do presente. É nesse momento, o da narrativa de uma versão do passado, que as lembranças deixam de ser memórias para se tornarem histórias. (LOBATO, 2014, p. 67).

Com base na afirmação de Lobato (2014) observamos que, na produção de relatos orais ou escritos da memória, existe a tentativa do sujeito de reconstruir certa identidade pessoal que, em muitos casos, ele mesmo não possuía no passado. Neste sentido, Bosi (1993) com base em seus estudos sobre a memória em Bergson e Halbwachs, afirmava ser os condicionantes do presente que nos permitem uma reconstrução virtual do passado a partir dos nossos grupos de pertencimento ou oposição.

No dizer de Bosi, “a memória não é sonho, é trabalho”. Se a memória é trabalho, ela implica em movimentos psíquicos de ligações e religações numa nova construção. Essa construção se dá a partir de inúmeras marcas mnêmicas que se formam desde que nascemos e são apreendidas de modo subjetivo e pessoal. Por exemplo, uma mesma situação vivenciada por duas pessoas pode ser lembrada de modo distinto (nem por isso é inverdade), uma vez que depende do modo como foi percebida em particular por cada pessoa. As lembranças têm o passado como conteúdo e podem ser compartilhadas no presente por intermédio da comunicação. Assim, a matéria-prima – passado – é extensa. A oportunidade de socializar essas narrativas pode proporcionar a construção de um contexto significativo em que os narradores sejam valorizados. (LOBATO, 2014, p. 72).

Concordamos com Lobato (2014) de que, para Bosi, a memória não é um sonho e sim um trabalho, na medida em que precisa mobilizar as faculdades mentais para a elaboração de imagens, falas, textos e ações.

Outro ponto importante diz respeito ao processo de reconstrução da memória do trabalho. Em seus estudos, ao investigar a memória dos velhos, Bosi (1993) percebeu como o trabalho – entendido em suas diversas acepções – torna-se um importante elemento de identidade social dos sujeitos entrevistados, não sendo diferente nas entrevistas que coletamos, onde a função de feirante ganha o protagonismo sobre as trajetórias individuais. Conforme argumentou Streck e Frison (1999, p. 111), “em nosso contexto, onde o trabalho é exaltado e possui um caráter de obrigação moral, este se torna um importante elemento de definição do eu”.

Segundo Chauí (1979), uma das grandes transformações sofridas no campo da memória, a partir do advento do capitalismo foi que, ele a destituiu do posto de guardião dos saberes e

valores. Assim, “destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros”, pois dava-se início a hegemonia do saber científico como sendo o portador da verdade e o conhecedor das coisas e dos fenômenos. Por isso, Bosi (1979) nos alertava para o cuidado e atenção que devemos ter com uso dos relatos de vida em estudos científicos, pois os mesmos devem ser interpretados à luz do que conhecemos sobre os contextos dos quais essas discursões emergem. Logo, devemos não apenas descrever os locais, apresentar suas dinâmicas e organizações, entrevistar seus usuários, como também problematizar o contexto sociocultural mais amplo, tanto local quanto nacional.

A partir dos estudos teóricos da memória, é possível problematizarmos a memória que os trabalhadores têm sobre seus passados e, especialmente, sobre suas atuações profissionais. De modo similar, amparados nos estudos da memória, é possível também examinarmos de forma crítica como as questões de gênero se apresentam diante dessas realidades e o papel que a divisão sexual do trabalho desempenha na construção social do sujeito e de suas interações na vida coletiva.

Partindo dessa discussão sobre os fundamentos das teorias da memória, relacionando-as com as teorias de gênero, pudemos compreender melhor a construção social dos lugares supostamente destinados às mulheres: de cuidadora, mãe e esposa. Foi também a partir da problematização desses supostos lugares sociais que pudemos entender melhor a divisão do trabalho no espaço da feira livre, tendo em vista que inicialmente nos foi informado a existência de uma divisão não declarada entre homens (açougueiros) e mulheres (comerciantes de frutas, verduras e hortaliças).

### 3 CEASA: DINÂMICAS INTERNAS

#### 3.1 Referencial teórico-metodológico para o estudo da memória coletiva das feirantes da ceasa

Nesta investigação buscamos nos afastar da ideia de que a feira livre se resume enquanto um lugar destinado somente ao comércio de mercadorias, pois, como afirmaram Nora e Zanini (2015, p. 136), os espaços das feiras livres são compostos por uma extensa “[...] rede de sociabilidade tecida entre feirantes e fregueses”. Ainda segundo as pesquisadoras, não podemos encarar as feiras livres apenas como lugar de compra e venda, porque além dos produtos que estão ali expostos, comercializam-se também saberes e fazeres, sendo que “[...] o econômico e o social se complementam e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem esse cenário”, logo, as feiras livres são também *lócus* de pertencimento dos sujeitos que ali atuam profissionalmente e dos que por ali transitam, compram, conversam e apreendem. Como revelado por Bonamichi (2013, p. 16-17), na feira livre encontramos a manifestação de uma sociabilidade específica no trato feirante/freguês, uma vez que, por se caracterizar enquanto um mercado inteiramente aberto e atraente, reúne sujeitos pertencentes às diversas classes sociais, além disso, a possibilidade de pechinchar o preço torna a feira livre enquanto um “[...] espaço de resistência cultural frente ao avanço das relações impessoais que são impostas à cidade”.

Ademais, discutimos na Introdução deste estudo de que, nas feiras livres existem a construção e a circulação de uma cultura própria, que amalgama e adapta os elementos que estão presentes tanto nos centros urbanos quanto nas zonas rurais. Mesmo que muito de seus vendedores e clientes sejam moradores das cidades, por ali circulam trabalhadores informais, fornecedores e compradores que se deslocam do campo à cidade em busca de venderem os seus produtos (atacado ou varejo) ou comprarem o que lhes são necessários e que não estão disponíveis nas localidades onde residem. Assim sendo, as feiras livres são os espaços urbanos por excelência, onde campo e cidade se encontram e se relacionam.

Partindo desse pressuposto, de serem as feiras livres lugares de múltiplas sociabilidades e de pertencimentos, apresentamos a CEASA de Vitória da Conquista como sendo um microcosmo, onde os trabalhadores e seus frequentadores constroem múltiplas relações de sociabilidade, pautadas tanto pelo estreitamento quanto pela tensão. Ora, como temos afirmado, a feira livre é um espaço de formação de opiniões e de socialização de conhecimentos que incorporam a cultura e os saberes populares que são produzidos, tanto no meio urbano quanto

rural<sup>13</sup>. Neste sentido, mesmo fazendo parte geograficamente do meio urbano, a feira livre, e aqui nos referimos a CEASA, caracteriza-se enquanto um *halfway*<sup>14</sup>, um meio do caminho entre o campo e a cidade, ao congregar elementos que compõe a cultura popular desses dois polos.

A esse respeito, Dantas (2008) afirmou que a feira livre é capaz de modificar as dinâmicas internas de uma cidade, tanto de forma permanente quanto durante os seus dias ou horários de “pico”, uma vez que, o aumento na circulação de pessoas dos centros urbanos e das zonas rurais permite o encontro e a troca de saberes provenientes de tradições que se veem enquanto opostas. Ao investigar a importância das feiras livres na região Nordeste a pesquisadora observou a tentativa de diferenciação dos cidadãos com relação aos residentes no campo e vice-versa, contudo, segundo ela, mesmo percebendo-se enquanto opostos, por vivenciarem dinâmicas específicas – os moradores dos centros urbanos imersos no fluxo acelerado do tempo e do tempo mais moroso entre os camponeses – a feira livre permite a ambos os grupos compartilharem de uma experiência comum, no qual está impressa a dinâmica específica do comércio popular, regido pelo tempo urbano, do fluxo rápido, do trânsito intenso, das trocas e das negociações informais.

Portanto, é válido afirmarmos que na feira livre se produz e circula uma cultura própria acerca do trabalho, especialmente sobre o trabalho dos feirantes, que se difere das diversas outras formas e dinâmicas do trabalho que são vivenciadas pelos demais trabalhadores do campo e da cidade. Logo, no espaço da feira livre encontramos a existência de uma memória coletiva entre seus trabalhadores que se diferencia da memória coletiva que é compartilhada por outros setores da sociedade, pois, se aos residentes do campo os trabalhadores da feira são vistos como trabalhadores urbanos, por estarem imersos na lógica do tempo acelerado; aos trabalhadores urbanos a percepção é de que os feirantes são também trabalhadores rurais, por comercializarem, em sua grande maioria, produtos que são de lá originários (DANTAS, 2008).

Desse modo, asseguramos que na feira livre existe uma memória coletiva sobre o trabalho que é compartilhada por todos os trabalhadores que ali atuam. Ao mesmo tempo, na feira livre, além da memória comum sobre o trabalho, que é produzido e socializada pelos feirantes – indistintamente de suas condições econômicas, classes sociais, gêneros, ascendência étnico-raciais, religiões, afinidades e filiações políticas – é possível percebermos a construção e circulação de uma memória coletiva própria de cada estamento, no qual incluímos as mulheres

---

<sup>13</sup> Mesmo que em alguns casos haja uma invisibilização da cultura rural nas políticas públicas voltadas às feiras livres (RAMOS; PEREIRA; ALENCAR, 2017).

<sup>14</sup> Em tradução livre a expressão *halfway* significa “meio caminho” e é utilizado nos estudos sociológicos para explicar a sobrevivência de espaços que reúnem elementos de duas culturas, que à primeira vista podem ser consideradas distintas, mas que partilham de características em comum.

feirantes, pois, segundo muitas nos informou, o serviço feminino na feira livre traz consigo características específicas, aspectos que discutiremos melhor ao tratarmos das memórias e percepções das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista.

Ao mapearmos os estudos sobre as feiras livres brasileiras, nos deparamos com investigações que discutiram as feiras como sendo espaços de enfrentamento da marginalização social diante da precarização das condições de vida e trabalho da sociedade brasileira, pois, como sabemos, ao longo dos últimos anos assistimos ao avanço dos hipermercados e hortifrúteis nos centros urbanos, o que colocaria em risco a sobrevivência das feiras livres, uma vez que esses comércios oferecem os mesmos serviços. Diversos dos estudos arrolados, construídos a partir de entrevistas com os feirantes apontavam para o temor de muitos desses trabalhadores com relação à sobrevivência de seus postos de emprego.

Segundo Sato (2007), a feira livre é um espaço de resistência, na medida em que garante a uma grande parcela da população urbana enfrentar o aumento do desemprego, trazido não apenas pelas novas dinâmicas do capitalismo, organizado cada vez mais a partir da automação da produção, o que produz o aumento no número de desempregados; outro fator que aponta para a feira livre como sendo um espaço de resistência refere-se ao aumento na exigência do mercado de trabalho com relação à formação técnica e educacional dos trabalhadores, pois, muitos dos feirantes, em decorrência de suas origens sociais, estiveram por bastante tempo excluídos do sistema formal de ensino, o que inevitavelmente os levariam à marginalização social, contudo, por não exigir um conhecimento técnico-profissional, a feira garante a muitos desses trabalhadores ocuparem um posto de trabalho, garantindo assim as condições de sobrevivência de seus núcleos familiares. Além disso, nas feiras livres e em seus entornos, desenvolve-se uma complexa malha de prestação de serviços, sobretudo informais, permitindo aos sujeitos excluídos do mercado formal, garantir condições mínimas de sustento.

Conforme apontaram Sato (2007) e Rodrigues e Cataia (2021), uma das maiores críticas que são compartilhadas pelos consumidores das feiras livres e dos super/hipermercados e hortifrúteis dizem respeito às condições de higiene nos espaços das feiras livres, o que justificaria a preferência pelos últimos em detrimento do primeiro<sup>15</sup>. Neste aspecto, os trabalhadores das feiras livres argumentam que as condições de higiene são de responsabilidade dos órgãos

---

<sup>15</sup> A justificativa para o avanço dos hipermercados e hortifrúteis granjeiros no fornecimento dos produtos que são comercializados nas feiras livres se dá também pela mudança no comportamento do consumo da população brasileira. Segundo os levantamentos feitos pela Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), entre os anos de 2008 e 2019, a diferença dos preços praticados nos hipermercados e hortifrúteis em comparação às feiras podem variar entre 78% a 125%, contudo, para muitos consumidores, essa disparidade não é um fator importante, pois para um número cada vez maior de usuários, vale bem menos os “preços baixos” do que a “segurança e comodidade” (BRASIL, 2008; 2019).

públicos, que em muitos casos descumprem com seus papéis em garantir a limpeza periódica e o investimento na melhoria das estruturas físicas, transferindo aos trabalhadores a inteira responsabilidade pela conservação dos espaços.

Neste sentido, o avanço dos hipermercados e hortifrútis oferecem riscos reais à sobrevivência das feiras livres e o temor dos feirantes com relação aos seus trabalhos são legítimos, especialmente ao considerarmos as feiras como sendo um espaço comercial que absorve uma imersa parcela de trabalhadores excluídos do sistema formal de ensino educacional e técnico-profissional e do mercado formal de emprego. Além disso, não devemos nos esquecer que, para uma imersa parcela da população feminina que atua nas feiras livres, a exemplo das participantes deste estudo, a feira livre é um dos meios mais seguros para garantir sua emancipação financeira e a sobrevivência de seu núcleo familiar.

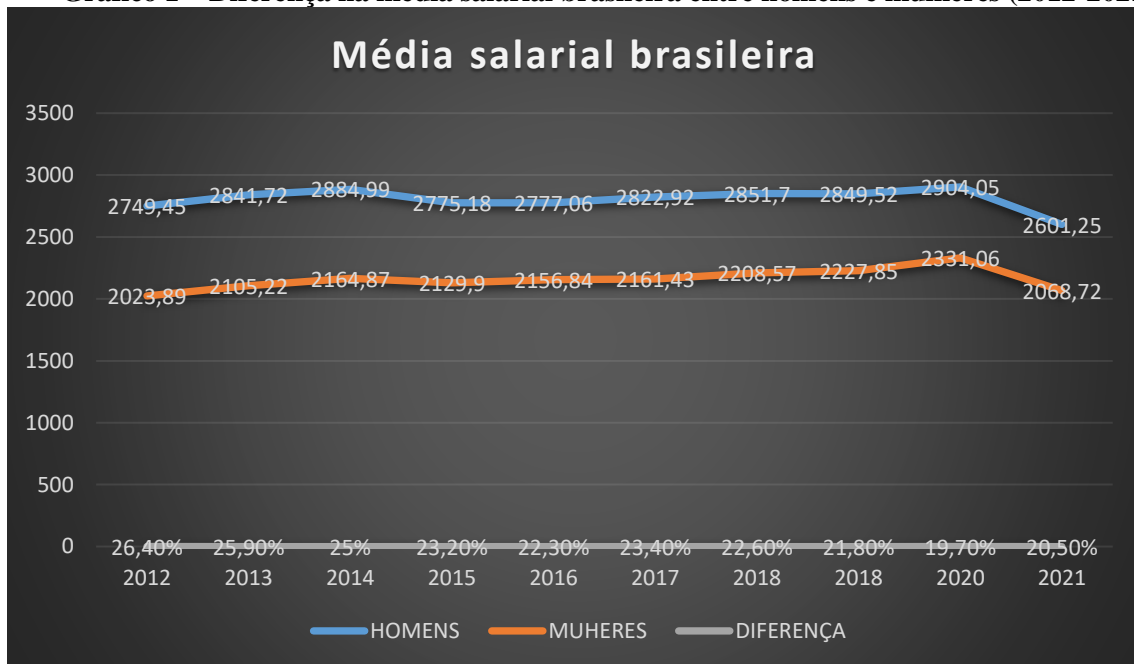
Antes de avançarmos para nossa apresentação sobre os caminhos trilhados e pelos desafios encontrados em nossa coleta de dados, precisamos tratar da violência como sendo um elemento que impacta negativamente na vida das mulheres brasileiras. Neste estudo, mesmo dando destaque à memória coletiva sobre as condições de trabalho no espaço da CEASA, fizemos questão de inquirir às participantes acerca de suas percepções sobre as múltiplas expressões da violência de gênero, por acreditarmos que ela se encontra presente na rotina do trabalho dessas feirantes. Um dos grandes equívocos ao tratarmos da violência é assumir que ela se resume à agressão física, desconsiderado às diversas outras formas em que ela se apresenta, dentre elas, agressão psicológica, sexual e patrimonial.

Uma das expressões mais explícita da violência de gênero no mundo do trabalho se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres, tanto no mercado formal quanto no mercado informal de emprego. Quirino e Aranha (2012), observaram que entre os anos de 1979 e 2010, quando os dados relativos aos ganhos salariais de homens e mulheres começaram a serem sistematicamente produzidos pelos órgãos governamentais e pelas agências de estudos, a sociedade brasileira pôde enfim compreender o fosso historicamente construído no mundo do trabalho. Segundo as pesquisadoras, as mulheres têm ganhado cada vez mais espaço no mundo do trabalho, se constituindo enquanto uma força politicamente ativa e produtivamente atuante, contudo, por residirem em um país marcado pela desigualdade na distribuição de renda, “[...] formam um dos grupos demográficos mais atingidos pelo revés proporcionado por este contexto”. Ainda segundo seu estudo, é possível percebermos mudanças significativas no cenário mais recente, uma vez que, em 2010, último ano de seu levantamento, em comparação à média anual dos anos anteriores, as mulheres recebiam cerca de 72,3% do que era ganho pelos homens.



Nos últimos anos é possível observarmos uma diminuição nessa disparidade, contudo, persiste a desigualdade, como demonstra os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Entre os anos de 2012 e 2021, a diferença partiu de 26,4% para 20,5%, como é possível observarmos no Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Diferença na média salarial brasileira entre homens e mulheres (2012-2021):**



Fonte: PNAD/IBGE, 2021.

Como é possível observarmos, entre os anos de 2012 e 2021 ocorreu uma leve diminuição na disparidade de ganhos médios mensais entre homens e mulheres, contudo, ainda não é possível falarmos em uma equidade de gênero no mercado formal e informal de empregos no Brasil, pois ele foi historicamente construído. Contudo, essa diminuição na disparidade já era observada na passagem do século XX ao XXI, impulsionada, especialmente, pelo aumento na escolarização das mulheres, o que as permitiam assumir postos mais qualificados no mercado formal. Ao investigarem o processo de instrução e ingresso feminino no mercado de trabalho, Bruschini e Lombardi (2001) afirmavam que, além do processo de exclusão, que justificaria a disparidade nos ganhos entre homens e mulheres, outros fatores devem ser observados, como, por exemplo, a má qualidade das condições de trabalho que são realizadas pelas mulheres, especialmente no mercado informal, sendo reservados a elas os serviços com condições mais precárias e que estão desassistidos pelas legislações trabalhistas. O aumento no número de mulheres no mercado de trabalho também pode ser justificado pelas próprias transformações ocorridas no mundo do trabalho, sobretudo, a partir da flexibilização das relações contratuais,

cujos maiores prejudicados foram os trabalhadores e as trabalhadoras, alijados cada vez mais de seus direitos, pois, a partir de uma análise crítica sobre esse movimento, podemos perceber como a “flexibilização” trouxe consigo a precarização nas condições de trabalho de muitas profissões, especialmente àquelas voltadas à prestação de serviços (HIRATA, 2001, 2002; 2009; HIRATA; KERGOAT, 2003, 2008; NOGUEIRA; JANNUZZI, 2004).

Além dos fatores que historicamente justificaram a desigualdade de gênero, especialmente com relação à formação educacional e técnico-profissional, o que acarreta na disparidade política e na ocupação dos cargos mais bem remunerados no mercado formal de trabalho, Sardenberg (2004) nos lembrou do contraste existente nas diferentes regiões do país, fator que impulsiona uma distribuição ainda mais desigual dos postos de emprego e dos ganhos médios relativos entre homens e mulheres. Segundo Sardenberg (2004), nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, encontramos mais escancaradas as desigualdades e discriminações que são agravadas quando se agregam variáveis de raça, etnia, classe e deficiência, com prejuízos ainda maiores, especialmente às mulheres pobres e com baixos índices de escolarização, tornando a realidade ainda mais assustadora.

### **3.2 Os caminhos da pesquisa e a coleta de dados**

Ao iniciarmos este item não podemos deixar de discutir os desafios que nos foram impostos pelo distanciamento social, causado pela crise global de saúde pública, em decorrência da COVID-19. Além desse cenário atípico, percebemos e sofremos pesadamente os impactos, especialmente pelo descuido das autoridades públicas (tanto em nível federal quanto municipal), que trataram com descaso e minimizaram os reais riscos existentes. Outro fator que nos chamou atenção foi o desamparo pelo qual passaram os diversos trabalhadores, especialmente aqueles que estavam em situações informais de emprego, neste ponto, podemos incluir diversos dos trabalhadores e das trabalhadoras que atuavam na CEASA de Vitória da Conquista.

No que se refere à execução deste estudo, chamamos atenção para as mudanças de rumos que foram tomadas, tanto pela situação atípica quanto pelas dinâmicas internas do programa de pós-graduação, pois, desde que aprovado o pré-projeto de pesquisa, tivemos a mudança na condução da orientação, a espera pela escolha que um coorientador que tivesse afinidade com o tema em estudo e a alteração dos objetivos propostos, à luz do que era observado ao longo das disciplinas, encontros e eventos científicos. Neste aspecto, exceto pela

pandemia de COVID-19, acreditamos que os ajustes que foram feitos imprimiram um maior rigor científico à presente investigação.

Ainda em decorrência da pandemia de COVID-19, em especial às limitações ao estudo de campo, acabamos por realizar um aprofundamento no enfoque teórico-metodológico e na crítica aos estudos existentes sobre a temática, em detrimento das incursões ao *locus* desta pesquisa. Pontuamos ainda que pesquisas de campo só foram aprovadas e realizadas após o avanço da vacinação contra a COVID-19 e da diminuição dos casos ativos e do número de óbitos, o que justifica o atraso na aplicação dos questionários socioeconômicos e na realização das entrevistas.

Decidimos realizar um estudo qualitativo sobre a memória coletiva das feirantes com relação as condições de trabalho na CEASA e as possíveis expressões da violência de gênero em seus respectivos espaços de trabalho, assim sendo, escolhemos como método de levantamento de dados a aplicação de um questionário socioeconômico e a realização de entrevistas. Por se tratar de um estudo qualitativo, recorreremos ao método de análise de conteúdo, à luz dos ensinamentos de Bardin (2016). Segundo Câmara (2013), o método de análise de conteúdo proposto por Bardin se organiza a partir de três fases fundamentais: a pré-análise; a exploração do material, o tratamento dos resultados e a inferência; e, a interpretação.

Segundo Bardin (2016) o método da análise de conteúdo fornece aos estudos científicos dois objetivos primordiais: a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Neste sentido, a análise de conteúdo permite aos pesquisadores se afastarem dos saberes previamente construídos a partir de suas experiências particulares, imprimindo nas investigações um maior rigor quanto os resultados obtidos, muitos dos quais podem ser contrários aos pressupostos previamente delimitados.

Ainda de acordo com Bardin (2016, p. 34), esses dois polos nos garantem “[...] ir além das aparências” acerca dos fenômenos sociais, tal como objetiva um detetive que se encontra munido de instrumentos de precisão. Assim sendo, “metodologicamente, confrontam-se ou complementa-se duas orientações: a verificação prudente ou a interpretação brilhante”.

Por outras palavras, a análise de conteúdo de mensagens que deveria ser aplicável – com maior ou menor facilidade, é certo – a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (do tam-tam à imagem, tendo evidentemente como terreno de eleição o código linguístico), possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar:

- Uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.

- Uma função de “*administração da prova*”. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”.

Na prática, as duas funções da análise de conteúdo podem coexistir de maneira complementar. (BARDIN, 2016, p. 36-37).

Outro ponto importante com relação à utilização da metodologia da análise de conteúdo diz respeito a capacidade que temos de nos aprofundarmos em determinadas áreas ou campos disciplinares e temáticas e até mesmo refutarmos alguns dos saberes que previamente haviam sido considerados como os mais adequados ou paradigmáticos. Como pudemos observar a partir do mapeamento da literatura sobre as feiras livres, existem diversos estudos no cenário brasileiro que objetivaram compreender alguns dos elementos que constituem esse tipo de comércio popular, muitos dos quais se dedicaram a compreender as condições de trabalho dos feirantes, sua importância na economia das cidades e na manutenção de uma parcela significativa dos trabalhadores que ali atuam. Todavia, poucos foram os trabalhos localizados que focaram suas atenções nas memórias das trabalhadoras, especialmente com relação às condições de trabalho e às expressões das múltiplas formas de violências de gênero.

O objetivo da pesquisa que originou esta dissertação foi entendermos a realidade da CEASA de Vitória da Conquista, com enfoque nas mulheres que lá trabalham, a fim de analisarmos quais são as reais situações que encontram para exercerem suas funções de feirantes e os diversos dilemas que se deparam por serem mulheres, de modo a desvelar os preconceitos, as agressões e os constrangimentos enfrentados na manutenção de suas vidas e de seus respectivos núcleos familiares. Logo, a análise de conteúdo nos permitiu aprofundar em temáticas pouco exploradas com relação as dinâmicas sociais e culturais das feiras livres e ao mesmo tempo, abrir caminhos para que novos estudos sobre esta temática enriqueçam nossa compreensão sobre as especificidades internas da CEASA.

Nesta investigação essas duas orientações encontram-se associadas (heurística e administração da prova), pois, previamente havíamos construído alguns pressupostos sobre as condições de trabalho e a existência de possíveis violências de gênero no espaço de trabalho das mulheres que atuam na CEASA de Vitória da Conquista, essas hipóteses foram levantadas a partir do cotejamento da literatura sobre a temática e sobre os estudos de gênero; contudo, além desses pressupostos, algumas das incursões realizadas antes da coleta de dados nos permitiram reformular alguns dos nossos pressupostos, com base nas informações que nos eram cedidas por homens e mulheres que trabalham na CEASA. Desse modo, além da função

heurística, de “ver o que dá”, buscamos também coletar dados e analisá-los segundo análise de conteúdo, a fim de que os mesmos nos “servissem de prova”.

Como dissemos na Introdução deste estudo, antes da coleta de dados realizamos algumas incursões exploratórias na CEASA, o que subsidiou a delimitação dos objetivos previamente propostos, com a finalidade de imprimirmos um maior teor científico ao nosso trabalho, contrabalançando assim o que tínhamos de conhecimento de senso comum sobre a atmosfera cultural da feira livre, uma vez que, a mesma faz parte da memória individual de alguns dos envolvidos neste estudo.

Como sustentou Bardin (2016, p. 37), a análise de conteúdo “[...] é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. Portanto, “não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis”. Logo, uma atenção especial foi dada aos questionamentos que formulamos, com o propósito de extrairmos das participantes informações que nos permitiram transpor a aparência do fenômeno e compreendermos a fundo as condições de trabalho e os dilemas que elas traziam em suas memórias individuais.

A elaboração do questionário socioeconômico aplicado às feirantes da CEASA ocorreu a partir de um intenso debate entre orientanda e orientadores; além disso, o mesmo contou com a colaboração de alguns pesquisadores que faziam parte do programa de pós-graduação no qual este estudo foi executado, tendo sido ainda apreciado pelos professores e pesquisadores responsáveis pelas disciplinas cursadas, especialmente aquelas que versavam sobre metodologia de pesquisa. Desse modo, asseguramos que o questionário socioeconômico e o roteiro de entrevista foram frutos da ação conjunta de diversos estudiosos, não apenas daqueles que são pesquisadores da temática, como também de investigadores que se dedicam a outros temas, mas que subsidiam suas pesquisas a partir dos parâmetros da memória coletiva. Neste aspecto, alegamos que o presente estudo contou com a colaboração de pesquisadores cujas formações profissionais incluíam as áreas do Direito, da História, da Educação, da Saúde e das Ciências Sociais Aplicadas.

No tocante ao questionário socioeconômico, ressaltamos que o mesmo foi aplicado, de forma exploratória, no intuito de avaliarmos a compreensão por parte do público-alvo da pesquisa. Com isso, notamos sua pertinência, exceto por pequenos ajustes que foram feitos, resultando em uma versão definitiva, que foi aplicada conjuntamente a realização da entrevista. Assim, entre as fases de construção e aplicação, o questionário socioeconômico e o roteiro de entrevista passaram pelas seguintes etapas:

- 22-23/11/2022 – conversas exploratórias com os trabalhadores da CEASA;
- 28-29/11/2022 – aplicação do esboço do questionário socioeconômico com 15<sup>16</sup> trabalhadoras;
- 06-07/11/2022 – aplicação do questionário socioeconômico definitivo e realizações das entrevistas.

Durante os seis dias de visitação a feira livre da CEASA, registramos nossas impressões em um caderno de bordo (físico) e gravação de voz (aparelho celular), para posterior utilização na escrita da Dissertação.

Privilegiamos realizar as pesquisas de campo entre as segundas e quartas-feiras, a justificativa para essa escolha se deu pelos seguintes motivos: na CEASA, as quintas-feiras são os dias da chamada “xepa”<sup>17</sup>, onde os produtos diminuem de preços e ocorre um aumento no número de clientes; na sexta os produtos são repostos, fazendo com que os feirantes estejam mais ocupados no processo de organização de seus pontos comerciais, especialmente os comerciantes de frutas, verduras e hortaliças, contudo, ocorre uma diminuição no número de clientes em circulação e um aumento no número de fornecedores; o sábado é culturalmente o principal dia de comércio na CEASA, os produtos sofrem um aumento de preços, o número de clientes em circulação é maior do que os demais dias da semana; no domingo a atividade comercial na CEASA é sensivelmente diminuta, pois o comércio nas feiras livres dos bairros adjacentes atraem os clientes, além disso, alguns dos feirantes que atuam na CEASA se deslocam para essas feiras, a fim de negociarem seus produtos, sendo também o dia de descanso desses trabalhadores. Cabe informar que essas informações foram ratificadas pelos trabalhadores aos quais tivemos acesso ao longo dos seis dias em que estivemos por lá.

---

<sup>16</sup> Como informamos acima, optamos por realiar o estudo final com 11 trabalhoras, em virtude das informações estarem se repetindo. Dessa maneira, esse momento de construção foi muito importante para entendermos o as narrativas e as percepções das trabalhadora da CEASA que participaram deste estudo.

<sup>17</sup> De acordo com Rodrigues (2018, p. 68) a “xepa” é o momento mais esperado por parte dos consumidores, sobretudo, daqueles que fazem parte das camadas econômicas mais baixas da sociedade, pois os preços negociados permitem a aquisição de um maior número de produtos. Contudo, a “xepa” mobiliza diversos consumidores, oriundos das mais diversas estratificações sociais, representando um aspecto constituinte das dinâmicas existentes nas feiras livres. Além disso, a “xepa” constitui-se enquanto uma das estratégias entre os comerciantes para a diminuição das perdas em decorrência do fato de que grande parte dos produtos vendidos são de natureza perecível. Ademais, o pesquisador considerou que “a palavra ‘xepa’ tem um significado popular que remete a liquidação das frutas e hortaliças que se verifica ao final de cada feira, com preços sempre caindo abaixo do preço de custo para que o feirante não tenha sobras de mercadoria para levar para casa, armazenar ou manter para venda no dia seguinte. É o ponto alto da ‘pechincha’, da barganha, o período de arrematação das mercadorias que sobram nas bancas, o fim-de-feira. A xepa é o último ato deste tradicional espetáculo popular que é a feira livre, o fim da festa. É o momento que delimita e finaliza a encenação do dia, hora de contabilizar ganhos e prejuízos, de guardar os pertences e desmontar as barracas e os tabuleiros, começar a limpeza”.

Durante nossas visitas exploratórias, especialmente entre os dias 22 e 23 de novembro de 2022, além das trabalhadoras, estivemos em contato com alguns dos feirantes do sexo masculino, pois nos interessava ampliarmos nossas percepções sobre as dinâmicas de trabalho na CEASA.

Ao abordarmos as trabalhadoras, explicamos primeiro quais eram os objetivos do nosso estudo, o teor das questões que seriam feitas e a finalidade das informações que estavam sendo coletadas. Não houve recusa por parte de nenhuma das feirantes abordadas. Ao contrário, tivemos a colaboração na indicação de outras possíveis participantes. Além disso, registramos que todas as participantes pareciam confortáveis durante a aplicação do questionário socioeconômico e das entrevistas.

Com relação ao campo de investigação, Bardin (2016) nos afirmou que esse precisa ser sumariamente descrito, sendo imprescindível a apresentação dos mecanismos de coleta de dados, pois, o método da análise de conteúdo pode ser aplicado em diversos estudos, cujas matérias-primas sejam os códigos linguísticos. Assim sendo, o campo onde procedemos com nossa coleta foi o espaço da feira livre, a partir do uso da entrevista e da aplicação de questionário, numa relação dialógica entre emissor e receptor. Neste cenário, buscamos construir uma atmosfera em que as participantes se sentissem à vontade em responder a todos os questionamentos, com pausas entre as questões e a com a socialização de informações pessoais por parte da entrevistadora, garantindo uma maior segurança e tentando, por meio dessas atitudes, aproximar ambas as interlocutoras. Com isso, acreditamos ter extraído das participantes um maior grau de confiabilidade quanto os rumos da entrevista e do uso ético das informações que nos eram cedidas.

Em nosso projeto, havíamos estabelecido um mínimo de 10 participantes e um teto de 15, contudo, optamos em encerrar a coleta com 11, ao percebermos o que Bardin (2016) classificou como sendo o coeficiente de saturação, quando o(a) pesquisador(a) observa já ter alcançado os objetivos esperados e quando ocorrem repetições nas informações que foram coletadas. Ainda sobre a análise do conteúdo dos dados coletados, nos baseamos em outro elemento proposto por Bardin (2016), o critério de inferências do(a) pesquisador(a) acerca dos dados coligidos. Neste aspecto a autora afirmou que:

Essas inferências (ou deduções lógicas) podem responder a dois tipos de problemas:

- o que levou a determinado enunciado? Este aspecto diz respeito às *causas* ou antecedentes da mensagem;

- quais *consequências* que determinado enunciado vai provavelmente provocar? Isto refere-se aos possíveis *efeitos* das mensagens [...]. (BARDIN, 2016, p. 45-46).

Neste aspecto, a autora nos alertou para o cuidado no excesso de inferências, que pode contaminar a análise a partir do olhar especulativo do examinador, comprometendo assim o rigor científico ao qual se pretende o método da análise de conteúdo, contudo, nos chamou atenção para a potencialidade desse elemento, capaz de trazer à tona alguns dados que eventualmente podem ter sido omitidos ou subvertidos por razões que muitas vezes não serão de conhecimento dos pesquisadores. Neste sentido, argumentando que, mesmo que tenhamos buscado construir uma atmosfera na qual as participantes se sentissem a vontade a nos revelar as reais condições de trabalho e as possíveis expressões das múltiplas formas de violência de gênero, tratarem de temas delicados como esses em seus respectivos postos de trabalho, onde circulam colegas, familiares e clientes, podem ter gerado constrangimentos que nos foram invisíveis e que só nos cabem aqui especular.

### **3.3 O lócus de trabalho das mulheres feirantes da CEASA**

Neste item discutiremos primeiro o teor das informações cedidas pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (Sesep) de Vitória da Conquista; em seguida trataremos de nossas impressões, registradas no caderno de bordo e no aplicativo de gravação de voz, durante os seis dias em que estivemos na CEASA.

A fim de ampliarmos nosso conhecimento sobre a organização interna da CEASA, entramos em contato com a Sesep, órgão municipal responsável pela coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à prestação e manutenção dos serviços públicos locais, dentre eles a limpeza pública, os cemitérios, os mercados, as feiras livres e a iluminação pública. A secretaria é responsável também por fiscalizar os serviços públicos ou de utilidade pública que são concedidos pela prefeitura, executando as determinações contidas no Código Municipal de Postura e nos Atos Municipais. Desde janeiro de 2022 a pasta de secretário da Sesep é ocupada pelo advogado Kairan Rocha, o qual entramos em contato no dia 11 de outubro de 2022 (Anexo 1), por meio do e-mail da secretaria, disponibilizado no site oficial da PMVC. Em primeira resposta, no dia 13 de outubro de 2022, a secretaria nos informou que os dados solicitados seriam apreciados e assim que avaliados a sua pertinência os mesmos seriam retornados. No dia 10 de novembro de 2022 tivemos o retorno da nossa solicitação, em ofício encaminhando pelo e-mail da secretaria, assinado por Vanderléia Dias Costa, supervisora das



feiras livres, das lavanderias e dos cemitérios municipais, o qual encontra-se incluído do Anexo 2 deste trabalho.

Perguntamos a Sesep se existe algum projeto de reforma da CEASA e a resposta fornecida foi de que “Não” existe. Dentre os questionamentos que enviamos à Sesep estava a quantidade de licenciados existentes na feira livre da CEASA, na ocasião a supervisora nos informou que até aquele momento eram 917, dos quais 447 eram mulheres, ou seja, cerca de 48,74% do total. Com relação aos preços que são cobrados anualmente a cada licenciado, a secretaria informou que existem três taxas praticadas, duas de cota mensal e uma de cota anual: aos açougues são cobrados R\$71,19 por box e aos ocupantes dos galpões R\$13,86 mensalmente, enquanto os ocupantes das rampas pagam R\$10,97 anualmente.

No que diz respeito à segurança pública na CEASA, a secretaria nos informou não fornecer esse serviço; de acordo com os feirantes ouvidos, a segurança diurna fica a cargo da Guarda municipal, que promove rápidas incursões ao longo do dia, enquanto que no período noturno cerca de cinco prestadores de serviço (homens) realizam o serviço de segurança privada, sendo os custos pagos pelos próprios feirantes, responsáveis por recolherem entre alguns dos licenciados uma cota mensal.

Referente aos serviços de limpeza da CEASA, a Sesep nos informou que a mesma é realizada diariamente, através dos auxiliares de limpeza. Questionada sobre a coleta de lixo, a secretaria afirmou ainda, que essa é realizada pela empresa Torre Empreendimentos. Em nossa busca, descobrimos que o nome correto da empresa responsável pela coleta de lixo é Torre Empreendimentos Rural e Construção, localizada no bairro Jardim Guanabara, em Vitória da Conquista, que desde 2016, após vencer o processo licitatório n. 202/2016, tornou-se a única responsável pela limpeza pública, tendo o seu contrato sido renovado em 2022 a partir de um Pregão Eletrônico, n. 033/2022.

Com relação à iluminação pública e nos estabelecimentos da CEASA, a secretaria alegou que “a iluminação geral de uso coletivo é custeada pela prefeitura, mas alguns permissionários (licenciados) têm iluminação individual em seus pontos, que cada qual é responsável pelo pagamento”.

Questionada sobre os possíveis casos de violência, cujas vítimas sejam as trabalhadoras da CEASA, inquiremos se havia algum tipo de registro específico por parte da secretaria. Em resposta fomos informados somente que “Não”. O que aponta para um descompromisso da PMVC em mapear os casos de violência, especialmente a violência feminina, ao não construir e aplicar medidas preventivas e não realizar nenhum tipo de mapeamento dos casos existentes.

Ao inquirirmos aos responsáveis da Sesep se existe fiscalizações em relação aos licenciados, quais são os mecanismos em que são realizadas e sua periodicidade, fomos informados que existe a fiscalização, especialmente quando ocorrem suspeitas de transferências dos pontos a terceiros, sendo realizada a partir do levantamento de documentos de permissões de uso, contudo, a periodicidade na qual essas fiscalizações ocorrem não foram apontadas. Além disso, as respostas prestadas não nos forneceram maiores informações com relação aos mecanismos que são utilizados. Por fim, mas não menos importante, questionamos se existe a necessidade de renovação das licenças que são cedidas, especialmente por entendermos a “natureza jurídica precária” dos licenciados, em resposta, a Sesep informou apenas não haver necessidade de renovação. Ao investigarmos os critérios básicos para a concessão de licenças, observamos que dentre os requisitos que garantem prioridade no acesso ao ponto comercial, estão a comprovação da vulnerabilidade social, comprovada a partir da declaração de imposto de renda, ou no caso dos que não possuem renda suficiente, a declaração de dispensa; além desse critério, encontra-se a comprovação da existência de filhos(as) e/ou dependentes, menores de 14 anos de idade, ou ainda, a comprovação da incapacidade de filhos(as) e/ou dependentes, de qualquer idade, como é possível constatarmos a partir da lista da documentação necessária para admissão de novos licenciados (Anexo 3).

No quadro geral, observamos o descompromisso da Sesep em promover a melhoria dos espaços físicos e resguardar a segurança dos trabalhadores que atuam na CEASA de Vitória da Conquista, tanto por não garantir a segurança durante o momento em que os trabalhadores estão em serviço quanto durante a noite, momento em que seus pontos se encontram desprotegidos, transferindo aos licenciados a inteira responsabilidade pela sua segurança física e patrimonial. No que se refere a segurança das feirantes da CEASA, a inexistência de dados sistêmicos sobre possíveis casos de violência aponta para o descaso da Sesep e dos demais órgãos municipais em conhecer e reconhecer o cenário de insegurança no qual se encontram inseridas as feirantes de uma das mais importantes feiras livres da macrorregião do Sudoeste baiano.

Partindo dessa análise das dinâmicas administrativas da CEASA, procederemos agora com a exposição das impressões que tivemos ao longo dos dias em que estivemos na feira livre, a fim de ampliarmos nossa compreensão sobre as dinâmicas internas e as condições físicas do *locus* de nossa pesquisa.

Ao tratarmos das condições físicas da CEASA, precisamos ter em mente que a mesma foi instalada em 1986 e desde então nenhuma reforma foi realizada, demonstrando assim o descompromisso das últimas gestões em promover a melhoria física de uma das feiras livres de maior circulação da região. Todavia, a feira foi montada em uma estrutura firme e com altura

acentuada, o que lhe permitir promover uma ótima circulação de ar, mesmo em dias quentes, além disso, em dias chuvosos os trabalhadores que se encontram alocados nos pavilhões e boxes não são surpreendidos com gotejamentos ou enxurradas. Os transtornos ficam reservados aos feirantes que trabalham nas rampas, pois elas não contam com cobertura, fazendo com o que em dias chuvosos ou quentes, sintam todas as intempéries da natureza, essa talvez tenha sido as causas que justificam a tabela de preços fixada de Sesepe, segundo a qual somente os licenciados ocupantes das rampas pagam uma cota anual.

**Figura 3 – Cobertura das rampas entre os pavilhões da CEASA de Vitória da Conquista:**



Fonte: Elaboração própria, 2023

Com relação a ocupação das rampas, essas diminuíram a facilidade de circulação entre os pavilhões, pois as rampas foram destinadas para manter o fluxo circulatório dentro da feira e deixar livre os acessos laterais. Contudo, a partir do aumento no número da demanda de trabalhadores, as rampas passaram a ser utilizadas com fins comerciais e diversos feirantes as ocupam atualmente, destinados, sobretudo, ao comércio de frutas, verduras, legumes e hortaliças. Com essa alteração do projeto inicial, o principal fluxo circulatório dos clientes é realizado nas laterais da feira livre, tornando caótico o deslocamento em dias de “pico”. Além

disso, em dias chuvosos, os transeuntes que precisam circular nas laterais da CEASA não contam com cobertura.

Outro problema trazido aos clientes em dias de chuva diz respeito a circulação de um pavilhão ao outro, pois, na área interna correm ductos externos de escoamento, que transbordam e causam imensos transtornos, sobretudo aquelas mais velhos e com dificuldades de locomoção. Vide a imagem...

**Figura 4 – Sistema externo de escoamento entre os pavilhões da CEASA de Vitória da Conquista:**



Fonte: Elaboração própria, 2023

No quadro geral, constatamos que a limpeza ocorre diariamente, bem como a coleta de lixo. Entretanto, ao longo do dia, diversos resíduos orgânicos são lançados no chão da feira, além disso, no setor das carnes, durante os dias de recebimento de mercadorias é comum encontrarmos ossos que são depositados provisoriamente nos corredores antes de serem levados à área externa onde se encontra os tanques de depósito de resíduos orgânicos, localizados a cerca de 20 metros do pavilhão das carnes.

Durante as conversas exploratórias que tivemos com os trabalhadores todos foram unânimes em considerar que a limpeza era um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores da CEASA, no geral a crítica à falta de higiene era atribuída ao descaso do poder público em realizar uma limpeza periódica e satisfatória e às condutas de outros colegas de

trabalho, pelo descaso em manter os seus estabelecimentos limpos ou por realizarem o descarte de resíduos em locais inadequados.

**Figura 5 – Reservatório principal de lixo da CEASA de Vitória da Conquista:**



Fonte: Elaboração própria, 2023

Uma atenção especial deve ser dada a questão dos banheiros públicos. Pelo que pudemos verificar, na CEASA existe apenas um banheiro público destinado aos trabalhadores, clientes e transeuntes, sendo dividido em dois blocos, um para o público feminino e outro para o público masculino. Em geral, as condições de conservação da higiene nesses espaços são muito precárias, sendo limpo ao menos duas vezes ao longo do dia. Esses banheiros não contam com funcionários e seu acesso é livre. No sanitário feminino existem seis vasos sanitários, um espelho grande e três pias com torneiras, todas em funcionamento, porém, na maior parte do dia faltam papel higiênico e produtos de higienização das mãos e em dias chuvosos os transtornos são ainda maiores, por carecer de tapetes, o que é contornado pelo uso de papelão no chão, colocados pelas feirantes. No banheiro masculino a realidade não é muito diferente, como pudemos verificar existem três vasos sanitários, um mictório, três pias com torneiras e um espelho grande, pelo que fomos informados, na maior parte do dia faltam papel higiênico e produtos de higienização das mãos. Não conseguimos verificar entre os trabalhadores se em alguns dos estabelecimentos que funcionam nas imediações da CEASA o acesso aos banheiros

é permitido ou facilitado aos trabalhadores, ou se a única possibilidade de uso são os banheiros públicos, localizados um ao lado do outro, a cerca de 10 metros do pavilhão central.

**Figura 6 – Banheiros públicos da CEASA de Vitória da Conquista:**



Fonte: Elaboração própria, 2023

No que diz respeito aos postos de trabalhos dos feirantes, esses estão distribuídos em diversos tipos de estruturas: aos trabalhadores das carnes, os mesmos se encontram alocados em um box, revestido de cerâmica, com balcão; aos trabalhadores do antigo setor de artesanato, esses também contam com um box, revestidos em tijolos de cimento, com balcão para atendimento ao público, cabe ressaltar que a maior parcela dos boxes internos do pavilhão de artesanatos foram transformados em bares ou minimercarias que vendem produtos de interesse da população rural, somente os boxes externos é que ainda se dedicam a venda de utensílios domésticos, sendo rara a oferta de produtos artesanais; nos boxes internos, divididos entre os três pavilhões centrais, é possível encontramos bares, restaurantes e pequenos comércios que vendem frutas, grãos, utensílios para o lar e biscoitos, suas estruturas sofreram sensíveis alterações ao longo dos últimos anos e são caracterizados por uma variedade enorme de estilos; aos trabalhadores situados no centro dos pavilhões, em geral, esses ocupam uma bancada de

madeira, variando o tamanho a depender do tipo de serviço que oferta; e, aos trabalhadores que ocupam as rampas entre os pavilhões, esses trabalham em bancadas de madeiras, e em alguns casos, suas bancadas são cobertas por lonas de proteção contra a chuva e o Sol. Ainda é possível encontrarmos ao longo dos dias de “pico”, especialmente nos sábados, aqueles trabalhadores que ocupam “clandestinamente” as laterais da feira livre, especialmente as calçadas, com seus produtos organizados em cima de uma lona exposta no chão.

Com base em nossas impressões, observamos que grande parte dos trabalhadores que atuam na CEASA de Vitória da Conquista são de pessoas que podem ser consideradas idosas, contudo, para que tal afirmação tivesse valor científico, seria necessário um inquérito mais apurado. Desse modo, cabe-nos apenas especular de que se trata de trabalhadores adultos em sua maioria, cuja idade parece variar entre os 40 e 80 anos de idade.

Já com relação ao critério étnico-racial, também não foi possível nenhum inquérito, contudo, com base na possibilidade especulativa, acreditamos que a população afro-brasileira esteja majoritariamente representada, especialmente nos serviços informais como carga e descarga de mercadorias, guardadores de carros e transportadores de compras, subempregos nos quais não encontramos a presença de mulheres. Com relação a esses serviços informais, acreditamos haver a ausência de estudos, o que aponta para um objeto de investigação ainda inédito.

Por fim, ainda acerca das nossas impressões, não poderíamos deixar de tratar de três pontos delicados com relação à situação da CEASA de Vitória da Conquista: o comércio sexual, o aumento da população em situação de rua e a presença de alcoolistas nas dependências e pelo entorno da feira livre.

Por ser uma das maiores feiras livres da região, a CEASA congrega a população urbana e rural, desse modo, cresceu muito, nos últimos anos, o número de comércios informais em sua imediação, destinados à prostituição. Pelo que verificamos, são estabelecimentos que funcionam como bares na parte da frente e que contém quartos que são alugados por hora e por valores baixos. Nesse sentido, nos últimos anos cresceu o número, especialmente de mulheres, que cooptam seus clientes em suas imediações ou na CEASA, especialmente nos bares situados no antigo pavilhão de artesanato ou naqueles localizados entre um pavilhão e outro. Segundo o que nos foi relatado pelos feirantes, esse comércio funciona todos os dias da semana, com sua maior expressão nas sextas e sábados, momento em que aumenta o número de trabalhadores rurais.

Além do comércio sexual informal, os trabalhadores da CEASA alegaram que nos últimos anos tem crescido o número de pessoas alcoolistas que, não tendo condições de

voltar para casa, ocupam os corredores dos pavilhões e que geralmente causam comoção por quem passa por ali. Em não raras vezes, ao nos deslocarmos à CEASA, encontramos diversas pessoas nessa situação, sobretudo, homens com idade já avançada.

Por fim, um dos problemas que tem causado muito desconforto entre os trabalhadores da feira livre diz respeito às pessoas em situação de rua, que muitas vezes encontram nas dependências da CEASA um lugar adequado para abordar os pedestres em busca de dinheiro e comida. Segundo muitos trabalhadores nos relataram, essas pessoas acabam causando temor entre os clientes, que se sentem intimidados e acuados, os afastando da feira e a considerando cada vez mais enquanto um local inadequado para realizar suas compras. Neste sentido, esses trabalhadores veem no aumento do número de pessoas em situação de rua um grave problema que coloca em risco a sobrevivência da feira livre e que os afetam diretamente.

### **3.4 Participantes da pesquisa**

Neste item apresentamos de forma mais ampliada o perfil socioeconômico das feirantes, com base nas informações que nos foram disponibilizadas pelas entrevistadas, com o intuito de conhecermos a faixa etária, a autodeclaração étnico-racial, o grau de escolaridade e seus respectivos vínculos empregatícios. Decidimos num primeiro momento por reunir os dados de forma a possibilitar um exame comparado entre as entrevistadas, em seguida privilegiamos realizar uma análise pormenorizada das informações a partir da observação individual das participantes, com vista a compreendermos melhor as experiências particulares de cada uma das feirantes aqui investigadas.

Com o propósito de garantirmos o sigilo das trabalhadoras, optamos em atribuímos nomes fictício às participantes deste estudo, para resguardarmos suas identidades, desse modo, decidimos por denominar as feirantes com nomes de frutas da flora local. Na tabela 1 apresentamos os resultados dos questionários socioeconômico aplicados entre os dias 6 e 7 de dezembro de 2022.



**Quadro 1 – Dados socioeconômicos das trabalhadoras da CEASA de Vitória da Conquista:**

Nome	Idade	Raça/Etnia	Grau de escolaridade	Regime de trabalho
Buriti	32	Negra	Ensino médio incompleto	Autônoma
Caju	34	Parda	Ensino fundamental incompleto	Microempreendedora individual
Cupuaçu	41	Indígena	Nível superior completo	Autônoma
Mangaba	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Cajá	46	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Umbu	47	Branca	Ensino médio completo	Autônoma
Maracujá	55	Branca	Ensino médio completo	Autônoma
Cambuci	57	Parda	Ensino médio completo	Autônoma
Ingá	65	Negra	Não alfabetizada	Autônoma
Grumixama	68	Branca	Ensino primário	Autônoma
Açaí	72	Branca	Ensino fundamental incompleto	Autônoma

Fonte: Elaboração própria, 2023

A partir das informações coletadas entre as participantes desta pesquisa observamos que a maior parcela das entrevistadas é considerada, segundo a legislação brasileira vigente, enquanto população em idade ativa de trabalho<sup>18</sup>, pois, das 11 entrevistadas, oito têm idades entre 32 e 57 anos. Ainda com base no questionário socioeconômico aplicado, apenas três são pessoas idosas, com idades entre 65 e 72 anos.

Com base nos critérios étnico-raciais adotados pelo IBGE, percebemos o predomínio da população negra entre as entrevistadas, uma vez que das 11 trabalhadoras, duas se autodeclararam negras e quatro se autodeclararam pardas; seguindo o critério de autodenominação étnico-racial, encontramos entre as entrevistadas quatro trabalhadoras que se reconhecem enquanto brancas; seguidas de uma única entrevistada autodeclarada indígena. A partir desses dados podemos inferir que a população negra se encontra altamente presente nesse tipo de emprego, considerado, socialmente, enquanto um serviço subalterno, pois não requerer especialização profissional ou educacional para ser executado. Quando comparamos o grau de escolarização entre as entrevistadas, constatamos, segundo os critérios étnico-raciais, a baixa escolarização da população negra entre as trabalhadoras da feira livre da CEASA, pois, das duas entrevistadas autodeclaradas negras, uma alegou não ter completado o ensino médio enquanto outra informou não ter sido escolarizada, o que aponta para o sistema de exclusão

<sup>18</sup> De acordo com Constituição Federal, de 1988, a maioria civil tem início aos 18 anos de idade perdurando até os 59 anos, a partir dos 60 anos a pessoa é considerada idosa, conforme rege a Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003, conhecida como Estatuto da Pessoa Idosa.

pelo qual passa a população afro-brasileira; entre as trabalhadoras autodeclaradas pardas, três alegaram ter completado o ensino médio enquanto uma informou não ter concluído o ensino fundamental, sinalizando, mais uma vez, para o sistema de exclusão que afeta mais pesadamente às pessoas negras. Das quatro trabalhadoras autodeclaradas brancas duas informaram terem terminado o ensino médio, enquanto uma alegou não ter concluído o ensino fundamental e outra declarou ter cursado somente o ensino primário. No quadro geral somente uma trabalhadora, autodeclarada indígena, informou ter concluído o ensino superior, tendo cursado Pedagogia.

Mesmo se tratando de um estudo qualitativo, a partir das informações coletadas pudemos observar quantitativamente que, do total de 11 trabalhadoras selecionadas aleatoriamente, 45% possuíam o ensino médio completo, 18% possuíam ensino fundamental incompleto, 9% não era escolarizada, 9% não completou o ensino primário, 9% não completou o ensino médio e 9% possuía ensino superior completo. Desse modo, percebemos que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, apenas 45% das entrevistas completaram todo o ciclo da educação básica (cujo término compreende a conclusão do ensino médio), enquanto 36% não concluíram o ensino básico (cujo início inclui o ensino primário), 9% não teve acesso ao ensino básico (sendo enquadrada enquanto analfabeta) e apenas 9% avançou do ensino básico e obteve formação superior. Logo, segundo a LDB, a maior parcela das trabalhadoras entrevistadas não é enquadrada enquanto profissionais especializadas, pois, segundo a reforma do ensino promovida por esta legislação, a conclusão do ensino básico não qualifica profissionalmente o(a) estudante ao mercado de trabalho especializado, o(a) habilitando(a) somente para o prosseguimento na vida formativa no ensino superior e o(a) qualificando a assumir postos de trabalhos que não exigem formação técnica ou profissional. Assim sendo, constatamos o baixo grau de escolarização entre as feirantes da CEASA, indício que aponta para a subalternização do trabalho na feira livre.

Outro dado importante diz respeito ao enquadramento profissional dessas trabalhadoras. Quando questionamos acerca dos vínculos empregatícios das feirantes da CEASA, percebemos que, 91% se autodenominaram enquanto trabalhadoras autônomas, enquanto somente uma alegou ser a principal responsável pelo ponto comercial onde atua, se autodenominando enquanto microempreendedora individual<sup>19</sup>. Com relação a essa última informação

---

<sup>19</sup> Segundo o IPEA, a categoria Microempreendedor Individual, conhecido popularmente como MEI, passou a ser regularizado a partir da Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008, conferindo aos trabalhadores sem vínculo empregatício ou responsáveis pelos seus comércios, um estatuto próprio, o que lhes garantiriam uma série de direitos, especialmente, previdenciários. Desse modo, juridicamente o MEI se difere do trabalhador informal,

deprendemos que, possuir um ponto comercial na feira livre da CEASA oferece à responsável um estatuto que a difere das demais entrevistadas, pois, ao se ver e se representar enquanto microempreendedora, buscou se afastar da lógica de exploração da mão-de-obra, uma vez que, seus ganhos, sua força de trabalho e o seu tempo encontram-se empregados na promoção de seu comércio, cujos ganhos seriam inteiramente seus e o seu sucesso ou fracasso profissional seriam de sua inteira responsabilidade, graças à dedicação ou não ao trabalho árduo que significaria ser feirante.

Seguindo nossa análise sobre o perfil socioeconômico das feirantes entrevistadas, questionamos às trabalhadoras acerca de suas relações conjugais e o compartilhamento de seus ofícios com seus possíveis cônjuges. Na tabela 2, apresentamos melhor os dados, a fim de avançarmos em nossa compreensão no que diz respeito ao peso da situação matrimonial na manutenção da vida econômica das entrevistadas.

**Quadro 2 – Relações conjugais e compartilhamento do ofício de feirante com o(a) companheiro(a) entre as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista:**

Nome	Relação conjugal	Compartilhamento do ofício de feirante com companheiro(a)
Buriti	Casada	Não
Caju	Solteira	Não
Cupuaçu	Casada	Não
Mangaba	Divorciada	Não
Cajá	Casada	Não
Umbu	Casada	Sim
Maracujá	Casada	Sim
Cambuci	Solteira	Não
Ingá	Viúva	Não
Grumixama	Casada	Sim
Açaí	Viúva	Não

Fonte: Elaboração própria, 2023

cujos direitos trabalhistas e previdenciários não lhes são assegurados pelos contratantes. Segundo Oliveira (2013) e Rioga (2022), mesmo representando um avanço no que diz respeito a garantia de direitos essenciais aos trabalhadores, sobretudo do comércio de bens e serviços, o estatuto do micro empreendedorismo individual mascaram a triste realidade da classe trabalhadora brasileira, cada vez mais alijada de suas garantias. Ainda segundo Rioga (2022), muitos profissionais informais, portadores da inscrição enquanto microempreendedores, se autodenominam autônomos, por serem os únicos responsáveis pelo pagamento de seus tributos à previdência social, o que representa uma confusão na identificação do estatuto jurídico de muitos dos profissionais que atuam no comércio e na prestação de serviços.

Como foi possível verificarmos a partir das informações coletadas, do total das 11 feirantes da CEASA, apenas três alegaram compartilhar seus postos de serviços com seus/suas companheiros(as), informando ainda serem elas casadas. Verificamos também que dentre as entrevistadas, seis afirmaram serem casadas, sendo que metade compartilham seus postos de trabalho com seus/suas cônjuges enquanto a outra metade não. Logo, dentro do universo de nossa investigação, a maior parcela das feirantes entrevistadas encontra-se em relações conjugais, contudo, a parcela de trabalhadoras casadas que dividiam os seus ofícios com seus/suas respectivos(as) companheiros(as) era proporcional ao número de feirantes casadas que trabalham sozinhas na feira livre. Além disso, encontramos entre as entrevistadas duas trabalhadoras que alegaram serem solteiras, enquanto duas informaram serem viúvas e apenas uma divorciada. Desse modo, percebemos que, entre as nossas entrevistadas, a maior parcela não compartilhava seus postos de serviço com outros membros de seu núcleo familiar, o que é ratificado pelos dados apresentados a seguir (Tabela 3), nos quais reunimos o número de filhos e/ou dependentes, a renda individual e a renda familiar das feirantes selecionadas.

**Quadro 3 – Dados relativos ao número de filhos(as) e/ou dependentes, compartilhamento do ofícios de feirante e à renda individual e familiar entre as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista-BA:**

Nome	Núm. de filhos(as) e/ou dependentes	Compartilhamento do ofício de feirante com filhos(as) e/ou dependentes	Renda individual mensal (salários-mínimos)	Reanda familiar mensal (salários-mínimos)
Buriti	1	Não	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Entre 1 e 2 salários-mínimos
Caju	4	Não	Até 1 salário-mínimo	Até 1 salário-mínimo
Cupuaçu	2	Sim	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários-mínimos
Mangaba	6	Não	Até 1 salário mínimo	Não soube informar
Cajá	3	Não	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos
Umbu	3	Sim	Entre 1 e 2 salários mínimos	Entre 3 e 4 salários mínimos
Maracujá	3	Sim	Entre 3 e 4 salários mínimos	Entre 3 e 4 salários mínimos
Cambuci	Não tem filhos	Não	Até 1 salário mínimo	Entre 2 e 3 salários mínimos
Ingá	5	Não	Até 1 salário mínimo	Até 1 salário mínimo
Grumixama	4	Não	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos
Açaí	6	Não	Até 1 salário mínimo	Entre 1 e 2 salários mínimos

Fonte: Elaboração própria, 2023

Do total das trabalhadoras participantes deste estudo apenas uma informou não ter filho, alegando também que se encontra solteira. Com relação à outra participante solteira, o número total de filhos corresponde a quatro, alegando não partilhar de seu ofício com nenhum de seus filhos e/ou dependentes. Do total das entrevistadas, apenas três informaram compartilhar com seus filhos do ofício de feirante, sendo que as mesmas três informaram serem casadas. Ao cruzarmos os dados sobre a situação conjugal, o número de filhos e/ou dependentes e o compartilhamento do ofício de feirante com seus/suas cônjuges, filhos e/ou dependentes, depreendemos que, dentre as seis participantes que informaram serem casadas, todas declararam terem filhos e/ou dependentes, sendo que três delas compartilhavam com seus filhos de seu posto de trabalho enquanto que outras três alegaram também compartilhar com o(a) companheiro(a) as tarefas na feira livre. Desse número somente Umbu e Maracujá afirmaram que dividiam com seus/suas companheiro(a), filhos e/ou dependentes o ofício de feirante na CEASA, enquanto que a participante Cupuaçu alegou partilhar somente com seus filhos e/ou dependentes o serviço na feira livre. Portanto, um número relativamente baixo das participantes atua profissionalmente na companhia de outro membro de seu núcleo familiar.

Entre as participantes que afirmaram serem viúvas, ambas são mulheres idosas, Ingá com 65 anos é mãe de cinco filhos e Açaí com 72 anos é mãe de seis filhos e/ou dependentes, as duas afirmaram não compartilhar com seus filhos do ofício de feirantes. Contudo, esta última participante nos contou que por bastante tempo dividiu com seu filho mais velho o trabalho na CEASA, porém o mesmo havia morrido em um trágico acidente, a cerca de dois anos, já com relação aos seus três filhos e/ou dependentes vivos, uma vez que dos seis, três já eram falecidos, nenhum outro chegou a partilhar as tarefas na feira, tendo trilhado outros caminhos profissionais.

Já com relação à participante Mangaba, declarada divorciada, com seis filhos e/ou dependentes, esta nos informou que todos já tinham lhe auxiliado nas tarefas diárias na CEASA, contudo, informou que atualmente trabalhava sozinha em decorrência da recusa de parte de seus filhos e/ou dependentes de compartilhar das funções na feira livre, com relação aos demais – total não informado – a justificativa para não partilharem com ela do ofício de feirante se dava pelo fato de que haviam assumido compromissos profissionais em outros setores, especialmente na área da prestação de serviços.

Antes de encerrarmos nossa análise sobre as condições socioeconômicas das trabalhadoras da CEASA, devemos nos atentar para a participação dessas trabalhadoras na manutenção de seus núcleos familiares. Ainda com base na Tabela 3, onde estão dispostas as informações com relação a renda individual e a renda média familiar, alguns indícios nos levam

a entender melhor o papel central dessas trabalhadoras no sustento dos gastos de seus lares e na garantia da sobrevivência de seus familiares, especialmente seus/suas companheiros(as), filhos e/ou dependentes. De forma comparativa percebemos que, do total de 11 trabalhadoras, oito informaram que seus rendimentos mensais eram de aproximadamente até um salário-mínimo, o que representa um ganho relativamente baixo, sobretudo quando consideramos o fato de que desse total de trabalhadoras somente uma não possui filhos e/ou dependentes, com relação às outras sete trabalhadoras. Não estamos com isso querendo afirmar que todas essas trabalhadoras sejam as únicas responsáveis pelo sustento de seus filhos e/ou dependentes, especialmente com relação aqueles que residem em outros domicílios, são chefes ou coparticipes de seus próprios núcleos familiares, são maiores de idade ou possuem vínculos empregatícios, porém, ao compararmos o ganho mensal individual dessas trabalhadoras com o número de filhos e/ou dependentes, observamos uma média relativamente alta, pois, entre essas trabalhadoras uma afirmou ter dois filhos e/ou dependente, uma alegou possuir três, uma informou possuir cinco, duas declararam possuírem quatro filhos e duas mencionaram possuírem seis filhos.

Ao cruzarmos as informações das trabalhadoras com ganho médio mensal individual de até um salário-mínimo com os ganhos médios mensais de seu núcleo familiar, constatamos que, do total de oito trabalhadoras, duas delas afirmaram que as receitas médias mensais de seus domicílios não ultrapassam um salário mínimo, sendo que entre elas uma é mãe de quatro e a outra mãe de cinco filhos e/ou dependentes. Esses dados nos permitem afirmar que essas trabalhadoras sejam as únicas responsáveis pela economia de seus domicílios e pela manutenção da sobrevivência de seus núcleos familiares. Já com relação as outras seis trabalhadoras, cujos ganhos médios mensais individuais são de até um salário-mínimo, quatro delas nos informaram que a receita mensal familiar são de um até dois salários mínimos. Logo, mesmo não podendo serem consideradas as únicas mantenedoras de seus domicílios e núcleos familiares, essas trabalhadoras representam uma parcela importante na manutenção da sobrevivência de seus lares, correspondendo à metade dos rendimentos mensais de suas famílias. Dentre as feirantes com ganho mensal de até um salário-mínimo, somente uma afirmou que a receita mensal variava entre dois e três salários mínimos, não sendo ela mãe ou casada, o que aponta para a participação de outros familiares na manutenção de seus lares. Por fim, das oito entrevistadas cujos ganhos médios mensais individuais eram de aproximadamente um salário-mínimo, somente uma não soube informar o rendimento médio mensal de seu núcleo familiar, contudo, sabemos se tratar de uma trabalhadora divorciada e mãe de seis filhos e/ou dependentes. No quadro geral, inferimos que essas trabalhadoras desempenham um papel crucial na manutenção econômica de seus domicílios, mesmo que seus rendimentos sejam

extremamente baixos, uma vez que, a monta de um salário-mínimo<sup>20</sup> – cerca de R\$ 1.212,00 (um mil duzentos e doze reais), em 2022, momento em que realizamos o estudo – garantem as condições mínimas de sobrevivência.

No que diz respeito às duas trabalhadoras, cujos ganhos médios mensais individuais informados eram entre um e dois salários mínimos, uma delas alegou que o rendimento médio mensal de seu núcleo familiar era entre um e dois salários mínimos, o que nos levou a constatar ser ela a única responsável pela manutenção de seu domicílio e núcleo familiar; a outra participante informou que o ganho médio mensal de sua família girava em torno de três a quatro salários mínimos, novamente, essa informação nos permite crer que, mesmo não sendo a única mantenedora de sua família, seus rendimentos representam uma parcela importante da receita de seu domicílio. Por fim, somente uma das entrevistadas informou ganhar individualmente entre três e quatro salários-mínimos, além disso, alegou que o rendimento médio mensal de sua família era entre três e quatro salários mínimos, ou seja, seria ela a única responsável econômica pelo sustento de seu lar e de seu núcleo familiar.

No quadro geral, observamos a participação ativa dessas trabalhadoras na manutenção econômica de seus domicílios e de seus núcleos familiares, mesmo que em muitos casos a receita média mensal não chegue a um salário-mínimo.

Além disso, ao cruzarmos os dados sobre rendimentos individuais e familiares com as informações sobre o regime de trabalho ao qual estão submetidas na lida na CEASA, percebemos uma evidente contradição, pois, dentre as 11 participantes deste estudo, 10 delas informaram serem autônomas enquanto apenas uma alegou ser uma microempresária individual. Trata-se da participante Caju, feirante de 34 anos de idade, solteira e mãe de quatro filhos e/ou dependentes. Conforme nos informou durante a entrevista, seu ganho médio individual era de até um salário-mínimo enquanto que o ganho médio mensal de seu núcleo familiar era igual ao seu rendimento, nesse sentido, concluímos ser ela a principal mantenedora de seu domicílio e núcleo familiar, porém, a receita informada nos levou a questionar sua condição enquanto empresária. Segundo Oliveira (2013) e Rioga (2022), a legislação do MEI, implantada no Brasil desde 2008, representa um retrocesso no que diz respeito às garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários, ao retirar dos trabalhadores as obrigações jurídicas de seus empregadores e desresponsabilizar o Estado de seu papel de promover a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, significando uma precarização das condições de trabalho para milhares de cidadãos.

---

<sup>20</sup> O novo valor do salário-mínimo é de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), reajustado em 1 de janeiro de 2023.

#### **4 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES FEIRANTES DA CEASA**

Tratamos melhor nesta parte de nosso estudo acerca da memória coletiva das feirantes acerca das condições de trabalho na CEASA e sobre as diversas violências de gênero existentes ali, tendo por base o cruzamento das memórias individuais e das percepções de cada uma delas para esses fenômenos, auxiliados pelos aportes teórico-metodológicos que selecionamos. Além das condições de trabalho e das percepções sobre violências de gênero, optamos em expandir nossa investigação para aspectos da rotina das participantes, como o acúmulo do trabalho extra domicílio com os serviços domésticos; além disso, questionamos sobre as percepções da atuação do poder público na melhoria e manutenção da feira livre.

No primeiro momento nos interessou conhecer um pouco mais sobre as memórias e as percepções individuais que as participantes tinham do trabalho doméstico, pois, como discutido por Sardenberg (2004) e Bruschine & Lombardi (2001), em contextos sociais onde o machismo e sexismo são hegemônicos, os serviços domésticos não são considerados atividades produtivas, sendo atribuídos como funções exclusivamente femininas, o que se caracteriza enquanto uma violência de gênero, uma vez que, desconsideram a sua importância na manutenção dos núcleos familiares e os esforços que os mesmos requerem em suas execuções. Ademais, o acúmulo do serviço doméstico com o trabalho na feira livre, afetam diretamente na qualidade de vida das participantes, representando uma dupla jornada de trabalho.

Logo em seguida analisamos a partir da memória coletiva das feirantes quais foram as principais motivações que as levaram ao trabalho na feira livre, seus respectivos tempos de atuação nesse serviço e suas expectativas com relação às demais áreas de atuação profissional. Nosso interesse era perceber a partir de seus relatos quais eram as realizações e as frustrações que suas atividades profissionais lhes trouxeram, sedimentando o terreno para nossa análise sobre as condições de trabalho na CEASA. Curiosamente, observamos em uma pequena parcela das entrevistadas a existência de uma memória coletiva que associava o trabalho na feira livre ao “sistema do lavrador”, segundo o qual a lógica seria plantar/colher/comercializar, lógica esta que não se aplica no caso das feirantes que tivemos acesso, uma vez que, os gêneros alimentícios por elas vendidos são oriundos do agronegócio, sistema predatório que tem promovido o êxodo rural e o aumento no número de cidadãos desempregados, atuando pesadamente na invisibilização da cultura do campo.

Além disso, questionamos às feirantes da CEASA quais eram suas percepções sobre o trabalho feminino, no afã de entendermos suas realizações e frustrações acerca de sua escolha profissional. Neste momento, identificamos diversas formas de violências em que estão



submetidas, especialmente com relação aos usuários da feira livre, destacando-se relatos pessoais sobre agressões verbais.

O tema da violência de gênero no ambiente de trabalho foi pauta do item seguinte, onde examinamos a partir das memórias individuais as diversas formas de tratamento diferenciado entre homens e mulheres feirantes, o nível de segurança que as mulheres acreditam ter em seus respectivos postos de trabalhos e como as mesmas lidam com os assédios (BALESTRO, 2015). Nesse momento observamos como mesmo não qualificando o assédio sexual enquanto uma violência de gênero, pois em muitos casos ele ocorre de forma velada e sem uso da força física em contatos não consensuais, muitas das participantes relataram serem vítimas dessa prática, que de acordo com elas, são “contornadas”, levadas na “esportiva” ou coibidas a partir da imposição do “respeito”.

Por fim, mas não menos importante, questionamos às entrevistas sobre quais são as condições de trabalho na CEASA, uma das temáticas de maior interesse para este estudo. Nossa pretensão foi analisar a partir do olhar das feirantes quais eram as percepções individuais sobre aspectos como higiene do espaço de trabalho, segurança e atuação do poder público no fornecimento de alguns serviços essenciais. Ao longo desse exame, observamos não existir um consenso com relação a responsabilidade do poder público na persistência de alguns dos principais problemas que são de seu conhecimento, contudo, nos chamou atenção a existência de um elemento em comum no relato de todas as participantes, elemento este que confere pertencimento ao grupo profissional de feirante, forjado na oposição entre os licenciados e os “vendedores ilegais”.

#### **4.1 As memórias e percepções sobre o trabalho doméstico**

Ao serem questionadas sobre as responsabilidades pelos serviços domésticos em seus lares, a grande parcela das participantes alegou serem as principais encarregadas de executá-los, tanto ao longo do dia quanto durante os fins de semana – momentos que deveriam estarem reservados ao descanso – pois a média de horas trabalhadas diariamente é de aproximadamente 11 horas. Do total das 11 participantes, somente duas informaram dispor da ajuda de colaboradoras externas ao seu núcleo familiar, persistindo a prática do trabalho doméstico entre as mulheres, as quais trabalham em regimes não formais de contratação, o que se pressupõe a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários. Duas das demais entrevistadas alegaram compartilhar dos serviços com seus familiares. A participante Caju, por exemplo, informou que ao longo da semana as atividades básicas como varrer e cozinhar eram executadas pelas duas

filhas menores de idade, uma de 11 anos e outra de 17 anos, contudo, afirmou ainda que a “faxina” – alusão a higienização mais completa – era de sua responsabilidade durante os fins de semana, bem como a lavagem das roupas de todos os moradores de seu domicílio. Ainda acerca do compartilhamento dos afazeres domésticos, nos chamou atenção o relato de Cambuci, mulher de 57 anos que divide o espaço de moradia com sua irmã, ex feirante de 72 anos que largou seu posto de trabalho em 2020 em decorrência da pandemia. De acordo com ela os afazeres domésticos são compartilhados entre as duas, exceto aqueles que exigem maiores esforços, pois sua irmã encontrava-se muito debilitada. Essa lógica foi apresentada por Bosi (1979; 1993) como sendo um dos aspectos em comuns presentes nos relatos das mulheres idosas, cujas origens pobres lhe impuseram assumir desde cedo às tarefas domésticas e o trabalho fora do domicílio, enquanto estratégias de sobrevivência.

As outras sete participantes informaram serem as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos, que são realizados antes do início do expediente de trabalho na CEASA ou após o retorno, além dos domingos e feriados, quando é possível realizar uma limpeza mais cuidadosa.

Com base nesses relatos depreendemos que dentre as participantes deste estudo, além de atuarem em extensas jornadas de trabalho extra domicílio, assumem o duplo papel de se encarregarem pelos afazeres básicos de seus lares, essenciais para a manutenção de seus núcleos familiares e dos quais não recebem reconhecimento (FEDERICI, 2018), pois como nos afirmou Mangaba, “[...] os serviços domésticos são vistos como funções da mulher, seja ela filha, esposa ou mãe, que além de trabalhadoras, são primeiramente donas de casas”.

Conforme afirmou Sardenberg (2004), ao se basear no modelo de família tradicional burguesa, as sociedades capitalistas atuais, a exemplo da sociedade brasileira, são organizadas a partir do pressuposto de que o sexo feminino seria o “sexo frágil”, que necessita de proteção masculina, logo, a moral familiar burguesa tem sustentado os princípios básicos do modelo de família patriarcal, propondo que ao homem/marido/pai seja designado o papel de chefe do grupo doméstico, destinando-lhe a função de provedor financeiro, o que supostamente o isentaria dos afazeres domésticos e da responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos(as) e/ou dependentes.

No outro extremo, a mulher/esposa/mãe deveria assumir a função de nutrir e educar, assumindo junto aos filhos menores, a responsabilidade pela manutenção dos lares. Além disso, como “cabeça do casal” ou “chefe por força da natureza masculina” caberia ao homem deter a autoridade sobre o núcleo familiar, sendo as esposas e filhos(as) seus subordinadas. O grande problema neste modelo é que não existe margem para a inversão dos papéis, logo, a mulher não poderia ser considerada principal provedora do lar na existência de um homem que ocupa o

papel de esposo ou pai, ademais, os afazeres domésticos, quando executados pelos homens, são sempre vistos como “auxílio” e “ajuda”, sendo considerados anomalias dentro do que preconiza a organização tradicional da família de orientação burguesa, modelo este que deveria ser seguido à risca até mesmo pelos não burgueses, que vivem em sociedades do tipo capitalista (FEDERICI, 2018).

Nas falas das feirantes, percebemos como as atividades domésticas são naturalizadas enquanto funções femininas, um valor cultural que é transmitido de geração em geração, configurando-se enquanto um elemento constituinte da memória coletiva, não existindo entre elas nenhuma crítica quanto à perpetuação desse tipo de violência de gênero, que considera os afazeres domiciliares enquanto atividade não produtiva e de responsabilidade exclusiva do sexo feminino, independente da faixa etária. Contudo, mesmo predominando na mentalidade da sociedade a validade desse padrão, observamos que “não se há de negar que, nas últimas décadas, esse modelo ou ideal de família venha sendo bastante contestado, inclusive porque as mulheres vêm saindo cada vez mais da sua suposta ‘domesticidade’, tornando-se figuras marcantes no mundo da produção” (SARDENBERG, 2004, p. 256), a exemplo das feirantes da CEASA que tivemos acesso. Entretanto, mesmo percebendo a mudança no que diz respeito ao protagonismo econômico destas trabalhadoras, como demonstramos ao apresentar a renda média mensal individual e a renda média familiar, onde grande parte das entrevistadas afirmaram serem as principais mantenedoras de seus núcleos familiares, ainda persiste entre elas a prática imposta pela ideologia machista de assumirem a responsabilidade integral dos serviços domésticos, sem que haja nenhum reconhecimento social quanto à sua relevância enquanto uma atividade produtiva.

Interpretado a partir dos postulados da teoria da memória coletiva, percebemos que essas trabalhadoras são reféns de um complexo sistema de opressão, no qual os valores do capitalismo e do machismo se unem, afetando na qualidade de vida dessas mulheres. Segundo Bosi (1979, p. 26), é comum encontrarmos entre as mulheres mais velhas, especialmente, as mais pobres, relatos sobre o início precoce na vida profissional, sobretudo, na condição de “ajudante” ou “auxiliar”, sem que exista por parte delas a consciência de que desde a tenra idade estavam fadadas a assumirem responsabilidades que não são reconhecidas enquanto atividades produtivas, logo, que não carecem do reconhecimento social devido.

Conforme afirmou Carla Fabiana Streck e Thirzá Baptista Frison (1999, p. 114), “quando os homens idosos relatam suas infâncias, raramente fazem referência ao trabalho doméstico o que, pelo contrário, acontece com frequência nos relatos das mulheres [...]”. Como observado, a partir da coleta de entrevista com pessoas idosas, “em se tratando do mundo rural,

a figura da mulher aparece tanto ligada ao trabalho doméstico quanto às atividades do campo”, mesmo que as atividades por elas executadas sejam vistas e consideradas enquanto “trabalho de homem” (STRECK; FRISON, 1999, p. 17).

Como demonstrou Prata (2013), grande parcela das mulheres brasileiras que conseguem adentrar o mercado informal de emprego, seja na condição de prestadora de serviço ou autônoma, onde incluímos também a categoria de MEI, acaba por conciliar o trabalho na esfera pública – visto como trabalho produtivo e gerador de bens e riquezas – com os serviços domésticos, além dos cuidados com os(as) filhos(as), especialmente os menores de idade. Entre nossas entrevistadas observamos nitidamente esse padrão, persistindo, também entre elas a visão de que se encontram sobrecarregadas pela dupla jornada, sem, contudo, existir a consciência de que executam trabalhos produtivos que não são socialmente valorizados. Esta observação levou em consideração tanto as memórias individuais sobre o serviço doméstico quanto as percepções acerca de como a sociedade via e valorizava a profissão de feirante, como discutiremos melhor nos itens seguintes.

#### **4.2 Trabalho na feira livre**

Perguntamos às participantes quais tinham sido os principais motivos que as levaram ao trabalho na feira livre, curiosamente as respostas encontradas apontaram para a heterogeneidade de razões, predominando, entretanto, as noções de que suas escolhas estavam ligadas à falta de oportunidade e à necessidade de garantir o sustento de suas famílias.

Com relação à falta de oportunidade em conseguir outro emprego, Buriti afirmou que já trabalha na CEASA há cerca de 16 anos, tendo se tornado feirante por indicação de sua irmã, que já trabalha na feira livre há mais tempo. Ao ser questionada sobre qual outra profissão gostaria de ter, informou que um de seus maiores sonhos era ter se tornado psicóloga, porém, as condições de vida da família a impediam de trabalhar, especialmente por ser mãe de um filho menor de idade e em decorrência do fato de que seu esposo, por estar desempregado presta apenas serviços temporários. Maracujá nos relatou que trabalha há 28 anos na CEASA e se tornou feirante em decorrência do marido, que por bastante tempo trabalhou ali, ao buscar uma oportunidade de emprego não foi admitida em outra profissão por não ter experiência profissional, o que, segundo ela, a obrigou ingressar na lida da feira livre, primeiramente como auxiliar tendo posteriormente conseguido sua licença e seu ponto. Afirmou ainda que se as

condições de vida fossem diferentes gostaria de cursar a faculdade de Letras e trabalhar com o ensino de crianças e jovens, profissão que julga ser mais digna e valorizada que a sua atual.

A noção de que o trabalho na feira livre é o resultado da marginalização, exclusão social e falta de oportunidade não representa apenas a visão cultural compartilhada entre as participantes deste estudo, pois como demonstrado por pesquisadores interessados em compreenderem os perfis socioeconômicos de feirantes que atuam em diversas feiras livres do país, essas noções encontram-se em circulação na mentalidade de grande parcela da população brasileira, que em muitos casos, sem conhecer a fundo a realidade desses sujeitos, partem do pressuposto de que ser feirante é a “última opção” para quem não tinha outro caminho além daquele (LUCENA, 2018; VEDANA, 2004; 2013; SOUZA, 2021; SILVA, 2021). Neste sentido, desconsidera-se o fato de que muitos trabalhadores optam pela profissão de feirante em decorrência da memória coletiva compartilhada pelo seu núcleo familiar, pois como constatamos, diversas das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista recordaram terem sido inspiradas por familiares que já exerciam a profissão e que as permitiram ingressar neste ramo profissional, mesmo que esta não seja apresentada como principal motivação para a escolha de suas carreiras.

No que se refere à necessidade de sobrevivência, encontramos relatos comoventes, segundo os quais a feira livre foi um dos caminhos mais fáceis para garantir as condições mínimas de autossustento e de seus filhos(as) e/ou dependentes. Açaí, por exemplo, afirmou categoricamente que sua escolha pelo trabalho na CEASA, o qual já realiza há oito anos, foi uma imposição em decorrência da pobreza, especialmente por não contar com a ajuda de nenhum outro familiar no sustento de seu lar e na criação de seus seis filhos. Segundo ela caso não fosse feirante, profissão que realiza há mais de 30 anos, gostaria de trabalhar como costureira, pois desde cedo aprendeu as técnicas ao ver sua mãe e outras mulheres de sua família “costurando para casa e para fora”.

A necessidade de sobrevivência também foi a justificativa apresentada por Cajá, que afirmou ter assumido o posto de feirante em decorrência da ausência de seu marido, a quem foi concedida a licença, porém, por ter se tornado transportador de mercadorias o mesmo não tinha como conciliar os dois serviços, restando a ela contratar uma cuidadora para lhe auxiliar nos cuidados de seus dois filhos menores de idade. Alegou também que já trabalha na CEASA há mais de 15 anos e caso não fosse feirante gostaria de abrir seu próprio negócio de confeitaria, trabalho que já executava antes de ingressar na feira livre e que tenta conciliar com a profissão de feirante, com os serviços domésticos e com o cuidado e a educação de seus três filhos. Observamos, portanto, um acúmulo de funções que extrapola o que é considerado uma dupla

jornada de trabalho, logo, neste caso específico podemos mesmo falar em jornada quadrupla. Ser dona do seu próprio negócio também é um dos principais desejos de Caju, que nos informou trabalhar na feira livre há dois anos por necessidade de sobrevivência, uma vez que é a principal mantenedora de seu núcleo familiar e responsável pelo sustento e educação de seus quatro filhos(as).

“A necessidade de sustentar a casa” foi a resposta dada por Ingá ao ser questionada sobre os motivos que a levaram a se tornar feirante, ainda segundo a participante, sempre foi a principal responsável pelo sustento de seus cinco filhos(as), mesmo quando ainda era casada. Quando a questionamos qual outra profissão gostaria de exercer caso não fosse feirante, nos relatou em tom comovente que desejava apenas ter aprendido a ler e escrever e assim poder ter colaborado na educação de seus dependentes. Nos contou também que ingressou no serviço da feira livre há mais de 40 anos, estando na primeira turma das trabalhadoras credenciadas da CEASA quando da ocasião de sua inauguração em 1986. Ainda segundo ela, periodicamente assumiam a responsabilidade pelos cuidados intensivos de seu irmão mais velho, de 82 anos, que havia recentemente sofrido um acidente vascular cerebral que o tornou totalmente dependente.

A necessidade de sobrevivência também foi apontada por Cambuci como principal justificativa, ao afirmar que por ter sido dispensada de serviço de auxiliar de fisioterapia, profissão que realizou por mais de 10 anos. Como havia ficado cerca de nove meses desempregada, foi “obrigada” a trabalhar na CEASA, por indicação de sua irmã que já era feirante. Segundo seu relato, seu ingresso como feirante ocorreu há mais de 40 anos, quando ainda era menor de idade, contudo, havia se afastado em busca de novas oportunidades e que sua demissão não justificada a fez regressar à feira livre. Do mesmo modo que Buriti, nos informou que um de seus maiores sonhos era ter se tornado psicóloga, porém, as condições financeiras lhe impediram de o concretizá-lo, justificou ainda que na “época” em que era jovem e que estava disposta a estudar, os cursos disponíveis estavam localizados na capital do Estado ou em faculdades particulares, sendo esses os principais fatores que a levaram a desistir.

Dentre as 11 participantes deste estudo, somente uma alegou a busca pela autonomia financeira enquanto principal motivo que a levou ao serviço na feira livre, foi o caso de Cupuaçu, que trabalha na CEASA há cerca de quatro anos. Ainda segundo seu relato caso não fosse feirante desejaria seguir sua carreira enquanto docente e coordenadora pedagógica, pois como vimos, trata-se da única feirante entrevistada que concluiu o ensino superior.

Com relação às demais participantes, observamos uma curiosa associação entre o trabalho na feira livre com o trabalho no campo, segundo a qual a escolha pela profissão de

feirante se dava em decorrência de serem oriundas da zona rural e de terem se inspirado em familiares que por muito tempo comercializaram gêneros alimentares produzidos nas pequenas propriedades onde habitavam.

#### **4.2.1 Entre a cidade e o campo**

Conforme nos relatou Mangaba, a profissão de feirante se deu em decorrência das condições precárias de sobrevivência em que estava submetida, portanto, muito mais do que uma escolha, o trabalho na feira livre seria o curso natural do sistema de produção dos lavradores, que se resumia em “plantar, colher e vender o que produziu” (PIERRI, 2010). Segundo ela já são mais de 20 anos de trabalho na CEASA, profissão que a permite manter seu núcleo familiar e custear a educação de seus filhos. Quando questionada sobre qual profissão gostaria de exercer além da que ocupa atualmente, afirmou que sonhava cursar uma faculdade e se tornar administradora de empresa, mesma área que um de seus seis filhos escolheu trilhar. Vemos, portanto, que em seu relato encontramos a expressão de uma memória coletiva que associa o comércio de produtos rurais à sua própria produção.

Ainda no tocante à essa associação, nos chamou atenção as informações cedidas por Grumixama, que também atua na CEASA há cerca de 20 anos. De acordo com a participante, a feira livre foi o único meio encontrado para garantir as condições mínimas de sobrevivência, ao ter se deslocado do campo para a cidade, onde as oportunidades de emprego eram limitadas, em razão de sua baixa escolarização e a ausência de experiência profissional. Relatou ainda que por se sentir desrespeita e desvalorizada socialmente pelo posto de trabalho que ocupa, especialmente por ser uma mulher idosa, caso lhe fosse possível sobreviver sem ter que trabalhar, gostaria de ser dona de casa e empenhar suas forças no cuidado de sua família. Assim sendo, nos afirmou que o principal motivo de ter se tornado feirante havia sido a necessidade de continuar fazendo algo que já estava habituada, que era comercializar produtos alimentícios produzidos no campo, tendo realizado essa função desde criança na companhia dos pais que eventualmente vinham até a cidade para negociarem o excedente do que produziam.

De forma semelhante, Umbu afirmou que sua principal inspiração para a escolha da profissão de feirante tinha sido seus pais, pequenos produtores rurais que comercializavam o excedente de sua produção na cidade, tendo os acompanhado por diversas vezes, exceto quando não ficava encarregada dos afazeres doméstico e do cuidado dos irmãos menores. Informou que trabalha na feira livre há mais de 34 anos, sendo 20 anos na CEASA e 14 anos em outra localidade. Quando perguntada se gostaria ou se já considerou exercer outra ocupação

profissional, disse nunca ter pensado sobre o assunto e que assim como ela todos os seus três irmãos, além de um dos filhos e seu esposo, eram feirantes e atuavam na CEASA, em setores diversos. Aqui, observamos melhor o peso de um dos quadros sociais da memória coletiva, a saber, a família, como principal fonte de inspiração para a escolha da carreira profissional.

Com base nesses relatos, percebemos que na memória coletiva de muitas dessas trabalhadoras, especialmente àquelas provenientes do campo, sobressai a ideia de que o trabalho na feira livre – onde predomina a comercialização de produtos alimentares – seria uma extensão dos serviços que são realizados no campo ou como nas palavras de uma das participantes a efetivação do “sistema do lavrador”, mesmo que os gêneros por elas comercializados não sejam oriundos dos pequenos produtores e das pequenas propriedades rurais.

Neste aspecto devemos chamar atenção para dois pontos específicos. O primeiro se refere a origem dos produtos que são comercializados atualmente na feira livre da CEASA, provenientes do agronegócio, do plantio extensivo, de origem transgênica e cultivados em grandes latifúndios. Em visita não oficial que fizemos à nova unidade da central de distribuição, a CEAVIC, no dia 12 de janeiro de 2023, tivemos acesso a seis distribuidores de frutas, verduras e legumes, a fim de conhecermos mais sobre a origem dos produtos que são comercializados na CEASA. Segundo os relatos de todos os trabalhadores ouvidos, os alimentos que dali são distribuídos às diversas feiras livres da região, especialmente à CEASA, são vendidos por empresas especializadas na produção de um único gênero e são produzidos em enormes extensões rurais, onde as diversas etapas contam com sistemas modernos de maquinários agrícolas, responsáveis por promover o êxodo rural, ao dispensar a mão de obra dos trabalhadores não especializados em operar equipamentos de grande porte. Logo, a lógica de que o trabalho na CEASA seria a consecução do suposto “sistema do lavrador” não se justifica.

Entretanto, em nossas incursões exploratórias e nas entrevistas que coletamos, tomamos conhecimento da existência de um comércio “clandestino” de produtos agrícolas que são produzidos pelos pequenos produtores rurais e que causam enorme insatisfação entre os feirantes que são licenciados. Trata-se do comércio que é realizado na calçada da CEASA, feito pelos moradores do campo que ainda hoje se deslocam para a feira livre, a fim de venderem o excedente de suas produções. Em geral são hortaliças, galinha caipira, frutas da estação e ervas medicinais. Trataremos melhor desse comércio, considerado “clandestino” pelas participantes, quando discutirmos as condições de trabalho na CEASA, por ora basta apenas afirmarmos que esse comércio paralelo é responsável por garantir as condições mínimas de uma parcela pequena de produtores rurais que não tem acesso a um ponto comercial na CEASA.



Outro ponto importante se refere a memória coletiva das feirantes sobre o trabalho infantil, em especial das trabalhadoras que são provenientes do campo, incluindo aqui três aspectos: o serviço doméstico, o cuidado dos familiares mais novos e o trabalho na lavoura. Entre as três participantes observamos a existência de um padrão comum, em que todas relataram trabalhar desde a infância nos serviços domésticos, especialmente na ausência da matriarca, além disso, afirmaram que parte da responsabilidade pelo cuidado dos irmãos mais novos eram compartilhados com a mãe ou com a irmã mais velha, predominando a atribuição desses serviços às mulheres, independente da faixa etária. Por fim, mas não menos importante, as três participantes recordaram terem colaborado com seus familiares na produção dos gêneros de subsistência e que eventualmente eram comercializados nas feiras livres de Vitória da Conquista, tendo, inclusive, participado do transporte e da venda desses produtos. Logo, para uma parcela pequena, porém considerável dessas trabalhadoras, a profissão de feirante surgiu ainda durante a infância, sem que elas tivessem consciência sobre isso, inexistindo, ainda hoje, o reconhecimento do momento preciso em que sua jornada profissional começou. Uma vez que, as serem questionadas sobre o tempo de trabalho como feirante, o marco temporal encontrado circunscreve-se à vida adulta e ao momento em que se tornaram mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras extra domicílio. Contudo, ao consideramos o trabalho doméstico enquanto atividade produtiva, podemos mesmo afirmar que, para a grande parcela das trabalhadoras ouvidas neste estudo, suas trajetórias profissionais tiveram início ainda durante a infância, seja com o trabalho no campo, no cuidado dos familiares mais jovens ou dependentes e na lida doméstica.

Ainda de acordo com Bosi (1979), ao questionarmos a memória que as mulheres mais velhas têm sobre suas vidas produtivas, encontraremos diversos relatos nos quais aparecem a responsabilidade integral pelos serviços domésticos, sobretudo se tratando das mulheres do campo, onde as oportunidades de trabalho extra domicílios eram e continuam sendo escassas. Todavia, como apontado pela pesquisadora, nos estarreceremos ao perceber que para muitas dessas trabalhadoras, cujas vidas sempre estiveram atravessadas pelo trabalho, especialmente, braçal, o marco temporal selecionado para definirem suas jornadas serão sempre a fase adulta ou o momento em que saíram de seu núcleo familiar primário para comporem suas próprias unidades familiares.

### 4.3 Memórias de trabalho das mulheres feirantes da CEASA

Ao relacionarmos o tempo de atuação profissional das participantes deste estudo, tendo por base os anos trabalhados na CEASA de Vitória da Conquista, constatamos que a média é relativamente alta, chegando a cifra de 19 anos. Entretanto, ao individualizarmos esta análise, encontramos uma disparidade que nos permitem afirmar, a partir dos referenciais teórico-metodológicos da memória coletiva, que a memória dessas feirantes com relação ao trabalho feminino varia segundo o tempo de atuação – que em outros termos significa o acúmulo de experiências – e com os grupos sociais aos quais se relacionam – tendo aqui como referência os diversos setores onde atuam na feira livre. Logo, não podemos entender a memória coletiva deste grupo como sendo homogênea, pois como postulado por Halbwachs (2017), a memória coletiva não pressupõe a soma das memórias individuais de todos os sujeitos que compõe um determinado grupo de sociabilidade e sim por aquilo que se encontra substancialmente em comum entre os membros. Sobre este aspecto o sociólogo afirmou que a memória coletiva só se mantém ativa a partir de uma comunidade afetiva, pois:

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2017, p. 34).

Assim sendo, precisamos compreender como o tempo de atuação e os setores em que trabalham, as permitem ver e representar o universo cultural da feira livre segundo critérios específicos. Na tabela 4, detalhamos melhor essas informações, que em seguida nos subsidiaram na análise das memórias individuais acerca do trabalho feminino na CEASA.

**Quadro 4 – Relação entre anos de atuação profissional das feirantes na CEASA de Vitória da Conquista-BA com o regime de trabalho diário:**

<b>Participante</b>	<b>Tempo de atuação profissional</b>	<b>Regime de trabalho diário</b>
Buriti	16 anos	10 horas
Caju	2 anos	10 horas
Cupuaçu	4 anos	12 horas
Mangaba	20 anos	12 horas
Cajá	15 anos	12 horas
Umbu	20 anos	10 horas
Maracujá	28 anos	12 horas
Cambuci	17 anos	10 horas
Ingá	40 anos	13 horas
Grumixama	20 anos	10 horas
Açaí	30 anos	10 horas

Fonte: Elaboração própria, 2023

Dentre as participantes, a grande parcela atua na CEASA há mais de duas décadas, tendo assistido e participado de diversas transformações no que diz respeito à administração pública local. Portanto, entendemos melhor quando elas se referiam em suas entrevistas à “época em que o PT estava no poder”, ao “governo de Herzem” ou ainda à “atual gestão municipal”. Esses indícios apontam para a consciência que essas trabalhadoras têm sobre a importância de determinadas plataformas políticas no processo de melhoria ou descaso na manutenção e controle dos espaços públicos, dos serviços essenciais e, especialmente, da CEASA. Neste aspecto, coadunamos com as conclusões de Borges (2009) de que as feirantes que atuam profissionalmente, em ambientes de pluralidade de ideias e de discussões de naturezas diversas, entre elas políticas, absorvem, adaptam e se constroem enquanto sujeitas ativas em matérias políticas, sendo, portanto, errôneo afirmar somente a partir do seu grau de instrução educacional que sejam elas despolitizadas.

Em observação aos dados apresentados acima, percebemos que a disparidade no tempo de atuação profissional na CEASA se torna mais evidente entre personagens como Caju, que iniciou sua jornada na feira livre em 2021, após as medidas sanitárias de flexibilização do isolamento social e do retorno das atividades comerciais; no outro extremo, encontramos Ingá, que atua na CEASA desde sua inauguração e que anteriormente ocupava a Praça da Bandeira, antes da transferência para o local onde a feira livre (CEASA) se encontra atualmente instalada. Ainda de acordo com esta última participante, diariamente precisa sair de casa às quatro horas da manhã e caminhar um longo trajeto até o local onde pega a condução para o centro de Vitória da Conquista. Ao cruzarmos as informações sobre o tempo de atuação profissional com a carga

horária média diária de trabalho, levando ainda em consideração que essas feirantes trabalham seis dias da semana, percebemos uma sobrecarga, que afeta diretamente na qualidade de vida das participantes.

Partindo dessas constatações, questionamos às entrevistadas se elas se sentiam valorizadas socialmente pela profissão que exercem e no quadro geral, exceto por três das entrevistadas que alegaram se sentirem valorizadas, a maioria delas relataram não se sentirem e ainda sofrerem com maus tratos por parte de seus clientes. Dentre os tratamentos que se configuram enquanto maus tratados estavam as queixas com relação aos preços dos produtos praticados na feira livre, sendo comum, por exemplo, ouvirem a expressão “isso é um roubo”, o que segundo muitas as afetavam diretamente de forma negativa, pois estava implícita a ideia de que a carestia se dava pelo superfaturamento. No relato de quatro das participantes, por exemplo, encontramos recordações sobre esse tipo de conduta dos clientes. A participante Buriti informou que quase diariamente ouvia a referida expressão, o que a obrigava a levar na “esportiva” e “fingir não ter escutado”, uma vez que todos os clientes deveriam ser bem tratados, até mesmo os mais “mal-educados”. Para Parley da Silva (2021), a dinâmica da feira livre, por possibilitar que os preços das mercadorias sejam negociados diretamente entre vendedores e clientes, permitem que determinadas veleidades e condutas grosseiras ocorram, pois, segundo a lógica imposta na memória coletiva de que “o cliente tem sempre razão”, muitos dos usuários dos serviços do mercado popular abusam do seu “poder de compra” enquanto que na outra extremidade alguns dos prestadores de serviços se sujeitam as condutas vexatórias e discriminatórias.

Entre as feirantes da CEASA, Açaí, Umbu e Caju disseram que se veem valorizadas socialmente enquanto feirantes, não apenas por parte da sociedade em geral quanto pelos fregueses que têm acesso diariamente. No meio termo entre o reconhecimento e a desvalorização social pelo posto de trabalho que ocupam, encontramos os relatos de Grumixama e Cambuci, que de acordo com a primeira “a parcela de clientes mau educados é proporcional à parcela dos que nos tratam muito bem” enquanto que a última alegou não querer generalizar a forma pela qual era tratada e valorizada, optando em informar apenas que “os clientes são educados, mas muitos mal-educados, contudo, ganho o meu dia quando encontro alguém educado”.

Entretanto, como dissemos acima, para muitas das participantes deste estudo os tratamentos que lhes são dados pelos clientes estão marcados por diversas formas de abuso e opressão, sobretudo, com relação à qualidade dos produtos e aos preços cobrados. Maracujá, por exemplo, alegou não se sentir valorizada e acreditar que a razão para isso se deva pelo fato

de que muitas pessoas acham que os feirantes são pessoas ignorantes, que supostamente, por não ter nenhuma outra oportunidade na vida, precisam se sujeitar a qualquer forma de tratamento. De forma semelhante e muito abreviadamente Cajá informou não se sentir valorizada e ser constantemente desrespeitada, o que segundo ela a fazia avaliar sempre seu desejo em continuar exercendo a profissão que escolheu seguir.

Furtivamente Buriti nos informou que ao longo de seus mais 40 anos de atuação profissional nas feiras livres de Vitória da Conquista havia passado por diversas situações constrangedoras, em que seus algozes eram oriundos de diversas classes sociais, pois como afirmou “a burrice e a falta de educação não tem cara, cor e classe social”. Já segundo Cupuaçu os clientes que mais a destravavam eram as pessoas pobres e sem instrução, que sempre culpam os feirantes pelos preços caros de determinados produtos, sem nenhuma consciência sobre a margem de lucro dos vendedores, a sazonalidade de determinados gêneros e o trabalho que é necessário para adquirir, transportar, arrumar e conservar os produtos.

Dentre os relatos, dois deles nos chamaram atenção, o primeiro foi cedido por Mangaba ao alegar constantemente que era acusada de praticar valores abusivos e estar querendo “enriquecer” às custas dos fregueses. Conforme nos relatou, entre os feirantes a expressão mais escutada era: “isso é um roubo!”, a fazendo questionar seu lugar social e a sua profissão enquanto digna, o que muito lhe entristecia. Contudo, disse de forma comovente que a única forma de superar esse abuso era regressar para casa e saber que seu trabalho lhe permitia “colocar o pão na boca” de seus filhos(as), a principal razão que a fazia acordar cedo todos os dias e retomar ao seu posto de trabalho.

Comovente também foi o relato cedido por Ingá, ao nos contar que pouco antes de conceder a entrevista havia sofrido uma agressão verbal por uma “mulher granfina”, que ao se insatisfazer com o preço de um dos seus produtos passou a esbravejar em alto e bom tom que ela estava tentando lhe roubar “na cara dura” e “em plena luz do dia”. De acordo com a participante a situação lhe deixou muito mal, causando insatisfação por parte de seus colegas de trabalho que rapidamente e de forma discreta se reuniram em torno de seu ponto; ainda segundo seu relato, a situação foi tão constrangedora que o próprio esposo da agressora fez questão de lhe pedir desculpas e em seguida retornar e comprar o produto, sem questionar o preço cobrado. Como Ingá afirmou, situações como estas não são anômalas na rotina dos feirantes, que recorrentemente são destratados e precisam “engolir” o seu orgulho, mesmo acreditando terem motivos para se oporem aos maus tratos, pois como ela mesmo afirmou, por diversas vezes pensou em revidar às agressões sofridas, mas por temer perder a “razão” e pela

sua integridade física, especialmente em decorrência de sua idade avançada, teve que “engolir muito sapo nesta vida”.

Ainda com base nas memórias individuais desta última participante, na CEASA é comum diversas formas de agressões verbais, contudo, acredita que dificilmente essas violências evoluirão para agressões físicas, especialmente por existir ali uma rede de proteção entre os feirantes, o que certamente desencorajaria muitos dos agressores. Notamos como essa temática sensibilizou a participante, que além do caso acima narrado, fez questão de nos contar em detalhes outro fato ocorrido uma semana antes da entrevista, no qual uma senhora que segundo ela aparentava ter a mesma idade que a sua, retornou ao seu ponto dois dias após comprar um dos seus produtos, alegando que ele estava estragado. Segundo Ingá foi necessário “levar na esportiva”, pois a queixosa exigiu ser reembolsada, porém, havia consumido quase todo o produto. De acordo com a feirante essa também não era uma situação incomum.

Com relação à construção de redes de sociabilidade e de proteção mútua, concluímos que, mesmo atuando em um ambiente onde impera o individualismo no que diz respeito ao sucesso em suas vendas, nas feiras livres existem uma pluralidade de redes de apoio, onde a partir do compartilhamento de experiências em comum é possível criar e solidificar vínculos afetivos, permitindo, assim, a construção de um pertencimento de grupo, responsável pelo surgimento de uma memória coletiva. Pois, como afirmou Alexandre (2017), para Halbwachs (2017), é somente a partir do afeto que um grupo social se constitui e se torna expressivamente capaz de construir uma memória coletiva.

No item seguinte discutimos melhor os diversos dilemas pelos quais passam as feirantes da CEASA de Vitória da Conquista, especialmente, no tocante às violências de gênero, sobretudo, por atuarem profissionalmente em uma das maiores feiras livres do interior baiano, onde a atuação do poder público, no que concerne à segurança, é quase inexistente, como exposto em suas entrevistas e nos dados fornecidos pelo órgão competente.

#### **4. 4 As relações de gênero e possíveis violências no ambiente de trabalho da CEASA**

Quando questionadas sobre suas memórias pessoais em relação às diversas formas de violência de gênero, todas as participantes deste estudo informaram nunca terem sido vítimas deste tipo de agressão, todavia, ao longo das entrevistas identificamos diversos relatos pessoais sobre maus tratos, formas diferenciadas de tratamento por serem mulheres e múltiplas situações de assédios sexuais e morais.

A fim de situarmos este estudo aos trabalhos que investigam a violência de gênero, nos baseamos na definição de Cunha e Valiense (2021) sobre a violência contra as mulheres, mesmo que essa represente apenas uma das facetas do machismo estrutural, causa primordial das múltiplas formas de agressão que são perpetradas pelos homens. Assim, as autoras consideraram que

O regime patriarcal produz um efeito destrutivo e conflituoso, legitima comportamentos negativos do homem que reforçam a violência, a desigualdade de gênero e a invisibilidade da mulher. A negação do feminino, materializada através da misoginia, transfobia, preconceito, agressão e medo advém da dominação do homem, que coloca a mulher em um lugar de subalternidade, regado pelo ódio e pela violência representadas pela falta da liberdade de ir e vir, de expor suas opiniões, de ser ouvida, de vestir-se, de ser reconhecida profissionalmente e de se expor. (CUNHA; VALIENSE, 2021, p. 8).

Partindo dessas observações, precisamos considerar que a violência contra as mulheres é uma das expressões da violência de gênero, cuja abrangência afeta negativamente às mulheres, os grupos marginalizados – a exemplo dos sujeitos autoconsiderados LGBTQIA+ - e aos próprios homens, que vivem no ideário da virilidade masculina e da não fragilidade. De acordo com Cunha (2007) existem múltiplas formas de expressão da violência, tanto de gênero (entendida de forma extensiva) quanto contra as mulheres (compreendida de modo específico). Logo,

A violência contra a mulher pode ocorrer de várias maneiras: física, sexual, moral, patrimonial e psicológica. Essas formas de violência não se produzem isoladamente; elas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, com diferentes graus de severidade, dos quais o homicídio é a manifestação mais extrema. (QUEIROZ; CUNHA, 2017, p. 43).

Neste estudo, utilizamos as definições apresentadas acima, de modo a demonstrarmos como o acúmulo do trabalho doméstico com o serviço fora de casa representam uma das expressões da violência contra as mulheres, acarretando em sobrecarga e precarização das condições de trabalho.

Buriti alegou que nunca sofreu preconceito por ser feirante da CEASA, onde segundo ela homens e mulheres são tratados igualmente e que entre os seus colegas de trabalho do gênero masculino era bastante respeitada, chegando a afirmar que os preferiam enquanto parceiros de trabalho do que às mulheres, pois acredita que muitas das rivalidades existentes no mundo do

trabalho se deva em decorrência da “inveja” que muitas têm umas das outras<sup>21</sup>. Segundo suas memórias, a única vez em que se sentiu violentada, a motivação havia sido por questões pessoais, onde uma outra feirante passou a difamá-la, contudo, acredita que a razão era recalque, pois ambas atuavam no mesmo setor e disputavam diretamente a preferência dos clientes. Ainda segundo a participante, a intriga nunca evoluiu para uma agressão física, ficando restritas às agressões verbais e a rivalidade, sendo que a rivalidade era instigada por outras colegas. De acordo com seu relato, a intriga durou cerca de dois anos e só teve fim quando a sua concorrente encerrou suas atividades na CEASA, o que lhe trouxe “paz”.

Para Buriti as diversas “cantadas” que recebia, parte delas vindas dos clientes, mas grande parcela oriundas dos colegas de trabalho, não era uma forma de violência de gênero, pois nunca houve a tentativa de contato físico forçado. Assim sendo, qualificava as cantadas enquanto um reconhecimento de seus atributos físicos e morais, especialmente por ter uma reputação ilibada enquanto esposa, mãe de família e trabalhadora.

Segundo o relato de outra participante, no ambiente de trabalho da CEASA, homens e mulheres são tratados igualmente e as disputas que existem são motivadas por questões pessoais que independiam da identidade de gênero. Contudo, ao longo de sua entrevista, observamos diversas contradições com relação às suas afirmações, pois segundo ela:

Nunca sofri nenhum preconceito por ser uma mulher feirante, mas já percebi tratamento diferenciado entre os homens e as mulheres feirantes, pois os homens são mais respeitados pelos clientes. Inclusive os clientes preferem comprar na mão do meu esposo do que na minha quando estamos trabalhando juntos. Mas, na maioria das vezes o preconceito que existe são os das mulheres, que nos desrespeitam, especialmente por conta dos preços das mercadorias. Entre os meus colegas homens eu sempre fui muito bem tratada e os assédios que notei sempre foram realizados nas rodas de conversas entre eles e diretamente nunca me afetaram, por isso considero que nunca sofri nenhum tipo de violência. (CAJÁ, 2023).

Logo, percebemos que a participante Cajá não considera os assédios sexuais dos colegas de trabalho enquanto uma violência de gênero, pois são praticados entre os homens em grupos de sociabilidade e por não recorrerem do uso da força física. Desse modo, para a feirante, mesmo que reconheça a existência do assédio sexual no ambiente de trabalho, ele não poderia ser qualificado enquanto violência, por se restringir a uma prática cultural masculina e que diretamente não viola sua integridade física. Assim sendo, observamos como na memória

---

<sup>21</sup> Nossa consideração é que essa visão é sustentada a partir de uma memória coletiva da sociedade brasileira, segundo a qual as mulheres seriam mais propensas à inveja, à rivalidade entre elas e ao hábito da fofoca.



coletiva das mulheres feirantes da CEASA, a violência de gênero se traduz enquanto “contato forçado”, fazendo com que muitas não considerem as formas diferenciadas de tratamento dos clientes, as agressões verbais e os diversos assédios sexuais que não praticados pelos homens em companhia de outros homens e que diretamente não faça uso da força física enquanto violência. Uma vez que, na própria mentalidade da sociedade brasileira ainda predomina a noção de que violência seja uso da força física no contato corporal.

De forma semelhante, Mangaba informou nunca ter sofrido discriminação de gênero, porém reconheceu que já foi vítima de agressões verbais e de diversos assédios sexuais, mas segundo ela, “violência, violência mesmo eu nunca sofri”, pois as humilhações e “cantadas” sempre foram levadas na esportiva e “[...] por estar preparada, não sair do controle e ser muito educada eu sempre soube como contornar essas situações”. Cambuci também nos relatou que nunca sofreu nenhuma discriminação por ser uma mulher feirante e que entre os colegas de trabalho e por parte dos clientes nunca percebeu tratamento diferenciado, porém, disse já ter sido vítima de agressões verbais que não evoluíram para agressão física, por isso considerava que nunca tinha sofrido nenhum tipo de violência, o que segundo ela se justificava pela sua personalidade calma. Relatou que além dos maus tratos sofridos pelos clientes, em uma ocasião específica foi bastante desrespeitada por dois colegas de trabalho, do gênero masculino, que a acusaram de estarem os difamando para os seus clientes, o que segundo ela era injustificável, pois nunca precisou recorrer a isso para manter a fidelidade e o respeito entre seus fregueses. Para a participante Cupuaçu, por exemplo, nunca havia percebido nenhum tratamento diferenciado entre os homens e as mulheres feirantes e que particularmente nunca sofreu violência de gênero ou sexual, mas que já tinha sido assediada sexualmente, porém “[...] eu não considero isso uma violência, nem mesmo os maus tratos que sofremos por parte de alguns clientes, nós é que precisamos nos impor e sabermos ignorar para não sofrermos com isso”.

Assim sendo, vemos como para muitas dessas trabalhadoras, persiste a ideia de que violência se resume a formas específicas de agressões que necessariamente deveriam envolver contato físico, o que deixaria de lado uma série de outras formas de agressões, tais como verbais, sexuais e psicológica.

A esse respeito, Umbu afirmou que na CEASA homens e mulheres são tratados igualmente por todos e que particularmente nunca havia sofrido violência e assédio sexual, pois “[...] eu não considero que as cantadas sejam assédio, ainda mais porquê sempre me impus e contornei”, além disso, alegou que muitas mulheres que sofrem com assédio seriam as principais responsáveis por não saber impor o respeito diante dos homens que seriam naturalmente “ousados”.

Com base nesses relatos, depreendemos que para muitas mulheres, por terem sido educadas segundo o modelo de conduta do “ideal de mulher”, o assédio sexual só poderia ser considerado uma violência se praticado a partir do uso da força física ou contato físico não consensual e em casos específicos, onde a mulher, mesmo impondo respeito, fosse recorrentemente vítima de agressões verbais que atentassem contra sua integridade moral. Esse pensamento, muito mais do que a expressão de valores individuais, representam a reprodução de uma violência simbólica a qual estão submetidas grande parcelas das mulheres, especialmente, as trabalhadoras, fazendo com que diversas agressões sejam naturalizadas enquanto um comportamento não abusivo ou de sua inteira responsabilidade (LEAL, 2011).

Ingá alegou que particularmente nunca sofreu discriminação por ser uma mulher feirante e que na CEASA todos são tratados igualmente, tanto homens quanto mulheres, mas que muitos clientes tratavam de forma mais respeitosa os homens do que as mulheres, especialmente quando o assunto se refere aos preços das mercadoras. Em seu relato informou que ao longo de seus diversos anos de atuação profissional na feira livre, somente havia sofrido violência psicológica por parte de uma cliente que a destratou e a fez repensar se gostaria de continuar trabalhando no atendimento ao público, contudo, assédio sexual nunca havia sofrido, especialmente por ser uma mulher idosa. Com relação a este último tópico, mesmo alegando não ter sido vítima de violência de gênero, já tinha sofrido discriminação por ser uma mulher idosa, especificamente de outras colegas de trabalho que recorrentemente tratavam de sua idade avançada como um problema para que ela continuasse trabalhando. Para Bosi (1979), no ambiente de trabalho, além de terem que lidar e construir estratégias para superar as violências de gênero, muitas mulheres idosas estão sujeitas às formas diferenciadas de preconceito, dentre eles o etário<sup>22</sup>.

Entre as participantes que alegaram nunca terem sido vítimas de discriminação de gênero e de assédio sexual, encontramos os relatos de Açai e Maracujá, sendo que ambas informaram haver igualdade de tratamento entre homens e mulheres que atuam na CEASA, contudo, ambas relataram já terem sido vítimas de violência psicológica por parte de clientes, que insatisfeitos com os preços ou com a qualidade dos produtos, atribuíam a responsabilidade aos vendedores.

---

<sup>22</sup> De acordo com Karoline Silva Paolini (2016), mesmo que pouco visível e ainda invisibilizado, o preconceito etário é uma realidade no mercado de trabalho, por diversas razões, dentre elas, em decorrência dos valores culturais trazidos pelo capitalismo, segundo os quais os corpos mais saudáveis e aptos aos serviços são aqueles que resistem às extensas e degradantes condições de trabalho. Sendo, portanto, preferido os jovens ou adultos em suas realizações. Assim sendo, muitos sujeitos lidam de forma silenciosa com os danos causados pelo preconceito etário, especialmente, por desconhecerem ou desconsiderarem que o mesmo é um crime, passível de sanções legais.

Dentre os relatos dessas 11 participantes, nos deparamos com dois grupos que merecem uma atenção devida, o primeiro se refere as memórias pessoais de Grumixama que afirmou nunca ter sido vítima de violência de gênero, mas que particularmente considera as mulheres mais esforçadas que os homens em manter a higiene de seus postos de trabalho e em tratar bem os clientes, contudo, observou que os clientes tratam melhor os feirantes do que as feirantes. A participante informou também que no geral os clientes do gênero masculino são mais ignorantes e mal-educados que as mulheres, mas que por saber se impor e exigir o respeito devido, nunca sofreu violência psicológica. Segundo esta participante, os colegas se tratam igualmente e uns ajudam ou outros nos cuidados das bancas, quando precisam se ausentar rapidamente, apontando para a existência de uma rede de apoio<sup>23</sup> entre os trabalhadores da feira livre da CEASA.

O segundo relato que nos chamou atenção foi o fornecido por Caju, que informou nunca ter sido destratada por ser uma mulher feirante e que acredita haver igualdade no tratamento entre homens e mulheres na CEASA, tanto entre os colegas quanto por parte dos usuários. Informou também que nunca se sentiu assediada e que nunca foi vítima de violência física, mas que sabe de sua existência, especialmente em outros locais da feira, sobretudo no entorno dos bares, onde o consumo das bebidas alcoólicas e a prostituição motivam desavenças. Entretanto, nos relatou que cerca de uma semana antes de conceder a entrevista, havia passado por uma situação muito constrangedora.

Quando eu estava terminando de guardar as coisas e me preparando para ir embora, me deparei com um homem se masturbando próximo de minha banca, aquilo me deixou muito constrangida, ainda mais porquê além de mim, estava passando uma outra mulher acompanhando de uma criança que parecia ter uns 10 anos de idade. O sujeito só parou com o que estava fazendo quando eu comecei a gritar e o repreender em voz alta. (CAJU, 2023).

De acordo com ela o que mais lhe chamou atenção foi o fato do agressor estar praticando um ato sexual em plena luz do dia, em um local público, onde existe grande circulação de pessoas, mas que segundo acredita, a explicação seria porquê ele aparentava estar alcoolizado. Ainda com base na fala de Caju, um dos grandes problemas existentes na CEASA é a falta de

---

<sup>23</sup> Segundo Santos, Maciel e Sato (2014, p. 335), no ambiente do trabalho informal é possível a construção de redes de sociabilidade socioprodutivas, capazes de promover a interação de sujeitos, cujas experiências profissionais são marcadas pela vulnerabilidade social. Desse modo, os autores informaram que “[...] Essa articulação que considera a relação de sociabilidade a uma prática produtiva não pode ser considerada *cluster*, tampouco arranjos produtivos ou grupos de produção; nem funciona como rede exclusivamente de produção e/ou comercialização, já que o vínculo social e de confiabilidade é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento dessa relação produtiva”.

segurança pública, que deveria ser garantida pelo poder público municipal, omissa no fornecimento desse serviço.

Veremos e discutiremos a seguir como a falta de segurança pública é apontada pelas participantes deste estudo como um dos principais problemas, que afetam diretamente nas condições das feirantes e dos feirantes da CEASA, pois exigem deles arcarem com gastos extras na contratação desse serviço, diminuindo ainda mais os seus ganhos e que poderiam contribuir na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores da feira livre.

#### **4.5 Condições de trabalho na CEASA**

No que diz respeito às condições de trabalho na CEASA de Vitória da Conquista, notamos a confluência no tocante à segurança pública e a higiene enquanto os mais graves problemas enfrentados pelos trabalhadores da feira livre, mesmo que de forma marginal outros elementos tenham aparecido. Como discutimos até aqui, a qualidade de vida das mulheres que atuam profissionalmente na CEASA depende de uma série de fatores, tais como às condições adequadas de trabalho, a infraestrutura da feira livre, a jornada diária, os ganhos mensais, os vínculos empregatícios, o acúmulo das funções domiciliares e extra domicílio, o reconhecimento social pela profissão que atua, a segurança física e o bem-estar – físico, psicológico, econômico, social e ambiental. Contudo, demos ênfase nesta parte de nossa investigação a três aspectos específicos, a saber, a segurança, a infraestrutura física e a higiene, a fim de percebermos quais são as principais insatisfações das trabalhadoras com relação à atuação do poder público local, de forma a contribuir criticamente na problemática sobre o compromisso social da prefeitura municipal no fornecimento dos serviços essenciais, que promovam direta e indiretamente a melhoria nas condições de trabalho das feirantes.

Além dos dois principais dilemas identificados, observamos a unanimidade das trabalhadoras em qualificar o “comércio clandestino” enquanto um dos mais graves problemas por elas enfrentados, pois segundo creem, esse comércio que funciona de forma ilegal tem diminuído o fluxo de clientes no interior dos pavilhões, afetando diretamente em seus ganhos e comprometendo assim a melhoria da qualidade de sua vida e colocando em risco a sobrevivência de seus núcleos familiares. Com relação a este comércio paralelo, optamos em analisá-lo separadamente, por entendê-lo enquanto um elemento de insatisfação em comum presente na memória coletiva das 11 feirantes que tivemos acesso, sendo, portanto, um ponto que confere pertencimento a um grupo social específico, ou seja, aos feirantes que se veem enquanto legitimamente autorizados a atuarem profissionalmente na CEASA.

Novamente observamos algumas contradições nos relatos das participantes do estudo, especialmente quando questionadas acerca de suas percepções sobre a atuação da prefeitura municipal e acerca dos serviços essenciais que são de responsabilidade do poder público. Com relação a este aspecto devemos chamar atenção para o fato de que, mesmo que ao realizarmos as abordagens tenhamos deixado explícitos quais eram a natureza da pesquisa, as finalidades, os usos que faríamos dos dados e a garantia do sigilo, é possível que uma parcela das trabalhadoras não tenha se sentido confortável em atribuir a responsabilidade de alguns dos problemas por elas apontados à PMVC, por temer qualquer tipo de represália ou perseguição. Contudo, para a outra parcela os problemas que julgam serem os mais expressivos são frutos das más administrações das últimas gestões locais. Nesta parte do exame dos conteúdos das entrevistas, nos deparamos com relatos politizados, que apontaram para determinadas afinidades partidárias e ideológicas, desse modo, despontaram referências aos partidos, aos líderes políticos e aos projetos por eles defendidos, encabeçados e executados.

Dentre as participantes que avaliam a atual gestão como boa e cumpridora de seus deveres, encontramos os relatos de Maracujá, Açaí e Grumixama. Segundo a primeira, as gestões municipais sempre cuidaram da feira livre, não sendo diferente no caso da atual e especialmente com relação à higiene, ao avaliar que “a limpeza fornecida é adequada, mas muitos dos feirantes e até mesmos os clientes que passam diariamente por aqui, sujam e não mantêm os cuidados que deveriam ter”. Contudo, a participante apontou a limpeza como sendo um dos principais problemas enfrentados, porém, fez questão de frisar repetidas vezes que a culpa era de muitos dos seus colegas que por não terem práticas adequadas de higiene em suas casas, transferem para o ambiente de trabalho os “maus hábitos de limpeza”. Para a segunda participante a CEASA recebe o cuidado devido pela prefeitura, o que a fez avaliar a higiene enquanto adequada, também julgou ser adequada a estrutura física da feira livre e por isso não acreditar serem necessária execução de melhorias. Entretanto, apontou a segurança como um dos reais problemas, mas fez questão de enfatizar que a prefeitura não é omissa neste aspecto, pois promove fiscalização periódica e recentemente implantou a guarda municipal, trazendo mais segurança, porém ainda insuficiente. Por fim, a última das três participantes afirmou que “a prefeitura faz o papel de cuidar da segurança ao longo do dia, mas a noite ela fica sobre nossa responsabilidade, por isso precisamos pagar por esse serviço”, pois como informou, muitos feirantes se sentem seguros ao longo do momento em que estão trabalhando, mas inseguros durante o período em que se encontram ausentes. Segundo ela, a prefeitura melhorou o cuidado com a feira livre, em especial com relação à limpeza, atribuindo essa melhoria a partir do compromisso que foi supostamente firmado pelo gestor anterior com os feirantes, alegando que

“depois de Herzem percebemos a melhoria na higiene e na segurança diurna da CEASA”. Contudo, relatou estar insatisfeita pela demora da atual gestão em combater o “comércio clandestino”, que segundo informou “tem prejudicado nós feirantes que trabalhamos aqui no interior da feira”. Insatisfeitas com o “comércio clandestinos” também estavam Maracujá e Açaí, ao nos informarem ser este o maior problema que os feirantes encontram atualmente na melhoria das condições de vida, por diminuir substancialmente a média de seus ganhos, porém, não atribuíam à gestão municipal a responsabilidade pela falta de fiscalização, que afirmaram existir e não ser suficiente para combater a prática que julgam ser “ilegal”.

Com base nestes três depoimentos depreendemos que, mesmo ao afirmarem estarem satisfeitas com as ações do poder público local no fornecimento dos serviços essenciais, que julgaram serem suficientes e de boa qualidade, muitas delas apontaram a segurança e a higiene enquanto fatores negativos que afetam nas condições de trabalho, inexistindo, contudo, a consciência da responsabilidade da PMVC na persistência dos problemas que são de seu conhecimento.

No outro extremo, encontramos as feirantes que se encontram insatisfeitas com a segurança e a higiene na CEASA e que atribuem a precariedade ou inexistência desses serviços às ações do poder público. É o caso, por exemplo, de Buriti, que informou ser a limpeza um dos principais empecilhos na melhoria das condições de trabalho, pois afeta diretamente não apenas os trabalhadores quanto os clientes que transitam pelo local e que cada vez mais tem deixado de frequentar a feira livre, especialmente o seu interior, optando em comprar seus produtos nas redes de supermercados ou hortifrútis ou nas mãos dos “vendedores clandestinos” que ocupam as laterais ou as imediações da CEASA.

De acordo com esta última participante, “nos últimos anos a prefeitura não tem dado nenhuma assistência aos feirantes aqui da CEASA, além do mais, o pouco que ainda fazem não é suficiente para garantir a segurança e manter a higiene”, sendo que para ela esses são os dois principais problemas que mais diretamente afetam nas condições de trabalho, por trazerem insegurança tanto aos trabalhadores quanto aos usuários, além de desestimular o consumo da população, que cada vez mais opta em não circular nos interiores dos pavilhões e preferirem comprar os mesmos produtos que são comercializados pelos feirantes licenciados nas mãos dos “vendedores clandestinos” que se concentram fora ou nas proximidades da feira livre. Entre as medidas emergenciais que julgam serem necessárias a participante elencou: a instalação de um posto permanente da polícia militar (a fim de garantir mais segurança a todos os trabalhadores e usuários, evitando os assaltos ou agressões físicas), o aumento na qualidade e na periodicidade

da limpeza que é feita diariamente (pois qualificou a limpeza diária como superficial e ineficaz), a garantia da vigilância noturna (a fim de desobrigar os feirantes licenciados a arcarem com os custos extras na contratação da segurança particular) e a retomada da fiscalização (no intuito de coibir a prática de venda dos pontos comerciais; a vacância de alguns pontos que poderiam estarem sendo destinados a outros trabalhadores; ao acúmulo de pontos mediante a prática de compra; e, a extinção do “comércio clandestino” nas imediações da feira livre, um dos fatores que segundo ela, afetam diretamente nos ganhos dos feirantes licenciados e retiram deles ganhos substanciais, especialmente, aos que ocupam pontos no centro dos pavilhões, que nos últimos anos têm assistido a diminuição gradual e substancial dos clientes, os obrigando a desistirem de suas profissões).

Relatos semelhantes foram fornecidos por outras trabalhadoras, a exemplo de Cajá ao alegar que “a prefeitura tem cada vez mais deixado a desejar na limpeza e fiscalização da CEASA”, pois sentia a necessidade de uma higienização mais completa durante os fins de semana e de limpezas mais constantes ao longo do dia, que acredita ser de responsabilidade tanto da prefeitura quanto dos profissionais que atuam na CEASA, que em muitos casos não zelam pelos cuidados em higiene. Além disso, afirmou que a prefeitura é omissa em garantir a segurança dos usuários da feira livre, motivo que acredita ser uma das razões para a diminuição dos clientes ao longo dos últimos anos. Ademais, disse sentir falta na realização das fiscalizações de combate ao “comércio clandestino” em proveito dos “feirantes de dentro” que sofrem com a redução de seus rendimentos. Para Umbu, por exemplo, a administração local não dedica atenção devida à feira livre, em especial à sua conservação e à melhoria das estruturas físicas. Segundo a participante “a higiene é um grande problema, principalmente o descuido com o esgoto à céu aberto, o que é culpa tanto do descaso da prefeitura quanto dos próprios feirantes que jogam lixo durante o horário de trabalho”, por isso, defendeu que “a prefeitura precisa melhorar com a limpeza e voltar a realizar as fiscalizações, pois na época do PT a coisa era mais organizada”. Além do problema da limpeza e da ausência de fiscalização no combate ao “comércio clandestino”, apontou a falta de segurança pública, o que poderia contribuir enquanto estímulo ao consumo no interior da CEASA, garantindo um aumento dos ganhos dos feirantes licenciados.

Esta mesma junção de elementos foi apontada por Caju, que mesmo reconhecendo a assistência da prefeitura no fornecimento da limpeza, a qualificou enquanto “insuficiente” e “superficial”, alegando ainda a falta de responsabilidade do poder público na garantia da segurança. Segundo ela, além desses problemas, os feirantes ainda sofrem com a ausência de fiscalização do “comércio clandestino”, que tem causado imensos transtornos aos credenciados,

problema este que afirmou não lhe afetar diretamente, pois como podemos verificar, trata-se de uma prestadora de serviço que não possui vínculo empregatício, mas que por conviver e partilhar de experiências em comum com outros feirantes identifica a ausência do combate enquanto um dilema a ser enfrentado. Entre as medidas que considerou enquanto essenciais e emergências, apontou a implantação de policiamento, investimentos na revitalização das estruturas físicas e aumento no fornecimento de iluminação nas imediações da CEASA durante a noite, o que segundo ela garantiria mais segurança aos feirantes licenciados que temem o roubo de suas mercadorias e a depredação de seus respectivos locais de trabalho.

Cambuci, Cupuaçu e Ingá afirmaram igualmente que as ações da prefeitura são insuficientes no fornecimento da limpeza, pois segundo as feirantes, a limpeza diária mesmo bem executada pelos agentes de limpeza pública, não é suficiente para garantir uma boa qualidade ao longo do horário de funcionamento da feira livre. Por isso, julgaram que a prefeitura necessita aumentar a periodicidade ao longo do dia e promover higienizações mais completas durante os feriados e fins de semana. Ademais, relataram que a prefeitura precisa implantar a fiscalização ao “comércio clandestino” e garantir segurança, pois os feirantes não deveriam serem encarregados de gastos adicionais com este serviço, que são de inteira responsabilidade do poder público.

Por fim, mas não menos importante, nos deparamos com o depoimento de Mangaba, que afirmou categoricamente que “esta daí [Sheila Lemos] não dá nenhuma atenção à feira e aos feirantes”, o que segundo ela “[...] era diferente na época do PT, quando éramos ouvidos e existia fiscalização”. Além disso, apontou a falta de segurança pública e de punições devidas aos feirantes que cometem assédio sexual, medidas essas que deviam incluir a perda de suas licenças e o pagamento de multas. Segundo avaliou, atualmente, as condições de higiene na CEASA é péssima, além disso, declarou estar muito insatisfeita com o aumento do “comércio clandestino” e em decorrência disso ter “[...] medo de se tornar uma baderna sem controle”.

Segundo Silva (2020) e Vedana (2004), pesquisadoras que se dedicam aos estudos das dinâmicas das feiras livres e da qualidade de vida dos profissionais que atuam neste setor, a insegurança e a falta de higiene são recorrentemente apontadas pelos feirantes enquanto as causas que promovem a precarização de seus trabalhos e que diretamente afetam no adoecimento, não apenas em decorrência das patologias cujos agentes infecciosos sejam de natureza biológica quanto ao próprio adoecimento psicológico.

No quadro geral, as participantes apontaram a falta de higiene e de segurança enquanto alguns dos principais incômodos existentes na rotina de trabalho da CEASA, todavia, observamos não haver consenso com relação aos responsáveis diretos pela persistência desses



problemas, sendo atribuído ao poder público, aos trabalhadores e aos usuários a culpa pelo descaso na conservação, manutenção e melhoria da limpeza e às gestões administrativas a omissão no fornecimento de um dos serviços que julgaram ser essencial na garantia da integridade física e patrimonial dos feirantes. Contudo, observamos a insatisfação com outros pontos, como a iluminação e a melhoria da infraestrutura física. Entretanto, o elemento em comum que confere pertencimento ao grupo social de feirante, presente na distinção entre “nós feirantes” e aos “vendedores ilegais”, é o reconhecimento da ausência de fiscalização no combate ao “comércio clandestino”.

#### **4.5.1 O “comércio clandestino”, a precarização do trabalho e a diminuição na qualidade de vida das feirantes**

Como observamos ao longo desta seção, dentre os fatores que mais causam insatisfação entre as participantes deste estudo, encontra-se a realização do comércio paralelo nas imediações da CEASA, praticado por trabalhadores não credenciados pela Sesep. De acordo com as feirantes entrevistadas, ao longo dos últimos anos tem crescido o número de trabalhadores não licenciados que praticam a comercialização de produtos agrícolas, oriundos tanto da agricultura familiar quanto da aquisição nas centrais de distribuição. Constatamos que se tratam trabalhadores de dois perfis específicos, alguns se deslocam da zona rural para o centro urbano a fim de comercializarem o excedente de suas produções, animais que são por eles criados ou frutas que são coletadas e que dependem da sazonalidade de suas espécies. Além desses vendedores esporádicos, encontram-se os comerciantes que ocupam de forma permanente as calçadas ou as imediações da feira livre e que comercializam produtos, sobretudo, adquiridos na CEAVIC ou nos distribuidores, seja eles produtores ou atravessadores, que diariamente os negociam na CEASA.

É a partir da lógica do lícito *versus* ilícito, licenciado *versus* clandestino e feirante *versus* os outros, que as participantes deste estudo justificam suas insatisfações com relação ao comércio paralelo que é praticado na CEASA, alegando que o mesmo tem trazido imensos prejuízos financeiros aos trabalhadores que pagam mensalmente ou anualmente para atuarem na feira livre, em especial, aos que estão localizados no interior dos pavilhões, pois como defendem, muitos clientes acabam optando em comprar seus produtos nas mãos desses vendedores, tanto pela comodidade em não precisarem adentrar e circular entre os corredores quanto pelo suposto fato de que muitos dos “vendedores clandestinos” se sujeitam a diminuição

dos preços de suas mercadorias, recebendo por elas margens pequenas de lucros, por temerem perder as vendas e por não precisarem arcar com gastos como tributos e segurança privada.

Cabe aqui ressaltar que as impressões acerca das condições de vida e de trabalho desses “comerciantes clandestinos” foram elaboradas a partir da análise crítica dos relatos das feirantes selecionadas para este estudo, portanto, elas são parciais no que diz respeito às origens dos produtos comercializados, à relação que esses vendedores têm com os clientes e às razões que supostamente os tornariam mais atrativos em detrimento dos “feirantes de dentro”. Logo, devemos tratar como legítima a insatisfação que as feirantes têm sobre a existência desse comércio paralelo, especialmente por ser o único ponto em comum entre os relatos das 11 entrevistas que realizamos. Contudo, precisamos colocar em suspeita a ideia de que o “comércio clandestino” seja o fator primordial que tem promovido a precarização do trabalho dos feirantes da CEASA e a diminuição na qualidade de vida desses profissionais, por promover a retração dos ganhos médios mensais. Uma vez que, como discutimos ao longo deste estudo, além do comércio paralelo, em diversos dos relatos colhidos notamos o reconhecimento da falta de higiene e de segurança pública como elementos que desestimulariam o comércio nas feiras livres. Atrelados a esses fatores, encontram-se também a expansão das redes de grandes varejistas, especialmente, de supermercados e hipermercados que comercializam os principais gêneros alimentícios que compõem a dieta básica dos brasileiros e o aumento no número de hortifrúteis e quitandas, espalhados pelos diversos bairros da cidade. Ademais, observamos também o processo de descentralização da feira livre, a partir da criação e manutenção de mercados populares em bairros de grande concentração populacional.

Portanto, mesmo que o comércio paralelo nas imediações da CEASA tenha contribuído para a diminuição dos ganhos dos trabalhadores licenciados, em especial das feirantes que tivemos acesso, este não se justifica enquanto única motivação, sendo a explicação mais adequada a soma de diversos fatores que combinados às mudanças no comportamento de compra e nos hábitos alimentares da população, promovem a desestimulação no consumo dos produtos que são ofertados nas feiras livres e a precarização da profissão de feirante, mesmo que para muitos, especialmente aos comerciantes não licenciados, essa seja a carreira mais promissora na garantia da sobrevivência e manutenção de suas famílias.

Assim sendo, percebemos como o maior responsável por promover a rivalidade entre os feirantes licenciados e os “trabalhadores clandestinos” é o poder público local, uma vez que, por ser omissor no processo de fiscalização, não garante aos praticantes do comércio paralelo ocuparem um ponto comercial no interior de CEASA, pois como verificamos, existem diversos pontos que se encontram vacantes. Além dos pontos que se encontram concentrados nas mãos

de um(a) mesmo(a) feirante, que o adquire de forma ilegal a partir da compra do espaço e manutenção dos encargos tributários em nome de seus antigos proprietários, mesmo que sejam os atuais usuários os responsáveis pelos pagamentos dos tributos e beneficiários dos lucros decorrentes dessas transações, que como sabemos, configura-se enquanto uma prática ilegal, passível da perda das licenças dos envolvidos como forma de punição. Contudo, não estamos com essa constatação invalidando as queixas das feirantes licenciadas, as quais julgamos legítimas, porém, precisamos analisar de forma crítica o processo que coloca em oposição a classe trabalhadora, que unida tem maiores chances em reivindicar do poder público ações capazes de promoverem a melhoria das condições de trabalho, a revitalização da feira livre da CEASA e o fornecimento dos serviços essenciais que a PMVC é omissa em garantir.

## 5 CONCLUSÃO

Ao fim deste estudo, observamos como a memória coletiva das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista sobre as relações de gênero na feira livre é conformada a partir de experiências em comum, que as permitem identificar determinadas violências e ao mesmo tempo naturalizarem muitas delas a partir de seus quadros sociais de referência. Assim sendo, concluímos que para muitas das participantes de nosso estudo, mesmo reconhecendo existir na CEASA diferenças nas formas de tratamento, a grande parcela defende a ideia de que “homens e mulheres são tratados igualmente”, sem que exista uma desigualdade latente, em prejuízo das feirantes.

Com base nos estudiosos da memória, em especial, Halbwachs (2017), propositores da teoria da memória coletiva, observamos que a memória é um elemento importante na construção do pertencimento à um grupo de sociabilidade. Além disso, de acordo com o autor, para que um grupo se mantenha virtualmente ativo e suas recordações encontrem espaços para serem reconstruídas é indispensável a existência do afeto, pois, é com base nele que nos ligamos ao coletivo e assim passamos a integrar uma rede de apoio, proteção e sociabilidade. Logo, a memória coletiva é um fenômeno social, cuja função primordial é situar os sujeitos no mundo, dotando-os do sentimento de pertencimento.

Ademais, segundo Bosi (1979), além de fenômeno social, a memória é um trabalho, pois exige um exercício mental de localização de uma recordação no tempo e no espaço ao mesmo tempo que confere aos estamentos sociais, em especial, aos trabalhadores, a possibilidade de se identificarem com as experiências alheias, gerando, assim, os elementos necessários para a construção de redes de sociabilidade socioprofissional. Ainda de acordo com a pesquisadora, no que se refere aos idosos, a memória do trabalho se torna um aspecto constituinte de suas vidas, sobretudo, aos mais pobres, sendo que em muitos casos seus ingressos no mundo do trabalho se iniciaram ainda durante a infância, mesmo que para muitos, as atividades por eles praticadas não sejam vistas enquanto um trabalho produtivo, em especial, às mulheres, ligadas às práticas de cuidado.

Tendo por base os relatos de cada uma delas, elaborados a partir da memória individual e das experiências que vivenciaram em seus anos de atuação profissional, identificamos como as múltiplas formas de abuso sexual e de discriminação social por parte dos usuários da feira livre, atuam na precarização das condições de trabalho dessas participantes, que dentre os

principais problemas existentes na CEASA, apontaram a omissão do poder público na garantia da segurança pública.

Portanto, mesmo que para a maioria das participantes a feira livre seja um lugar de igualdade entre os gêneros, constatamos como existem ali formas veladas de discriminação e opressão.

Ao examinarmos o perfil socioeconômico das 11 participantes, percebemos o protagonismo dessas trabalhadoras na manutenção de seus núcleos familiares, onde grande parte de seus ganhos são revestidos no custeio do sustento de seus filhos(as) e/ou dependentes, além dos gastos com cuidado e estudo. Ademais, muitas das participantes relataram serem elas as principais mantenedoras de seus domicílios, dado que é corroborado pelo cruzamento das rendas médias individuais mensais com as rendas médias familiares mensais. Com base nisso, confirmamos nosso pressuposto de que o trabalho na feira livre garante para muitas das feirantes contribuírem com a sobrevivência de seus núcleos familiares e alcançar a emancipação financeira, responsável por promovê-las enquanto sujeitas capaz de enfrentar as desigualdades de gênero que imperam no contexto social brasileiro.

Mesmo constatando o protagonismo feminino em matéria financeira, o que subverte a lógica de que as mulheres são “o sexo frágil” e, portanto, dependeriam da proteção masculina, muitas das participantes alegaram não receberem o reconhecimento social pela profissão que exercem, sendo constantemente submetidas às vexações, aos maus tratos e ao acúmulo das funções domiciliares. No que se refere ao acúmulo do serviço doméstico com o trabalho extra domicílio, observamos a persistência da responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos(as) e/ou dependentes. Nos casos em que as participantes afirmaram não serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, as atribuições por esses serviços recaíam em outras mulheres ou as filhas mais novas, confirmando a lógica desigual de que “serviço de casa é papel da mulher”. Ainda com relação a este aspecto, não identificamos nenhuma crítica a modelo de domesticidade do gênero feminino, indício de uma memória coletiva que naturaliza a divisão social do trabalho e qualifica o serviço doméstico enquanto atividade não produtiva.

Em se tratando das condições de trabalho no espaço da feira livre, observamos três fatores que representam enorme insatisfação entre as trabalhadoras: a falta de higiene, a ausência de segurança pública e a inexistência de fiscalização ao comércio paralelo. Segundo as entrevistadas, mesmo que o serviço de limpeza seja fornecido pela administração pública, sua qualidade é precária e insuficiente, contudo, não são unânimes em atribuir a responsabilidade aos órgãos competentes. Entre os culpados pela falta de higiene na CEASA,

aparecem o poder público, os feirantes e os usuários. Entre as medidas que urgem serem implantadas estaria o aumento da periodicidade da limpeza diária.

A segurança pública também foi apontada por grande parte das participantes como um fato de descontentamento, porém, mais uma vez, não houve unanimidade na responsabilização do poder público por essa omissão. Descobrimos, além disso, que a falta de segurança gera descontentamento e a solução encontrada pelos trabalhadores, foi arcarem com gastos adicionais na contratação de profissionais encarregados pela vigilância noturna, fator esse que interfere diretamente nos ganhos médios das trabalhadoras aqui ouvidas.

Unanime, contudo, foi a insatisfação com o comércio paralelo de trabalhadores não licenciados, sendo considerado por todas enquanto “comércio clandestino e ilegal”. Nossa conclusão é de que o poder público local é o principal responsável por esse problema, por não promover fiscalizações dos pontos comerciais vacantes e concentrados nas mãos de alguns poucos feirantes que os adquirem de forma ilegal. A partir dessa medida, a parcela excluída da formalidade pela posse de um ponto, poderia ser absorvida e extinguir a oposição entre “nós feirantes” e “os outros”. Como apontamos, julgamos legítimo o incômodo que o comércio paralelo representa para as feirantes, pois como muitas apontaram, a prática tem gerado enormes prejuízos aos licenciados que ocupam o interior dos pavilhões e que pagam com seus tributos. Dentre os elementos em comum presentes nas narrativas das feirantes, observamos como a insatisfação com os vendedores não licenciados confere pertencimento de grupo as trabalhadoras, permitindo a construção de uma memória coletiva.

Desse modo, concluímos nosso estudo afirmando que no ambiente de trabalho da CEASA, mesmo que existam desigualdades e violências de gênero, presentes nos diversos relatos individuais, persiste a invisibilização desses abusos enquanto uma “violência”, pois muitos dos atos criminosos são vistos enquanto naturais, por inexistir contatos físicos forçados entre as experiências relatadas, contatos esses que segundo elas, são desencorajados pela existência de uma rede de proteção partilhada entre os feirantes que atuam na referida feira livre.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. Feira a Feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG. **REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico**. n.1, v. 8, 2017. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2862>. Acesso 09 de set. 2022.
- ALEXANDRE, Michel. Introdução. In.: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: EdCentauro, [1950] 2017.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do Trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p. 271-289, 2013.
- BALESTRO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. Violência de gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, v. 19, n. 66, p. 44-49, 2015. Disponível em: <https://corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acessado em 15 de jan. de 2023.
- BARBOSA, Francielson da Silva *et al.* Plantas medicinais comercializadas em feiras livres do Estado do Piauí, nordeste do Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v. 40, n. 22, 2019. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a19v40n22/a19v40n22p01.pdf>. Acesso 09 de set. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.
- BENEDICTIS, Nerêida Maria de Santos Maфра de; RADL-PHILIPP, Rita Maria. A memória e a geografia social como recursos teóricos para a (re)construção da memória feminina. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, n. 1, Ano XXVIII, v. 18, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/6193>. Acesso 09 de set 2022.
- BOMFIM, Lilian Amaral; GOMES, Almiralva Ferraz. Gestão na feira do interior: estudo na feirinha do bairro brasil, Vitória Da Conquista-BA. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, n. 1, v. 8, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15628>. Acesso 09 de set. 2022.
- BORGES, Carla Luzia Carneiro. Narrativas de vendedores em Feira de Santana: entre memória e o esquecimento das feiras-livres. **Anais do EBECULT – II Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, Feira de Santana, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/4078265/NARRATIVAS\\_DE\\_VENDEDORES\\_EM\\_FEIRA\\_DE\\_SANTANA\\_ENTRE\\_A\\_MEMORIA\\_E\\_O\\_ESQUECIMENTO\\_DAS\\_FEIRAS\\_LIVRES](https://www.academia.edu/4078265/NARRATIVAS_DE_VENDEDORES_EM_FEIRA_DE_SANTANA_ENTRE_A_MEMORIA_E_O_ESQUECIMENTO_DAS_FEIRAS_LIVRES). Acesso 09 de set. 2022.
- BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia - USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>. Acesso 09 de set. 2022.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Biblioteca de letras e ciências humanas, 1979.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo. Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMPOS, Monica Rodrigues *et al.* **Carga de enfermedad de la COVID-19 y de sus complicaciones agudas y crónicas: reflexiones sobre la medición (DALY) y perspectivas en el Sistema Único de Salud de Brasil**. ENSAIO • Cad. Saúde Pública 36 (11) 30 Out 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00148920> Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n11/e00148920/pt/#:~:text=A%20COVID%2D19%20%C3%A9%20uma,intensivos%20e%20milhares%20de%20%C3%B3bitos>.

CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos. Mulheres feirantes: cotidiano, trabalho, protagonismo e articulações femininas na feira livre em Caetité – BA (1991 a 2019). **Anais da ANPUH – Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/ RJ**, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628530109\\_ARQUIVO\\_d4782be2ecf7caada45e2154a8075634.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628530109_ARQUIVO_d4782be2ecf7caada45e2154a8075634.pdf). Acesso 09 de set. 2022.

CHAUI, M. S. **A filosofia política clássica e moderna**. Curso de curta duração ministrado/Extensão. São Paulo: USP, 1979.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Impressões, 2015.

CORREA, Eduardo Henrique Lopes Lima. **O lembrar e o esquecer**: memórias e histórias. Monografia (Graduação em Licenciatura/Bacharelado em História) – Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas/UnB. Brasília: UnB, 2017. Disponível: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17606/1/2017\\_EduardoHenriqueLopesLimaCorrea.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17606/1/2017_EduardoHenriqueLopesLimaCorrea.pdf). Acesso 09 de set. 2022.

CUNHA, Tânia Rocha; VALIENICE, Jacqueline Meireles. A influência do machismo na violência de gênero. **Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional de Movimentos Sociais e Educação**, p. 1-16, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/viewFile/9982/9792>. Acessado em 15 de fev. de 2023.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**: criticas feministas al marxismo. Madri: mapas, 2018.

GOOGLE. Vitória da Conquista. **Google Earth website**. <https://earth.google.com/web/@-14.85518622,-40.8425036,892.96135257a,865.09916787d,35y,0h,0t,0r>. Localização Geoespacial do CEASA Edmundo Flores, Vitória da Conquista/BA. Acesso 12 de out. 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: EdCentauro, [1950] 2017.



HALBWACHS, Maurice. ([1925] 1994), *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Ed. Albin Michel, 1994.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Demonstrativo de empregabilidade e renda do município de Vitória da Conquista/BA, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso 09 de set. 2022.

LACERDA, Fernanda Ramos; MENDES, Geisa Flores. A feira como lugar de memória: imagem, patrimônio e tradição na produção do espaço geográfico. **PARAONDE!?**, Porto Alegre, n. 1, v. 12, p. 141-154, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/94099>. Acesso 09 de set. 2022.

LACERDA, Fernanda Ramos. **Da feira “tanto eu trais como eu levo” lugar de saberes e fazeres em Vitória da Conquista – BA**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia/UESB. Vitória da Conquista, 2020.

LEAL, Caroline Maria. Divisão Sexual e social do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero. **Anais do V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, p. 1-9, 2011.

LOBATO, Vivian da Silva. Educação, memória e história: possíveis enlaços. **Revista Margens**, Periódicos UFPA, Abaetetuba, v. 18, n. 10, 2014.

LUCENA, Thaís Cavalcanti *et al.* Diagnóstico socioeconômico dos feirantes de Vicência-PE. **Anais do III Congresso Internacional das Ciências Agrárias, COINTER – PDVAGRO**, Recife, 2018. Disponível em: <https://cointer-pdvagro.com.br/wp-content/uploads/2019/02/DIAGN%C3%93STICO-SOCIOECON%C3%94MICO-DOS-FEIRANTES-DE-VIC%C3%80NCIA-PE.pdf>. Acesso 09 de set. 2022.

LUCENA, Thiago Isaias Nobrega de; GERMANO, José Wellington. **Feiras Livres: cidades de um só dia, aprendizados para a vida inteira**. Natal: EDUFRN, 2016.

MALTA, Renata Barreto *et al.* Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Revista Sociedade e Estado** – v. 36, n.3, p. 843-866, 2021.

MARTINS-MONTEVERDE, Camila Maria Severi; PADOVAN, Thalita; JURUENA, Mario Francisco. Transtornos relacionados a traumas e a estressores. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 50, n. 1, p. 37-50, 2017.

MEDEIROS, Priscilla Brandão. Divisão sócio sexual do trabalho: naturalizações sociais como estratégia de minimização do Estado. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 40, p. 215-232, 2020.

MOTA, Alberto de Andrade Reis. **Plantas medicinais na indústria farmacêutica: a história do AAS e outros medicamentos importantes**. Gama: UNICEPLAC, 2022.

OLIVEIRA, Glenda Felix. **O trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista-BA**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Memória:

Linguagem e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade/UESB. Vitória da Conquista, 2017.

OLIVEIRA, Glenda Felix; SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. Imbricações entre o trabalho feminino e o trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista – BA. **Anais do IV ENCONTRO NACIONAL e X FÓRUM DO ESTADO, CAPITAL E TRABALHO**, São Cristóvão, 2017. Disponível em: <https://engpect.files.wordpress.com/2017/10/gt3-04-imbricac3a7c3b5es-entre-o-trabalho-feminino-e-o-trabalho-infantil-por-meio-das-memc3b3rias-das-feirantes-da-ceasa-de-vitc3b3ria-da-conquista-ba.pdf>. Acesso 09 de set. 2022.

OLIVEIRA, Glenda Felix; Dos Santos, João Diógenes Ferreira. O trabalho infantil por meio das memórias das feirantes da CEASA de Vitória da Conquista – BA. **Anais do XII COLÓQUIO NACIONAL E V COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO**, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <https://www.observatorioqvt.uneb.br/index.php/2017/09/21/xii-coloquio-nacional-e-v-coloquio-internacional-do-museu-pedagogico/>. Acesso em 09 de set. 2022.

OLIVEIRA, Giovana Pessoa de. **Flexibilizando o trabalho: desigualdade de gênero, saúde e precarização das atividades das pessoas trabalhadoras na feira-livre de Picos/PI**. 2011. 76 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFPE. Recife, 2011.

PAOLINI, Karoline Silva. Desafios da inclusão do idoso no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 14, n. 2, p. 177-82, 2016.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio. **Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na feira dos Goianos-Gama/DF**. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária/UnB. Brasília: 2010.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: EdFundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRATA, Sharlene Souza. **Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: um estudo da informalidade na feira das trocas em Aracaju**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/UFSE. São Cristóvão, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **Prefeitura faz limpeza e conscientização em feiras da cidade**. Vitória da Conquista, 12/03/2020. Disponível em <https://www.pmvc.ba.gov.br/prefeitura-faz-limpeza-e-conscientizacao-em-feiras-da-cidade>. Acesso em: 07 jun. 2020

QUEIROZ, Ataíde de Queiroz; CUNHA, Tânia Rocha. A influência da memória na manutenção da violência contra a mulher na relação conjugal. **Interfaces Científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 6, n. 2, p. 41-50, 2017.

ROCHA, Camila Carduz. Divisão sexual do trabalho e força de trabalho da mulher no capitalismo. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**, p. 1-16, 2018.

RODRIGUES, Fernando Cruz de Oliveira. **A feira livre como lugar de encontro: a feira do bairro Jardim da Saúde na metrópole paulista**. 2018. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Flávia Santana; VIEIRA, Natã. A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000. **Observatório do Trabalho da Bahia**, Salvador, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth; Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SANTOS, Caroline Vitória de Barros. **Saberes, fazeres e aprendizagens na feira livre de SANTO AMARO – BA**. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2021.

SANTOS, Adma Viana; ROCHA, Érica Aparecida Vaz. A ordenação do trabalho informal: conflitos no/pelo território. **GEOGRAFIA**, Rio Clarov, 44, , n. 2, 2019.

SANTOS, João Bosco Feitosa dos; MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira; SATO, Leny. Trabalhadores informações e a formação de redes socioprodutivas (RSP): considerações teórico-empíricas. **Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 325-350, 2014.

SANTOS, Maria Oliveira. Titularidade da memória: breve notações acerca das contribuições de Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur. **Caderno de ciências sociais aplicadas**, ano XVIII, v. 18, n. 32, p. 09-20, 2021.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. Ed: Livraria Francisco Alves, 1979.  
SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Revista Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 95-102, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 2, n. 34, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa; MAHFOUD, Sandoval. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. **Psicologia/USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.

SCHUELER, Paulo. **O que é uma pandemia**. Rio de Janeiro: 2021.

SILVA, Edmilson Menezes da. **O desenvolvimento econômico e social da feira livre de Umbaúba, 1989 a 2009**. 2020. 22 f. Trabalho de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Tiradentes. Sergipe, 2009.

SILVA, Parley Lopes Bernini da. **Trabalho e inclusão social: estudo sobre as representações sociais de mulheres feirantes de Barbacena – MG**. Dissertação (Mestrado em Extensão rural) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2021.

SILVA, Vivian da Veiga: **As contribuições de Heleieth Saffioti para os estudos de gênero na contemporaneidade**. Revista Feminismos, Vol.7, N.1, Jan.p.19, 2019. Disponível em: Portal de Periódicos da UFBA [https://periodicos.ufba.br > article > viewFilePDF](https://periodicos.ufba.br/article/viewFilePDF)

SILVEIRA, Vítor Cardoso. Avaliação da Importância das Feiras Livres e a Forma de Comercialização Adotada Pelos Feirantes na Cidade de Nova Andradina/MS. In: **Anais do I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação**, Naviraí: 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN>. Acesso 09 de set. 2022.

SOARES, Antonio Mateus. Relações de gênero na feira livre de Delmiro Gouveia-AL. **Anais da 66ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o progresso da ciência)**, 2014. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/66ra/resumos/resumos/6939.htm>. Acesso em 07 de jun. 2020.

SOUZA, Carolina Rezende de: As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. **TrabalhoNecessario**, Niterói, Ano 13, n. 22, p. 126-143, 2015.

SOUZA, Dalyson Henriques Barros de et al. Feira Livre Cultura Popular: espaço de resistência ou de subalternidade?. **Caderno do CEAS - Revista crítica de humanidade**, Salvador, v. 46, n. 253, p. 388-404, 2021.

SOUZA. Luana Passos de; GUEDES Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

STRECK, Carla Fabiana; FRISON, Thirzá Baptista. Lembranças de velhos: o mundo do trabalho na infância. **Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 1, 1999.

TASSARA, Eda. In memoriam Sobre Ecléa Bosi: consciência, memória, recordação. **Memorandum: memória e história em psicologia**, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, v. 33, 2017.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a Feira”**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre. 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. Porto Alegre, 2004.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante: a construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. **Horizonte antropológico**, v. 19, n. 39, 2013.

WEBER, Max. **A ascensão e o Espírito do Capitalismo. A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 10 ed. Trad. Irene Szmrecsányi; Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.

WEBER, Regina; PEREIRA, Elenita Malta. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 3, n.1, p. 104-126, 2010.

## ANEXO 1 - Ofício enviado à Sesep da PMVC

### OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO

Ao

Senhor Secretário de Serviços Públicos - Senhor Kairan Rocha Figueiredo de Vitória da Conquista - BA

Me chamo Priscilla Rosa Azevedo, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/BA 28412, portadora do RG 0972661328, inscrita no CPF 840.894.585-87, residente e domiciliada na cidade de Vitória da Conquista. Sou estudante da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e estou fazendo uma Dissertação de mestrado que possui o seguinte tema: **Memórias das mulheres feirantes sobre as relações de gênero no mundo do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) De Vitória da Conquista/Ba.**

Tendo em vista o tema acima citado, gostaria que você senhoria respondesse alguns questionamentos em relação ao trabalho desenvolvido na CEASA EDMUNDO FLORES.

### QUESTIONAMENTOS:

- 1) Quantos licenciados (as) existem na CEASA?
- 2) Existem dados de quantos desses licenciados são mulheres?
- 3) Qual o valor que cada licenciado (a) paga por metro quadrado utilizado? Existe uma tabela? Caso positivo o senhor poderia fornecer no intuito de enriquecer o trabalho realizado?
- 4) Existe algum tipo de segurança diurna e/ ou noturna que seja de responsabilidade do Governo Municipal?
- 5) Existe serviço de limpeza na CEASA? Em caso positivo, qual a frequência?
- 6) Existe serviço de coleta de lixo, bem como dos alimentos que são descartados, tais como legumes, verduras, hortaliças e demais alimentos?
- 7) O serviço de iluminação existente na CEASA, quem realiza o pagamento? O (a) licenciado (a) ou a Prefeitura?
- 8) Quando existe algum tipo de violência, principalmente, no que se refere as mulheres feirantes, elas são registradas e catalogadas nesta secretaria?

RECEBIDO  
11 de maio de 2022 16:00  
Priscilla  
Ass. Tech. Jurídico 31.12.22

- 9) Existe algum projeto de reforma da CEASA?
- 10) Existe fiscalização em relação aos licenciados? Em caso positivo, como essas fiscalizações são realizadas? Qual a periodicidade?
- 11) Tendo em vista a natureza jurídica precária dos licenciados (as) existe a necessidade de renovação?

Certos de que a solicitação será atendida, ficamos no aguardo de uma breve resposta.

Vitória da Conquista, 11 de outubro de 2022.

  
Priscilla Rosa Azevedo

E-mail: [priscillarosazevedo@gmail.com](mailto:priscillarosazevedo@gmail.com)

Telefone (77) 99987-9036

**ANEXO 2 - Resposta da Seseq da PMVC do ofício**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
www.pmvc.ba.gov.br  
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
Coordenação de Serviços Básicos e Iluminação Pública

Vitória da Conquista 10 de novembro de 2022.

**Respostas aos quesitos do ofício**

1- 917

2- 447

3- Açougues R\$ 71,19, valor mensal por Box, Galpão R\$13,86, valor mensal por ponto. Rampa R\$10,97 valor anual por ponto.

4- Não

5- Sim. Diária.

6- O lixo e os alimentos descartados são recolhidos pela empresa Torre Empreendimentos.

7- A iluminação geral de uso coletivo é pago pela prefeitura, mas alguns permissionários tem iluminação individual em seus pontos, que cada qual é responsável pelo pagamento.

8- Não

Atenciosamente:


  
Vanderleia Dias Costa  
Matricula: 07.01095-4

---

Praça Cutão Ferraz, s/n – Prédio da Ceasa - Centro  
Vitória da Conquista – BA  
Fone/Fax: (77) 3420-7005 / 3420-7004



### ANEXO 3 - Lista de documentos essenciais no processo de concessão de licenças para atuarem profissionalmente na CEASA de Vitória da Conquista

 <p>PREFEITURA <b>VITÓRIA DA CONQUISTA</b> MAIS PERTO DE VOCE</p>	<p><b>ANEXO II</b> <b>LISTA DE DOCUMENTOS ADMISSIONAIS</b></p>
<p><b>DOCUMENTAÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ficha de cadastro admissional digitada<sup>1</sup> (01 VIA);</li> <li>• Foto 3 x 4 (uma foto recente e datada);</li> <li>• Cédula de Identidade – RG<sup>2</sup> (original e cópia legível – frente e verso);</li> <li>• CPF (original e cópia legível). <b>Obs.:</b> caso no RG conste o número do CPF, o cartão do CPF fica dispensado;</li> <li>• Extrato do PIS emitido pelo Banco Caixa Econômica ou PASEP pelo Banco do Brasil (original). <b>NÃO</b> será aceito comprovante do NIS/NIT;</li> <li>• Comprovante de residência atual, emitida nos últimos três meses (original e cópia legível);</li> <li>• Comprovante de titularidade de CONTA SALÁRIO (cópia do cartão, extrato ou documento emitido pelo banco Itaú);</li> <li>• Certidão de casamento e averbada, quando for o caso (original e cópia legível).</li> <li>• Título Eleitoral (original e cópia legível – frente e verso);</li> <li>• Comprovante de nível de escolaridade e demais requisitos para exercício do cargo (quando exigido). <b>Obs.:</b> diploma ou certificado de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar, devidamente reconhecido pelo MEC (original e cópia legível - frente e verso);</li> <li>• Comprovante de registro no Conselho de Classe (quando legalmente exigido), junto com a certidão atualizada de regularidade expedida pelo respectivo conselho profissional (original e cópia legível);</li> <li>• Comprovante de regularidade militar, para o sexo masculino (original e cópia legível) <b>Obs.:</b> certificado de alistamento militar, carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação;</li> <li>• Carteira Nacional de Habilitação quando exigido para o cargo (original e cópia legível);</li> <li>• Declaração do Imposto de Renda, apenas para quem declarou no último exercício (cópia legível);</li> <li>• Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com base na relação de exames admissionais, emitido de acordo com o PCMSO.</li> </ul> <p><b>CERTIDÕES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comprovante de Situação Cadastral no CPF. Disponível em: <a href="https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp">https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp</a></li> <li>• Certidão de quitação eleitoral, atualizada. Disponível em: <a href="http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral">http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral</a> ou expedida pelo Cartório Eleitoral. <b>NÃO</b> será aceito comprovante de votação.</li> <li>• Certidão negativa de antecedentes criminais Estadual. Disponível em: <a href="http://www.ba.gov.br/antecedentes/solicitar_atestado.asp?erro=true">http://www.ba.gov.br/antecedentes/solicitar_atestado.asp?erro=true</a></li> </ul> <p><b>DECLARAÇÕES<sup>3</sup>:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Declaração de aptidão legal e não acumulação de cargo, emprego ou função pública (DUAS VIAS ORIGINAIS PREENCHIDAS DE PRÓPRIO PUNHO);</li> <li>• Declaração de bens e valores (DUAS VIAS ORIGINAIS PREENCHIDAS DE PRÓPRIO PUNHO).</li> </ul> <p>DOCUMENTAÇÃO BÁSICA DOS DEPENDENTES (PG. 2/2)</p>	



## DOCUMENTAÇÃO BÁSICA DOS DEPENDENTES:

- Quando tiver filho **menor de 14 anos**:
  - RG ou Certidão de nascimento (original e cópia legível - frente e verso);
  - CPF (original e cópia legível - frente e verso);
  - Comprovante de Situação Cadastral no CPF (disponível no site da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);
  - Cademeta de vacinação (página com a identificação no nome da criança e página com o quadro de vacinas: original e cópia legível);
  - Frequência escolar (original).
- Quando tiver filho **adotivo ou menor sob guarda**
  - RG ou Certidão de nascimento (original e cópia legível - frente e verso);
  - CPF (original e cópia legível - frente e verso);
  - Comprovante de Situação Cadastral do CPF (disponível no site da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);
  - Prova de adoção ou autorização judicial
  - Cademeta de vacinação (página com a identificação no nome da criança e página com o quadro de vacinas: original e cópia legível);
  - Frequência escolar (original).
- Quando tiver filho **incapaz de qualquer idade**:
  - Certidão de nascimento ou RG (original e cópia legível - frente e verso);
  - CPF (original e cópia legível - frente e verso);
  - Comprovante de Situação Cadastral do CPF (disponível no site da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);
  - Laudo médico oficial (original e cópia legível - frente e verso);
  - Termo de curatela judicial (original e cópia legível - frente e verso).
- Quando tiver filho de **14 e 21 anos** (dependentes no Imposto de Renda):
  - RG (original e cópia legível - frente e verso);
  - CPF (original e cópia legível - frente e verso);
  - Comprovante de Situação Cadastral do CPF (disponível no site da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>).
- Quando tiver filho de **21 e 24 anos** (dependentes no Imposto de Renda):
  - RG (original e cópia legível - frente e verso);
  - CPF (original e cópia legível - frente e verso);
  - Comprovante de Situação Cadastral do CPF (disponível no site da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>);
  - Atestado de frequência escolar do estabelecimento de ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

<sup>1</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://pmvc.ba.gov.br/>

<sup>2</sup> Conforme previsto na Lei Federal nº 7.116/1983, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.278/2018, Artigo 19

<sup>3</sup> Disponível no endereço eletrônico <http://pmvc.ba.gov.br/>

## APÊNDICE 1 - Questionário socioeconômico e Roteiro semiestruturado de entrevista

**Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**  
**Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade**

### Roteiro semiestruturado da entrevista

**Dados da pesquisa:**

**Título da pesquisa:** Memórias das mulheres feirantes sobre as relações de gênero no mundo do trabalho na Central de Abastecimento (CEASA) de Vitória da Conquista/BA

**Pesquisadora:** Priscilla Rosa Azevedo

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge García Marín

**Coorientador:** Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

**Objetivo geral da pesquisa:** Analisar as memórias e representações das feirantes da CEASA com relação às condições de trabalho e às relações de gênero

**Eixo I - Dados socioeconômicos:**

Nome, apelido e/ou nome social: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Grupo étnico:  Branca  Negra  Parda  Indígena  Amarela

Gênero:  Fem  Mas  Outro

Grau de escolaridade: \_\_\_\_\_

É natural de Vitória da Conquista?  Sim  Não; Em resposta negativa, qual sua naturalidade?

\_\_\_\_\_

Relação conjugal:  Solteira/o  Casada/o  Divorciada/o  Viúva/o  Outro:

\_\_\_\_\_

Trabalha com o(a) companheiro(a):  Sim  Não

Em qual bairro você mora? \_\_\_\_\_

Qual a situação do imóvel em que reside:  próprio  alugado  emprestado  outro

Como você faz para chegar ao seu local de trabalho:  transporte coletivo  carro/moto próprio  
 andando  outro: \_\_\_\_\_

Profissão:  Feirante  Outra; Qual: \_\_\_\_\_

Tem filho/a(s)?  Sim  Não; Em resposta positiva, quantos/as? \_\_\_\_\_

Caso tenha filho/a(s), algum(ns) dele/a(s) trabalham contigo ou é feirante? \_\_\_\_\_

Qual a sua faixa salarial ou ganho mensal (aproximadamente):  até um salário mínimo  entre 1 e 2 salários mínimos  entre 3 e 4 salários mínimos  acima de 5 salários mínimos

Qual o ganho mensal da família (aproximadamente):  até um salário mínimo  entre 1 e 2 salários mínimos  entre 3 e 4 salários mínimos  acima de 5 salários mínimos

O ponto onde você trabalha é próprio ou alugado? \_\_\_\_\_

Você presta serviço para alguém ou é autônomo(a): \_\_\_\_\_

Como você avalia o trabalho como feirante:  Excelente  Bom  Regular  Ruim  Péssimo  
 Não sabe ou não quer responder

## **Eixo II - Roteiro da entrevista sobre as condições de trabalho:**

1. Quais são os motivos que a(o) levaram a ser um(a) feirante?
2. Na sua família, mas alguém trabalhou ou ainda trabalha na CEASA? Caso positivo, quem?
3. Há quanto tempo você trabalha na feira?
4. Caso você não fosse feirante, qual outra profissão gostaria de ter?
5. Você é a(o) principal provedor(a) familiar?
6. Você se sente valorizada(o) socialmente?
7. Quantas horas você trabalha por dia?
8. Como você vê as condições de higiene do seu local de trabalho?
9. Como você avalia as ações da prefeitura municipal?
10. Você se considera a(o) principal responsável pelo trabalho doméstico?

11. Como você é tratada(o) pelos seus clientes? Você se sente respeitada?
12. Você percebe algum preconceito com relação às mulheres feirantes? Caso positivo, que tipo de preconceito e quem o pratica?
13. Você percebe algum tipo de diferente entre o trabalho que é realizado por homens e mulheres feirantes?
14. Você já sofreu algum tipo de violência (física, sexual, psicológica ou patrimonial) na CEASA por ser mulher?
15. No ambiente de trabalho, você se sente desrespeitada pelos demais colegas feirantes do gênero masculino?
16. O que você acha que poderia ser feito para a melhoria da qualidade da CEASA?